



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO / PPGE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**DITADURA E GÊNERO:
MULHERES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL PARANAENSE
(1964-1985)**

LUANA REGINA BORGES

CASCADEL
2020



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO / PPGE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**DITADURA E GÊNERO:
MULHERES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL PARANAENSE
(1964-1985)**

LUANA REGINA BORGES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – PPGE, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa: História da Educação, pela discente Luana Regina Borges, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Felipe Fiuza

CASCADEL
2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Borges, Luana Regina

Ditadura e gênero : mulheres no movimento estudantil paranaense (1964-1985) / Luana Regina Borges; orientador(a), Alexandre Felipe Fiuza, 2020.
174 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. Gênero. 2. Militância Feminina. 3. Movimento Estudantil. 4. Ditadura Militar. I. Fiuza, Alexandre Felipe. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2089 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

LUANA REGINA BORGES

Ditadura e gênero: mulheres no movimento estudantil paranaense (1964 - 1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa História da Educação, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Alexandre Felipe Fiuza

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Ana Maria Colling

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Carla Cristina Nacke Conradi

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)

Cascavel, 5 de março de 2020

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à minha família, que sempre me incentivou, que acredita em mim e apoia meus sonhos e ideias. Obrigada por toda a paciência que tiveram comigo nesta caminhada, o apoio de vocês foi fundamental para a conclusão desta pesquisa. Leo Vitor, Lessandra, Viviane, Leonilda, Sidineia, Reginaldo, Márcio e Elias, muito obrigada.

Agradeço ao Leo Vitor, pelo incentivo, pelos gestos de amor e carinho. Pela presença significativa que teve na minha vida neste processo, incluindo os dias mais difíceis, e principalmente por não apenas acreditar e incentivar meus sonhos, mas estar comigo nesta luta.

À minha irmã caçula Vitória, meus três sobrinhos, Ruan, Mateus e Lucas e meus alunos e alunas, todos ainda crianças, obrigada por ser minha fonte de encorajamento, pois vocês crianças me motivam a lutar por uma sociedade mais justa, no agora e no futuro.

Ao meu orientador Dr. Alexandre Felipe Fiuza pelas orientações sempre feitas com carinho e respeito, por apontar e guiar o caminho da minha escrita, suas contribuições enriqueceram este trabalho. Agradeço pela paciência e compreensão que teve durante todo este período e por ser tão importante na minha constituição como pesquisadora. Agradeço à sua amizade.

Agradeço às professoras Ana Maria Colling e Carla Nacke Conradi por aceitarem o convite para esta banca e se prontificarem a debater esse tema no âmbito educacional. Suas contribuições foram muito importantes para a construção desta pesquisa.

Aos meus amigos e amigas, especialmente Luana, Henrique, Ivonete e Leomar que compreenderam todas as vezes que precisei me ausentar para estudar. Obrigada pela disposição de me ouvir todas as vezes que precisei falar sobre a dissertação. Agradeço aos amigos Darlon, Dyeniffer e Gabriela que me incentivaram, estiveram comigo nesta caminhada e me proporcionaram ótimos momentos.

Agradeço aos meus colegas de trabalho por todo o apoio recebido neste período, por compreenderem minha jornada no mestrado e mostrarem-se felizes com os resultados.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação da UNIOESTE, campus de Cascavel, pelo trabalho qualitativo que dedicam para a formação de seus discentes.

Agradeço aos trabalhadores/as do Arquivo Público do Paraná e do Programa de pós-graduação da UNIOESTE, que foram atenciosos e auxiliaram na construção desta pesquisa.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta dissertação.

“Eu levanto a voz, não para que eu possa gritar, mas para que aqueles sem voz possam ser ouvidos... Não é possível prosperar quando metade das pessoas fica para trás”. (MALALA YOUSAFZAI)

BORGES, Luana Regina. **DITADURA E GÊNERO: MULHERES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL PARANAENSE (1964-1985)**. Cascavel, Paraná: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020, (Dissertação de Mestrado), p. 174.

RESUMO

Esta pesquisa está vinculada ao campo da História da Educação e tem o objetivo de investigar a participação feminina no movimento estudantil universitário, na União Paranaense dos Estudantes (UPE), no período da ditadura civil-militar (1964-1985), a partir de um viés de gênero. A fim de caracterizar a participação ativa e política das mulheres nesse período, utilizamos como fontes de análise os documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Estado do Paraná, durante a ditadura, sendo estes divididos em Pastas Temáticas e Individuais. Para a condução didática desta pesquisa, investigamos, primeiramente, como estava organizado o movimento estudantil no Brasil e no Paraná, a fim de agregar informações sobre as lutas do movimento estudantil e o contexto sociocultural que abarca nosso objeto de estudo. Em seguida, entramos na discussão propriamente teórica sobre gênero, trazendo o diálogo entre os estudos de Michelle Perrot, estudiosa do campo da História das mulheres, mas que muito contribui sobre a (in)visibilidade histórica da mulher, e Joan Wallach Scott, historiadora cujos trabalhos buscam aprofundar a história das mulheres numa perspectiva de gênero. Neste momento são apresentadas como as mulheres militantes aparecem nas Pastas Temáticas da DOPS-PR. No terceiro capítulo realizamos uma análise do período ditatorial, a partir da historiografia produzida por autores clássicos, como Thomas Skidmore e Maria Helena Moreira Alves, que nos auxiliam a refletir sobre o golpe e a posterior realidade político/social brasileira. A militância feminina é discutida aqui a partir de autoras como Joana Maria Pedro e Ana Maria Colling que abordam esta temática atrelada ao contexto ditatorial. Também está presente nos dois últimos capítulos, o exame das fontes levantadas que englobam a relação entre militância feminina no contexto do movimento estudantil paranaense e o Estado autoritário. Por fim, foi possível encontrar a militância de mulheres no movimento estudantil paranaense por meio das Pastas analisadas, indicando uma participação ativa nesse movimento de cunho político/educacional, principalmente após 1975, o Ano da Mulher.

Palavras-chave: Gênero. Militância Feminina. DOPS. Movimento Estudantil. UPE. Ditadura Civil-Militar.

BORGES, Luana Regina. **DICTATORSHIP AND GENDER: WOMEN IN THE STUDENT MOVEMENT OF PARANÁ (1964-1985)**. Cascavel, Paraná: State University of Western Paraná - UNIOESTE, Graduate Program in Education, 2020, (Master's Thesis), p. 174.

ABSTRACT

This research is linked to the History of Education field and investigates the engagement of women in the university student movement, at União Paranaense dos Estudantes (UPE) (Student Union of Parana), during the period of the civil-military dictatorship (1964-1985), from a gender perspective. We analyze the documents produced by the Department of Political and Social Order (DOPS) during the dictatorship to point out the active and political women's participation during this period. The sources are divided into thematic and individual folders. For didactic purposes, we first investigated how the student movement in Brazil and Paraná was organized to gather information about its struggles and the socio-cultural context around it. Next, we discuss gender theory, with the dialogue between the studies of Michelle Perrot, a scholar in the field of women's history who researches the historical (in)visibility of women, and Joan Wallach Scott, an historian whose work seeks a deep understanding of the women's history from a gender perspective. Then, militant women are presented the way they appear in the DOPS-PR Thematic Folders. In the third chapter, we carry out an analysis of the dictatorial period, based on the historiography produced by classical authors such as Thomas Skidmore and Maria Helena Moreira Alves, who help us to reflect on the coup and the subsequent Brazilian political/social reality. Authors, such as Joana Maria Pedro and Ana Maria Colling, discuss women's militancy and address this issue regarding the dictatorial context. The investigation of the sources related to female militancy in the context of the Paraná student movement and the authoritarian state is in the last two chapters. Finally, it was possible to find women's militancy in the student movement of Paraná through the Folders analyzed, indicating an active participation in this political/educational movement, especially after 1975, the International Women's Year.

Keywords: Gender. Female Militancy. DOPS. Student Movement. UPE. Civil-Military Dictatorship.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Estudante Edson Luís morto, 1968.....	66
FIGURA 2 – Capa da Revista Manchete, abril de 1968.	66
FIGURA 3 – Estudantes de vários países em confronto com a polícia, 1968.....	67
FIGURA 4 – Estudantes participantes do XXX Congresso da UNE, detidas no bloco feminino do Presídio Tiradentes.....	70
FIGURA 5 – Estudantes presos em Curitiba.	71
FIGURA 6 – Publicação no jornal sobre as estudantes representantes da UPE (1963).	100
FIGURA 7 – Estudantes presas pela DOPS em Curitiba no Minicongresso da UNE (1968)	102
FIGURA 8 – Estudantes paranaenses presas no Congresso da UNE (1968).	104
FIGURA 9 – Charge produzida pela UPE (1966).	106
FIGURA 10 – Sucesso das Marchas da Família	122
FIGURA 11 – A líder do MFPA na câmara dos vereadores em Londrina, 1975. ...	134
FIGURA 12 – Visita de Betty Friedan no Brasil.	147
FIGURA 13 – Jornal apreendido junto com a estudante Perpétua Janeti. (Parte I).	154
FIGURA 14 – Jornal apreendido junto com a estudante Perpétua Janeti. (Parte II).	154

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AOE: Aliança Operária Estudantil
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
CAMDE: Campanha da Mulher pela Democracia
CENIMAR: Centro de Informações da Marinha
CODI: Comando Operacional de Defesa Interna
CPC: Centro Popular de Cultura
DOI: Destacamento de Operações Internas
DOPS: Delegacia de Ordem Política e Social
DCE: Diretório Central dos Estudantes
DNE: Diretório Nacional dos Estudantes
ESG: Escola Superior de Guerra
IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM: Inquérito Policial Militar
JUC: Juventude Universitária Católica
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
ME: Movimento Estudantil
MEC: Ministério da Educação e Cultura
MEB: Movimento de Educação de Base
MFPA: Movimento Feminino pela anistia
OBAN: Operação Bandeirantes
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PDC: Partido Democrático Cristão
PI: Pasta Individual
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR: Partido Republicano
PSD: Partido Social Democrático
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
RU: Reforma Universitária
SNRU: Seminário Nacional de Reforma Universitária

UCF: União Cívica Feminina

UDN: União Democrática Nacional

UEE: União Estadual dos Estudantes

UNE: União Nacional dos Estudantes

UPE: União Paranaense dos Estudantes

USAID: United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 MOVIMENTO ESTUDANTIL: CONSCIÊNCIA POLÍTICA UNIVERSITÁRIA.....	27
2.1 MILITÂNCIA ESTUDANTIL	29
2.2 O SURGIMENTO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL – DO INÍCIO DA UNE AO GOLPE DE 1964.....	34
2.3 A CONSTITUIÇÃO DA UPE – DAS PREMISSAS DA LUTA ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA	50
2.4 A PERSEGUIÇÃO DA DITADURA AOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS	57
3 AS MULHERES NA MILITÂNCIA	74
3.1 DISCUTINDO GÊNERO.....	78
3.2 TRAJETÓRIAS DAS MULHERES NO BRASIL: UM CAMINHO PARA A MILITÂNCIA FEMININA	81
3.3 EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL.....	90
3.4 AS MILITANTES UNIVERSITÁRIAS NA UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES - UPE.....	96
4 A MILITÂNCIA FEMININA NA DITADURA	112
4.1 A MARCHA PARA O GOLPE.....	115
4.2 O APOIO AO REGIME: AS MULHERES DA DIREITA	125
4.3 AS MULHERES PELO MOVIMENTO DA ANISTIA: A ABERTURA POLÍTICA..	131
4.4 DOPS-PR – OS ARQUIVOS DO SILÊNCIO	138
4.5 MILITÂNCIAS FEMININAS E DITADURA: AS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS FICHADAS PELA DOPS	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS	163

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu da necessidade de compreender as desigualdades da participação das mulheres em movimentos de cunho político. Desde meus anos de estudo no ensino médio, enquanto era estudante do curso de formação de docentes, antigo Magistério, sempre busquei estar à frente da representação do meu grupo perante as autoridades do Colégio. Foi nesse período que fui convidada a integrar a chapa “Quem vem com tudo não cansa”, para o grêmio estudantil do Colégio Wilson Joffre, importante instituição de ensino da cidade de Cascavel, oeste do Paraná. A partir desse momento, aprofundei-me nas questões e problemas que norteavam os estudantes, sendo que, após eleitos, promovíamos debates e discussões como forma de conscientizar a categoria.

Fui convidada, então, pelo presidente da minha chapa e, posteriormente, presidente da União Paranaense dos Estudantes (UPE), a conhecer a União da Juventude Socialista (UJS), outra organização estudantil, e a participar das reuniões que aconteciam na Associação Cascavelense de Estudantes Secundaristas (ACES). Ali, naquele espaço, discutíamos teorias, ações e propostas voltadas aos estudantes, com demandas de nível estadual e nacional. As reuniões aconteciam à noite e me intrigava o fato de que, em nosso grupo, éramos apenas duas estudantes mulheres atuantes, enquanto os meninos somavam nove.

Nos anos seguintes, já cursando Pedagogia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, me sentia incomodada quando ouvia de colegas de outras áreas sobre o fato do meu curso ser essencialmente feminino porque estava relacionado à maternidade, ao cuidado com a criança, o que obliterava todo o aprofundamento teórico e político que caracteriza esse curso de graduação. Essas representações da mulher, até mesmo na universidade, que nos estigmatizam com a imagem da ternura, fragilidade e da figura materna, me despertaram o interesse pelos estudos de gênero. Contudo, meu objetivo era investigar a história das mulheres que se inseriram em um campo de debate político, como eu vivi no movimento estudantil, e propiciar destaques às suas ações; assim, nasceu este objeto de pesquisa.

Nesse contexto, esta pesquisa foi desenvolvida com o intuito de revelar a participação política das mulheres universitárias no Movimento Estudantil

Paranaense, mais especificamente na União Paranaense dos Estudantes (UPE), no período de 1964 a 1985, quando o país viveu um regime autoritário.

Ressaltamos que o protagonismo dessas mulheres no momento em questão não foi destacado pela história, pois o processo de violência e repressão, vivido à época, inibiu a história de muitos protagonismos, principalmente das mulheres. Dessa maneira, voltamos nossa pesquisa para identificar a participação e ações dessas mulheres dentro do movimento estudantil, tendo como fontes para nossa pesquisa os documentos produzidos e apreendidos pela DOPS-PR, referentes ao movimento estudantil.

Esse tema de pesquisa partiu das perguntas da contemporaneidade, em que se encontram as indagações sobre a questão de gênero e os principais problemas enfrentados pelas mulheres. Por conseguinte, a partir de questões que permeiam nosso cotidiano, buscou-se pautar teoricamente uma discussão do campo dos estudos de gênero.

São muitas as vertentes teóricas que nos auxiliam na sistematização do estudo sobre a História das mulheres e Gênero, as quais derivam da História Nova, da História Social, dos estudos culturais e também da teoria pós-estruturalista. Porém, nesta pesquisa, temos como ponto de partida o campo da História da Educação.

Nesse sentido, partimos do entendimento de Guacira Lopes Louro (1994), ao referir que a pesquisa deve ser feita a partir de uma “[...] ‘leitura de gênero’, ou com o viés do gênero, das pesquisas históricas e de História da Educação, em geral, ou seja, das pesquisas nas quais esse não foi considerado – pelo menos explicitamente – como categoria analítica” (p.34).

Gênero tornou-se uma categoria analítica interdisciplinar e essas distintas instâncias teóricas revelaram diferentes autoras/es em vários campos da ciência; muitas são as suas contribuições para a construção e definição contemporâneas. Cientes disso, destacamos a contribuição de Michelle Perrot, que abrange com precisão os estudos da História das mulheres, trabalho que trouxe a figura feminina para o centro do campo teórico, anteriormente à efervescência da discussão de gênero.

Destacamos, também, nesta pesquisa, os estudos de Joan Scott, independentemente da vertente teórica adotada neste trabalho, pois apropriamo-nos do conceito de gênero, por ela entendido “[...] como elemento constitutivo de

relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. [...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.86).

Justificamos o mergulho no conhecimento dessas autoras, citadas acima, por entender que, apesar das diferenças teóricas que muitos estudiosos apontam nas teorias da História das mulheres e nas relações de gênero, tais correntes teóricas possuem a preocupação de estudar as mulheres, tendo construído uma importante vertente no campo historiográfico¹. Destarte, entendemos que “[...] muitas das teóricas feministas que são conhecidas por seus estudos de gênero fizeram parte de uma primeira geração de historiadoras das mulheres, e que contribuíram para firmar esse campo de estudos” (MELLO, 2011, p.2301).

Pretendemos, por meio da história da educação, investigar o passado com a intenção de compreender as relações de gênero presentes na militância do movimento estudantil, aprofundando-nos, principalmente, nas histórias vividas no contexto autoritário. Nas palavras de Crescêncio (2012, p. 20): “A historiografia ainda mantém uma dívida com muitas histórias que se desenvolveram juntamente à história ditatorial brasileira”; assim, esperamos revelar algumas delas.

Desse modo, refletimos sobre a participação e ação das mulheres especificamente no movimento estudantil universitário do Paraná. Assim, indagaram-se, nesta pesquisa, algumas questões norteadoras para compreender como se efetivou a participação das mulheres estudantes durante a luta contra a ditadura militar no Paraná. Igualmente, como a militância feminina se apresenta nos arquivos da DOPS? Os documentos, disponíveis nesses arquivos, ajudam a compreender a ação das mulheres em tal período? Afinal, como revela Conradi (2015, p.14): “Sabíamos que a participação das mulheres no movimento estudantil não era a-histórica, bem como tampouco o era a militância política. Mas, qual era a história destas mulheres? Onde estava a história destas mulheres?” Apesar de estarem envolvidas nos grupos de resistência, suas vozes e participação ficaram em um plano secundário.

¹ Não é necessário exemplificar, a quem possui leituras no campo da historiografia, focada nas questões de gênero, que a grande maioria desses trabalhos se trata também de uma história das mulheres. Mas essa dicotomia, que separou os trabalhos historiográficos de uma primeira geração de feministas, comprometidas a mostrar que as mulheres também têm uma história – em contraponto ao sujeito histórico masculino universal –, de trabalhos preocupados com as construções, principalmente, culturais de masculinidade e feminilidade, que surgem anos mais tarde entre algumas feministas dessa primeira geração, parece persistir nos estudos históricos feministas ainda em nossos dias (MELLO, 2011, p.2296).

O estudo da atuação feminina no movimento estudantil, cujo grupo organizado age política e socialmente nos anos da ditadura militar, caracteriza-se como essencial à compreensão sobre as conquistas dos espaços públicos pelas mulheres, haja vista que “a ideia de que a política não é assunto das mulheres, que aí elas não estão em seu lugar, permanece enraizada, até recentemente, nas opiniões dos dois sexos” (PERROT, 2019, p.184).

A ditadura civil-militar², instituída com o golpe dado em 1964, trouxe reformas político-sociais que influenciaram diretamente a organização da sociedade, bem como a educação. Logo, essas transformações levaram os jovens estudantes e outros membros de determinadas vertentes sociais a se unir no fortalecimento de um movimento estudantil ligado às causas sociais e educacionais, em oposição ao Estado ditatorial que se impunha.

O regime, implantado no país na década de 1960, propagou um período de intensa repressão aos/às estudantes, que, provindos/as das universidades, estavam conscientes das mudanças que a sociedade sofria e, principalmente, percebiam as modificações no setor educacional. À época, os/as estudantes já vinham organizados/as em agremiações e possuíam uma destacada relevância frente ao governo de Jango, do qual esperavam melhorias significativas para a comunidade educacional e para as massas em geral.

Nesse período ditatorial, a censura e a repressão às organizações estudantis estavam diretamente voltadas a combater o papel que desempenhavam perante outros/outras jovens. Ou seja, quanto mais forte a organização do movimento estudantil, mais atenção ganhava da polícia política, que controlava e repreendia suas ações.

As Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS)³, como eram conhecidos os órgãos do governo que tinham função investigativa e repressiva, criados nas

² Apesar de o golpe ter sido liderado por militares, havia também os “aliados civis”. Os militares contavam com o apoio de governadores, de jornais influentes no país, grandes empresários (que, inclusive, financiaram a repressão e compraram o apoio de militares) e também tinham como adeptos de suas intenções os membros do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 29 de novembro de 1961, organizado por empresários que não aceitavam as ideias de Goulart. Juntamente com o IPES, também funcionou a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), movimento feminino que organizava marchas e protestos contra o comunismo e outros assuntos em destaque no período, cuja atuação em massa influenciou muito a opinião da classe média (SKIDMORE, 1988).

³ O nome varia de um estado para outro, sendo que, em alguns estados, era chamada de Delegacia de Ordem Política e Social; em outros, de Departamento de Ordem Política e Social. Assim, aqui, foi adotada a nomenclatura utilizada no estado do Paraná.

décadas de 1920 e 1930 - os quais agiam em todo o território brasileiro -, foram atuantes, principalmente, durante a ditadura de 1964-1985 (SODRE; RONCAGLIO, 2016).

Foi com a abertura ao público dos documentos produzidos e apreendidos pela DOPS que tivemos acesso às fontes primárias, as quais permitiram a realização desta pesquisa. Esses materiais, articulados com as inquietações levantadas nesta pesquisa e por tantos outros/outras pesquisadores/as⁴, possibilitam que determinado contexto seja estudado e dele sejam extraídas as relações sociais, políticas, culturais e históricas, que influenciam e modificam as dinâmicas no campo da história da educação (BRAGGIO; FIUZA, 2013a).

Os arquivos advindos da extinta DOPS-PR estão hoje sob os cuidados do Arquivo Público do Paraná, localizado na cidade de Curitiba, capital do estado. Apesar de o Arquivo disponibilizar alguns materiais via e-mail, precisávamos ter o contato direto com o material que pretendíamos investigar, explorar as pastas minuciosamente e decidir o que era compatível com a pesquisa.

Assim, seguimos à cidade de Curitiba e, estando na capital, logo, entramos em contato com a instituição por telefone. Ao chegarmos ao Arquivo, fomos muito bem recepcionados e orientados sobre o manuseio correto das pastas que nos seriam dispostas, bem como houve a exigência de usar luvas e máscara. Primeiramente, perguntamos sobre os documentos referentes ao período da ditadura militar, ao passo que o funcionário prontamente nos entregou uma pasta que continha os temas e números das Pastas Temáticas; elas, para nossa surpresa, formavam um documento extenso, tendo divisões por datas, partidos políticos, colégios, sindicatos, associações, movimento estudantil, movimentos sociais, dentre outras organizações políticas e religiosas que estiveram atuantes no período da ditadura militar.

⁴ Os arquivos da DOPS motivam muitos pesquisadores; pode-se destacar, aqui, mesmo que brevemente, os trabalhos mais recentes presentes em nossa região, como a pesquisa de Schmitt (2011), a qual recorre aos arquivos para estudar o movimento estudantil secundarista paranaense; Braggio (2013), que estuda o movimento estudantil paranaense no pré-golpe. Também, Conradi (2015), a qual recorre a essas fontes para encontrar as mulheres militantes do período e, assim, construir suas narrativas. Além dessas, há Zaparte (2011), que analisa a repressão institucionalizada sofrida pelo movimento estudantil paranaense, a partir da DOPS; Caldas (2009), importante pesquisadora sobre o Centro Popular de Cultura do Paraná, que utiliza, dentre outras fontes, os arquivos dessa Delegacia. E, por fim, Angelo Priori, atualmente, professor da Universidade Estadual de Maringá, cujos estudos em movimentos sociais, repressão e ditadura remetem-se às fontes da DOPS.

Escolhemos as pastas que tratavam sobre o movimento estudantil nacional e o paranaense. Foram-nos entregues 16 pastas, que contavam com um número entre 44 a 434 páginas em cada pasta, totalizando 3.287 arquivos referentes ao tema de Movimento Estudantil. Dentre esses registros, muitos deles estavam borrados ou ilegíveis, assim, a princípio, categorizamos aqueles que mantinham condições de leitura. Posteriormente, selecionamos os arquivos que, de alguma forma, retratavam as mulheres participantes no movimento estudantil.

O segundo passo foi recolher as Pastas Individuais. O funcionário do Arquivo nos entregou uma apostila que continha todos os nomes de pessoas registrados pela DOPS no Paraná, desde a década de 1930. Os nomes estavam categorizados por ordem alfabética, assim, homens, mulheres e datas estavam misturados naquela ficha. Como queríamos apenas os nomes de mulheres, que atuaram entre o período de 1964 a 1985, começamos a selecioná-las naquele registro extenso. Ao final, coletamos 139 pastas individuais.

Apesar de muitas pastas conterem apenas o chamado Atestado de boa conduta⁵, outras estavam repletas de documentos, fotos, recortes de jornais, inquéritos policiais, dentre outros. Ainda no processo de seleção das fontes, foi necessário averiguar cada pasta individual, pois queríamos apenas aquelas cujas mulheres fossem estudantes ligadas, de alguma forma, ao movimento estudantil. Por fim, foi satisfatório poder encontrar tantas histórias presentes naquelas pastas.

Sobre esses documentos, fizemos uma “leitura de gênero”⁶, a qual incide em analisá-los na forma como foram produzidos e apreendidos pelos agentes do Estado, na perspectiva de identificar a militância feminina, constituída diferentemente da militância masculina, afinal, são estabelecidas hierarquias sociais dentro do próprio movimento, de acordo com a diferença dos sexos; isso acontece, nesse período específico, imbricado ao campo educacional.

A análise documental dispôs dos Inquéritos Policiais, Relatórios produzidos pelos agentes da DOPS; Recortes de Jornais; Panfletos propagandísticos, oriundos dos movimentos estudantis, e as Pastas Individuais, que contemplam os registros das mulheres que foram fichadas. Contudo, como apontam Braggio e Fiuza (2013a,

⁵ Trata-se de um documento exigido pelo serviço público e também por algumas empresas privadas, para fins de contratação de seus quadros. Portanto, um atestado de antecedentes políticos e sociais, de viés ideológico, voltado a controlar as pessoas consideradas subversivas, servia tanto para evitar que fizessem parte das repartições públicas como para coibir e desestimular a militância política.

⁶ Termo utilizado por Louro (1994).

p. 433), o acervo conta ainda com inúmeros documentos, produzidos e armazenados, desde 1920:

Existem os produzidos pela polícia política, onde se encontram documentos como relatórios, informes, ofícios expedidos e recebidos, radiogramas, telegramas, fichas de identificação criminal, pedidos de busca e apreensão, inquéritos, e fotografias. Reúnem também os produzidos pelos indivíduos ou instituições/grupos/entidades que estavam sob vigilância, e assim foram arquivados pelos agentes da DOPS. Por exemplo, do movimento estudantil, existem panfletos, manifestos, cartazes, flâmulas, estatutos de centros acadêmicos, constituição da entidade estudantil, textos de peças teatrais, relatórios dos congressos e seminários, rascunhos, correspondências, informes e revistas estudantis. E, por último, mas não menos importante, encontram-se os documentos produzidos por terceiros, como a Imprensa, onde estão os recortes de jornais e revistas.

Dentre os relatórios produzidos pelos membros da Delegacia, encontram-se relatos extensos sobre os eventos promovidos pelos estudantes, tanto em âmbito nacional quanto estadual, bem como os destaques para nomes dos envolvidos, principalmente, aqueles considerados “subversivos”. Os relatórios são ricos em detalhes, de forma a perceber que, para os/as estudantes mais atuantes, há uma escrita minuciosa, na qual se registram os atos e ações desses/as militantes, até com certo medo do que tais figuras de liderança representavam à ordem vigente.

Ainda, presentes nos arquivos, temos os diversos recortes de jornais ou citações diretas de diferentes jornais, os quais eram usados pelos agentes como prova das ações dos/das estudantes. Nesta pesquisa, também, utilizamos tais recortes de jornais impressos como fonte de estudo. Contudo, essas fontes exigiram precauções específicas, visto que:

Não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição de difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político (LUCA, 2008, p.129).

Foram, igualmente, analisados os documentos oriundos dos próprios movimentos estudantis, como panfletos e propagandas, que eram distribuídos pelos/pelas estudantes e considerados subversivos pelos agentes da DOPS.

A pesquisa sistemática nos arquivos do Deops tem colaborado para o conhecimento da imprensa política militante, que amargou a ilegalidade e foi duramente perseguida pelos poderes constituídos, como revela o impressionante acervo de jornais confiscados pela polícia política (LUCA, 2008, p.129).

Vale ressaltar que os relatórios e descrição de eventos analisados, nesta pesquisa, foram escritos pelos agentes do referido órgão, que tinha por objetivo investigar e reprimir as ações consideradas por eles como ações comunistas e subversivas. Desse modo, o órgão operava a partir de um viés ideológico conservador e, assim, são os resultados de suas escritas, considerando qualquer aglomeração estudantil como uma ameaça à ordem e ao sistema político.

Para Fiuza (2006, p. 22), esses registros, resultantes da produção de informação sobre diferentes setores, “[...] serviram de parâmetro para ações práticas, como prisões, proibições e abertura de processos”, contra os/as estudantes e outros setores perseguidos pela ditadura. Além do mais, a partir das consultas a esses acervos da DOPS, foi possível observar a rede de comunicação operada pela polícia estadual e federal, indicando a presença de informantes nos movimentos artísticos, estudantis e sindicais (Ibidem).

Por fim, no que tange às análises das fontes primárias, foram identificadas 139 pastas individuais femininas, cujas mulheres foram fichadas no período de 1964 a 1985. Essas pastas foram analisadas criteriosamente a partir das categorias de militância, educação feminina e ditadura; contribuíram, dessa forma, ao objetivo inicial desta pesquisa, de evidenciar a participação das mulheres no ME Paranaense.

Sobre a necessidade de preservação das atrizes aqui envolvidas, decidimos seguir dois caminhos; primeiro, preservar os nomes das mulheres fichadas pela DOPS-PR, que ainda hoje permanecem no anonimato, por entendermos que esses “[...] arquivos oriundos da repressão concentram informações que explicitam os juízos e os valores dos diversos personagens envolvidos [...]” (BRUNELO, 2009, p.23). Assim, assume-se, nesta pesquisa, a responsabilidade com a ética e o

compromisso de não expor tais jovens, as quais, até hoje, não se pronunciaram sobre os acontecimentos da época em nenhuma mídia.

Já para aquelas agentes históricas, cujas ações políticas apareceram em nossa pesquisa, de quem os nomes já não estão mais no anonimato - devido a um desejo delas ou por já constarem na historiografia, em obras jornalísticas e memorialísticas -, então, foram citadas, aqui, pois, como indica Conradi (2015), citar essas mulheres pelos seus nomes é um posicionamento político, uma vez que: “na atualidade, elas querem ser conhecidas por suas existências cheias de contradições, lutas, vitórias, amores, tristezas, felicidades, ressentimentos e percalços, e, acima de tudo, por seus nomes” (p.28).

O papel exercido pela mulher na história renderia inúmeras páginas e incontáveis discussões; assim, nos comprometemos a evidenciar a sua participação política no período de 1964-1985, especificamente, daquelas vinculadas ao movimento estudantil, pois a militância feminina, no referido período histórico, nos remete não apenas à luta contra o sistema, mas ao fortalecimento das mulheres enquanto grupo, vivendo em um ambiente hostil a elas. Assim, é necessário compreender o contexto político-social que o país vivenciara, no período aqui destacado, além de entender como as relações políticas nacionais interferiram diretamente nas ações do movimento estudantil, para, enfim, adentrar os conflitos de gênero nesse espaço político-educacional.

Assim, iniciamos a dissertação, discutindo, no primeiro capítulo, sobre a composição do movimento estudantil nacional e, em seguida, o paranaense. Esse capítulo visa situar o/a leitor/a sobre a caminhada dos/as estudantes, desde sua constituição até o golpe de 1964 e, principalmente, sua atuação frente às questões político-educacionais, nas quais os/as estudantes estiveram imersos/as. Desse modo, os estudos de José Luis Sanfelice, Maria de Lourdes de A. Fávero e Arthur José Poerner contribuem à construção da história do movimento estudantil nacional e estadual, esboçando suas atividades e ações de âmbito nacional, com lutas educacionais e sociais significativas, bem como suas pertinentes mudanças frente ao cenário que se constitui nos anos que antecederam o golpe militar.

No referido capítulo, foram abordados os Congressos de Reforma Universitária, pauta norteadora da preocupação da comunidade estudantil com o destino da educação nas universidades. Também, foram revistos os projetos no campo educacional/cultural, desenvolvidos pelos/as estudantes no período pré-

golpe, como a consolidação do Centro Popular de Cultura (CPC) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) - Volante.

Esta pesquisa está voltada para o estudo da atuação das mulheres no movimento estudantil paranaense, caracterizado, aqui, como um movimento social voltado às questões educacionais, cuja organização é política e ativa no período ditatorial. Dessa maneira, são as relações de gênero, inseridas nesse grupo, que pretendemos investigar, pois:

[...] as representações de gênero estão presentes – sendo construídas, reproduzidas e contestadas – em vários espaços, tais como as instituições, o mercado de trabalho, os meios de comunicação, os movimentos sociais, as experiências coletivas e as escolhas individuais (PINSKY, 2009, s/p).

Porém, para que possam ser feitas as referidas análises, é necessário, primeiramente, conhecer o contexto sociocultural, no qual a entidade estudantil atuou, compreendendo as lutas e prioridades travadas pelo movimento nesse contexto político.

Para introduzir o segundo capítulo, cujo tema volta-se à discussão de gênero dentro das relações político-sociais, avoca-se às reflexões da historiadora francesa Michelle Perrot (2019), para quem, a escrita da história é de cunho econômico, pois ignora a mulher considerada “improdutiva” socialmente, privilegiando as classes e negligenciando os sexos nesta concepção histórica. Desse modo, no segundo capítulo, fizemos uma discussão sobre a trajetória da mulher, que foi negligenciada e ocultada na história. A invisibilidade, presente na história oficial, já foi pauta de estudos e análises de vários/as pensadores/as; aqui, então, retomamos alguns/algumas delas para embasar a discussão da condição histórica e social da mulher brasileira.

Os estudos de Michelle Perrot contribuíram, em nosso trabalho, para evidenciar como foi sendo construída uma história das mulheres, a fim de caracterizar a invisibilidade sobre elas nos registros da história, pois, para Perrot (2019), estiveram por muito tempo presas à invisibilidade do lar, enquanto que a história se encarregava do espaço público. Contudo, aponta que, a partir dos novos estudos femininos:

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade (PERROT, p.15, 2019).

A autora evidencia, acima, que a história das mulheres deve ser trabalhada como uma história do gênero. Entendemos, aqui, que a invisibilidade que envolve as mulheres não se resume, então, à história delas por elas mesmas, mas à construção dos papéis sociais, que são desempenhados por esses sujeitos sociais e pelas relações que existem entre os sujeitos masculinos e femininos.

A invisibilidade criada em torno dessas atrizes da história se rompe na busca das fontes que autenticam a sua presença enquanto agente político e histórico. Joan Scott (1992), por sua vez, demonstra que, na escrita da história, não faltaram fontes que pudessem caracterizar a mulher na história, contudo, predominava a ideia de que tais fontes não seriam importantes, o que contribuiu para sua invisibilidade.

Joan Scott mostra-se muito importante para esta pesquisa, principalmente, à discussão sobre gênero. A autora, cujos estudos foram influenciados por Jacques Derrida e Michel Foucault, discute, em suas obras, que a história das mulheres deve ser escrita a partir do conceito de gênero, o qual está ligado, diretamente, aos papéis sociais atribuídos aos sexos. Segundo Scott (1995, p.88), “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”; assim, busca-se compreender dentro das relações de gênero como as mulheres foram colocadas na invisibilidade, à margem da história oficial. Por conseguinte: “[...] entonces tal vez sea en el examen de la historia como parte de la ‘política’ de la representación de los géneros donde encontremos respuesta a la pregunta de la invisibilidad de las mujeres en la historia escrita en el pasado” (SCOTT, 1992, p.65).

Ao defender o gênero como uma categoria útil de análise, essa autora embasa a discussão teórica de gênero presente no segundo capítulo, que nos leva a compreender as relações estabelecidas entre o processo de participação das mulheres no campo político, o movimento estudantil e seus desafios em relação aos aspectos político-sociais do Estado, com a sua posterior invisibilidade. Nesse movimento, analisamos as Pastas Temáticas da DOPS-PR, quando se optou por

iniciar as análises das fontes já no segundo capítulo e estendê-las pelo terceiro, pela necessidade de explorá-las, uma vez que os assuntos tornaram-se evidentes no decorrer da escrita.

Para finalizar, o terceiro capítulo revela a história do período, o contexto da censura, repressão e violência a que a população esteve submetida, principalmente os/as jovens, que estavam nas universidades e possuíam o pensamento opositor ao do governo ditatorial. Esse capítulo busca examinar o contexto político-social, no qual a militância feminina estudantil se constituiu.

É nesse capítulo que foram aprofundadas as discussões sobre a DOPS, bem como estudados os documentos oficiais oriundos desse órgão. Com isso, efetivou-se, então, a análise das Pastas Individuais da DOPS-PR, revelando-se, no decorrer do texto, que a participação das mulheres, em um período histórico severamente repressivo, culminou em uma constante luta ao lado de outros/as, que compuseram o movimento estudantil paranaense. Como se trata de arquivos estatais, não se descuroou, nesta pesquisa, do cuidado de entender a natureza das fontes daí advindas, uma vez que foram produzidas por agentes públicos, com uma racionalidade técnica, parcial e determinada. Por outro lado, parte dessas fontes, inclusive e principalmente aquelas produzidas pelas próprias vítimas, que já não se encontram em outros acervos, são fundamentais para a escrita da história, elucidação de casos do período, como profícuo registro do passado.

Buscou-se, ainda, analisar os aspectos econômicos e sociais do período numa bibliografia que inclui, por exemplo, os estudos de Maria Helena Moreira Alves, em particular, sua obra “Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)”, que aborda de maneira relevante a doutrina do Estado de Segurança Nacional, implantada pelo governo autoritário. Esse debate, realizado pela autora, contextualiza a pesquisa à compreensão do pensamento emergente da segurança nacional, impulsionado pelos militares como justificativa de suas ações posteriores, bem como consolida a formação de movimentos de oposição nesse cenário.

Por fim, foram analisadas as Pastas Individuais das mulheres, fichadas pela DOPS, nesse período marcado pela repressão; tais registros nos permitem identificar a militância feminina naquele momento. Para tal debate, nos valem de uma historiografia que reúne obras como o livro “Gêneros, feminismos e Ditaduras no Cone Sul”, de Pedro e Wolff (2010); o texto de Joana Maria Pedro “Feminismo e Gênero na universidade: Trajetórias e tensões da militância”; os trabalhos da autora

Ana Maria Colling, que tratam sobre Resistência, Ditadura e Mulher militante, os quais oferecem base para a compreensão da história da mulher, inserida no Estado ditatorial, seu papel social, em discordância com a militância assumida, e os desafios enfrentados por elas, nesse contexto histórico.

Também foram exploradas as pesquisas que contemplam a militância feminina especificamente no movimento estudantil, como “Mulheres no Movimento Estudantil: Representações, discursos e identidades” de Maria Teixeira dos Santos, e as autoras Roberta Menezes Sousa e Tereza Esmeraldo Bezerra em “Juventude, movimento estudantil e gênero: Problematizando o modelo masculino de militância”,

2 MOVIMENTO ESTUDANTIL: CONSCIÊNCIA POLÍTICA UNIVERSITÁRIA

A organização dos estudantes brasileiros não é recente; mesmo sem uma entidade que os representasse, em âmbito nacional, eles já se organizavam muito antes da criação da UNE. Para Fávero (1995), apesar de os estudantes brasileiros não se articularem efetivamente, enquanto movimento, entre o século XVIII e o Estado Novo (1937-45), pode-se registrar que, em 1710, já havia as primeiras manifestações de estudantes, que se organizaram no Rio de Janeiro contra a invasão do corsário Duclerc, posicionando-se contra a escravidão e pedindo a independência do país.

Entretanto, essas pequenas aglomerações estudantis no período efetivavam-se localmente; como argumenta Poerner (2004), eram ações de pequenos grupos, ou até mesmo isoladas, pois os estudantes só conseguiriam o status de movimento no século XX. Sendo assim, o autor destaca a participação de alguns estudantes na Conjuração Mineira. Esses universitários, que regressavam ao país depois de cursar o ensino superior no exterior - já que, no Brasil, ainda não havia essa modalidade de ensino -, desempenharam-se “[...] como fontes revolucionárias de inspiração e esclarecimento – hoje diríamos de agitação e politização” (POERNER, 2004, p. 58), para os envolvidos na Conjuração. Outros episódios, entre o fim do século XVIII e o século XIX, também tiveram a participação estudantil, mesmo que não tão evidente:

Ainda que nem sempre seja registrada no plano físico, é notória a participação estudantil no plano ideológico dos movimentos revolucionários brasileiros anteriores à independência. Os estudantes é que trouxeram da Europa as idéias de Voltaire, Rousseau e Montesquieu, e a eles coube propagá-las, através de suas sociedades e clubes secretos. Foram eles que serviram de veículo quase exclusivo para a introdução daqueles ideais até que se concretizasse, em 1808, o sonho inconfidente da fundação de cursos superiores, já existentes na América espanhola desde o século XVI (p.60).

Com a criação dos primeiros cursos superiores, em 1808, outros estados passaram a sediar essa modalidade de ensino, o que, de fato, intensificou a participação estudantil nos anos seguintes. Os herdeiros da oligarquia e grandes latifúndios ingressavam na universidade e já participavam das manifestações estudantis; assim, essa foi a primeira tentativa de sistematizar o movimento estudantil (POERNER, 2004). Tais agremiações, mesmo que pequenas e

desarticuladas, estavam fortemente ligadas à situação política do país. Os estudantes já apresentavam uma sólida consciência política, assim, compreendiam que as ações do governo tinham reflexo nas universidades e na organização econômica da sociedade.

Apesar dessas pequenas aparições e movimentações estudantis, no fim do século XIX, foi apenas na virada do século que os estudantes no Brasil se organizaram enquanto entidade, a partir de 1901, com a formação da Federação dos Estudantes Brasileiros. Entretanto, esse movimento atuou por pouco tempo no país. Apesar de tal organização não prosperar, os/as discentes continuavam a articular agremiações. Assim, em 1910, ocorreu o I Congresso Nacional de Estudantes e, em 1929, foi criada a Casa do Estudante do Brasil.

Contudo, foi apenas em 1937 que os/as⁷ estudantes concretizam, por fim, a ideia de articular-se em um movimento único. Assim, naquele ano, na Casa do Estudante do Brasil, foi possível consolidar a União Nacional dos Estudantes, cuja trajetória foi explorada no decorrer deste capítulo.

Efetivou-se destaque para a luta pela Reforma Universitária, pois foi uma das mais importantes lutas do movimento, que procurou uma tomada de consciência da massa estudantil. Desses encontros, resultaram documentos importantes, que levaram os/as estudantes de todo o Brasil a conhecer profundamente a UNE.

Vale ressaltar que a preocupação com uma Reforma da Universidade, voltada para os interesses dos acadêmicos e do povo, emergiu no Brasil a partir dos anos 1950, devido à recente história da universidade brasileira. E, em muito, ela procurava melhorias como as conquistadas pelo Movimento de Reforma Universitária na Argentina, em 1918, quando a Universidade de Córdoba se tornou o berço do movimento que renovou o modelo de ensino superior na América Latina, com forte protagonismo estudantil. Capelato (1998, p.134) lembra que “as universidades argentinas tinham uma tradição muito forte de luta política – foi nesse país que teve início, em 1918, o movimento de Reforma Universitária que se espalhou pelo conjunto da América Latina”.

⁷ Nessa pesquisa, buscamos trabalhar com a representação da mulher também na escrita por este motivo, demarcamos a diferença no gênero quando falamos de processos que incluíam homens e mulheres, evitando utilizar os termos masculinos como referência de concordância geral. Deste modo, entendemos que “[...] a língua deve ser compreendida como um reflexo da sociedade e vice-versa – é impossível que uma se transforme sem que a outra também participe do processo” (GONÇALVES, 2018, p.100).

Contudo, o país vizinho também sofreu modificações em relação às suas conquistas universitárias, ao vivenciar um governo de feição autoritária em período semelhante⁸. No ano de 1947, durante o comando de Perón, a população enfrentou a Lei n.13.031, que se contrapunha aos postulados de autonomia conquistados na Reforma de 1918. Além do mais, abriu caminhos para a intervenção estatal nas universidades, afastando alunos e professores das questões da universidade e da vida política, bem como reprimindo qualquer movimento ou atuação da resistência (CAPELATO, 1998).

Assim como os/as estudantes argentinos/as, o movimento estudantil brasileiro também se destacou pela resistência durante os regimes autoritários aqui instituídos. Neste capítulo, tratamos de sua luta pela Reforma Universitária até o período em que o movimento foi colocado na clandestinidade; na sequência, destacou-se a resistência do ME ao governo ditatorial e aos mecanismos de repressão instituídos junto ao campo da educação.

A história do movimento estudantil, tanto nacional quanto estadual, está organicamente ligada às mudanças político-sociais e, conseqüentemente, ao seu reflexo na educação. Portanto, neste capítulo, aprofundamos a história do movimento estudantil, com destaque para algumas de suas ações, as quais são fundamentais para compreender a importância e a atuação dessa entidade no contexto educativo brasileiro.

2.1 MILITÂNCIA ESTUDANTIL

O movimento estudantil universitário brasileiro data desde o início do século XX e nasceu em um espaço institucional predominantemente marcado pela presença masculina, pois foi apenas a partir da década de 1960 que as mulheres ingressaram efetivamente nas universidades⁹. Afinal, a participação feminina na fase embrionária do movimento estudantil brasileiro esbarrava frontalmente na ausência forçada das mulheres no ensino superior, no século XIX. No que concerne à

⁸ O governo autoritário de Getúlio Vargas, conhecido historicamente por Estado Novo, teve seu início no ano de 1937 e chegou ao fim em 1945. Já na Argentina, o peronismo, como ficou conhecido o governo de Juan Domingo Perón, foi atuante de 1945 a 1955.

⁹ Joana Maria Pedro explica que “no final do século XIX e início do XX, as poucas mulheres que conseguiam ser estudantes e obter grau em universidades eram um fato tão raro que mereciam notícias nos jornais de todo o país” (2005b, p.171)

legislação, a menção à presença das mulheres é muito tardia, particularmente, quando da aprovação do Decreto 7.247, de 19 de abril de 1879¹⁰, que fazia menção à presença feminina nas faculdades. Por sua vez, a historiografia aporta poucos dados sobre a inserção da mulher, não apenas nos primórdios do movimento estudantil, como também no ensino superior.

No que concerne ao caráter político do movimento, não pode ser negado, desde as suas primeiras manifestações no solo universitário. Esse seguimento estudantil teve uma consolidação baseada nos aportes da política formal, mas isso por si só não o define, visto que possui suas próprias especificidades, como explica Bezerra e Souza:

[...] embora dialogando historicamente com os partidos políticos, tendências partidárias e demais organizações da sociedade civil, o movimento estudantil é um espaço que, em tese, se diferenciaria das organizações mais rígidas e formais, tanto no que se refere à sua composição, jovens universitários (as) -, quanto nas formas de organização, que deveriam estar sintonizadas com as questões vivenciadas pelas juventudes no contexto contemporâneo (2006, p.211).

O movimento estudantil foi elencado neste trabalho como um campo de investigação, que perpassa o âmbito educacional e se integra também a um campo político. Podemos destacar que, no período anterior à ditadura militar e mesmo durante esse momento, o ME representou o meio mais significativo de expressão política para os/as jovens, principalmente, pelo fato de que, no período pré-golpe, a juventude vivia o momento das lutas democráticas. Por esse motivo, analisamos somente a militância do período¹¹.

O movimento estudantil, em sua dinamicidade, vinha, na década de 1960, de uma composição política que sofreu as influências da sociedade nacional-desenvolvimentista:

[...] a formação e luta pela reforma universitária, uniam-se a lutas mais amplas, à visão de um projeto nacionalista e

¹⁰ Brasil, Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. “Reforma o ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Império”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 02 fev. 2020.

¹¹ Segundo Marcos Ribeiro Mesquita (2001) afirma, em suas análises sobre a militância no movimento estudantil, ele é dinâmico e, assim, são suas reivindicações e perfil de militantes, que agregam em suas lutas as necessidades da sociedade em que atuam.

desenvolvimentista, à experiência do poder nas mãos das camadas de esquerda com Goulart. Nessa conjuntura, os estudantes, de fato, se colocavam como sujeitos protagonistas, como sujeitos históricos importantes (MESQUITA, 2001, p.12)

Os/as estudantes figuravam um papel importante de conscientização e mobilização social, sendo recrutados/as para a vida política por meio do movimento estudantil. Por sua vez, as bandeiras, propostas na década de 1960 pelo ME, estavam muito próximas da realidade social, pois o debate no campo educacional propiciava uma visão ampla da sociedade. Por esse motivo, os/as jovens preocupavam-se com a alfabetização da população, com a cultura e, principalmente, com a reforma da universidade, para que pudesse abranger as mudanças oriundas do setor social. São essas bandeiras que o movimento estudantil levanta nos anos 1960, as quais atraem a participação dos/das jovens.

A década de 1960 também foi um marco importante para a educação no ensino superior da mulher. Para Pedro (2005b), o número de mulheres na universidade aumentou significativamente nos anos sessenta, devido a uma “mudança nas relações de gênero”, resultado do ressurgimento de diversos feminismos, da dissociação das relações sexuais, decorrente da obrigatoriedade de procriar, com o surgimento de métodos contraceptivos, bem como o desenvolvimento dos meios de comunicação. Dessa maneira, nesse período, enquanto a universidade torna-se também um ambiente ocupado pelas mulheres, o movimento estudantil abre-se para essas novas estudantes.

Contudo, a filiação delas ao movimento estudantil vai além da nova presença feminina na universidade. Elas se colocavam no ME devido às suas identificações com as lutas do movimento. Essa agremiação possibilitou a ruptura das mulheres com os padrões de feminino, tão reproduzidos no binômio casamento-maternidade: “os novos sujeitos políticos, constituídos a partir desta inserção nos movimentos sociais, tem em sua formação uma trajetória do privado para o público”. (SANTOS, 2011, p.38).

Entretanto, no espaço público por elas adentrado, ainda não havia lugar para o debate feminista. No período do golpe, as lutas eram de caráter político-democrático e as estudantes engajavam-se nessa perspectiva; não ocorria, ainda, o questionamento sobre o papel da mulher na sociedade, no âmbito do movimento,

pois as lutas dessa entidade relacionavam-se às gerais, que atravessavam a juventude.

As construções sociais da juventude universitária brasileira estiveram ancoradas sobre o paradigma de sua representação política, o movimento estudantil. À luz dos acontecimentos políticos, o movimento estudantil esteve, nas décadas de 60 e 70, envolvido em confrontos diretos contra o regime político vigente. Foram anos nos quais a juventude saiu às ruas, e ao invés de espectadores de um momento histórico se tornaram sujeitos atuantes e combativos (SANTOS, 2011, p.50).

A militância estudantil estava associada aos problemas políticos que se vinculavam diretamente à condição dos/das jovens nas universidades. Apesar de ser o momento mais violento e repressivo da ditadura militar, mesmo no período de 1969 a 1975, “a universidade constituía-se, àquela época, num espaço onde a crítica, apesar da vigilância, ainda era possível” (PEDRO, 2005b, p.172). Os/as jovens encontravam na militância estudantil o meio para reivindicar seus direitos e subverter a ordem conservadora imposta pelos militares.

A configuração da juventude da década de 1960 diferencia-se daquela dos anos da reabertura política. Isso porque os/as jovens, em 1968, sofreram muitas mudanças culturais e comportamentais. Para Zuenir Ventura (1988, p.16): “era uma juventude que se acreditava política e achava que tudo devia se submeter ao político: o amor, o sexo, a cultura, o comportamento”.

O autor descreve que a juventude, em 1968, tinha um interesse natural na teoria; estudavam o marxismo e suas vertentes, de maneira que esses pensamentos norteavam a composição do movimento estudantil, muito disposto a encarar a repressão massiva desencadeada naquele ano.

A militância estudantil, até o fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, tinha suas próprias regras e modelações. Era uma militância fundamentalmente masculina, não pela presença massiva de homens no movimento, mas pela formação masculina de militante, que transcendia às militantes femininas. Para Pedro (2005b):

A inserção destas jovens em grupos de esquerda, cuja escolha era muitas vezes realizada em função do lugar de atuação do namorado, exigia, para ser aceita, a adoção de um conjunto de normas que regiam o que falar, o que vestir, o que ler e até como viver (p.172)

Ao adentrar o movimento estudantil, elas rompiam com os padrões de seu gênero; libertavam-se do destino incontestável do casamento e da maternidade, mas, ao mesmo tempo, necessitavam agir de acordo com as regras masculinas, para, assim, se estabelecer como militante.

Roberta Souza e Tereza Esmeraldo Bezerra (2006), ao discutirem o modelo masculino da militância na juventude, revelam que a militância estudantil exige de seus/suas militantes uma grande dedicação de tempo para a causa; também, estão intrínsecos nesse modelo outros fatores marcados pela diferença de gênero, como a definição dos comportamentos, a linguagem utilizada, a fala em público, a organização do tempo, a divisão das tarefas dentro da organização, tudo pontualmente associado ao masculino, o que contribuía à interpretação de que a política é masculina.

Alguns desses aspectos foram rompidos ou modificados a partir de meados da década de 1970, quando quebraram-se paradigmas próprios do gênero e a sociedade encaminhou-se para a abertura política. Assim como bem pontuou Zuenir Ventura (1988), a juventude modificou-se após os acontecimentos de 1968; as aspirações e necessidades dos/das jovens também se modificaram de acordo com a influência da cultura mundial.

No Brasil, as entidades representativas dos estudantes, tanto a nível estadual como nacional, sofreram muitas perseguições, principalmente, entre os anos de 1966 a 1968. Isso gerou uma desarticulação do movimento estudantil.

Quando o ME retomou sua legalidade, no fim dos anos 1970, outra geração assumiu a militância; os/as novos/as jovens conheciam teorias diferentes daquelas do início dos anos 60, quando o marxismo dominava e a efervescência juvenil voltava-se a transformar a sociedade capitalista por meio da revolução.

Novas teorias surgiam no campo educacional e a universidade cedeu espaço para a contestação das velhas verdades. O debate feminista também chegou às salas de aula: “a trajetória da inserção dos estudos sobre a mulher, o feminismo e o gênero na universidade pode ser pensada como um espaço de legitimação de conhecimentos contestadores das verdades que se pretendem questionar” (PEDRO, 2005b, p.171).

Esses aspectos abriram espaço para a militância feminina mais conscientizada dentro do movimento estudantil. Assuntos como virgindade, pílulas, sexo, começaram a ganhar o espaço, anteriormente dedicado apenas às lutas

sociais. A retirada do Estado autoritário e conservador de cena cedeu lugar para novas militâncias e novos desafios da pós-modernidade.

2.2 O SURGIMENTO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL – DO INÍCIO DA UNE AO GOLPE DE 1964.

Como visto anteriormente, os estudantes brasileiros, desde o século XVIII, apresentavam certo destaque no cenário nacional. Porém, foi apenas na década de 1930 que a necessidade de unificar os discentes em um movimento único emergiu.

No ano de 1937, aconteceu, no Rio de Janeiro, o I Conselho Nacional de Estudantes, evento que ocorreu na Casa do Estudante do Brasil e marcou o início da UNE. A sua primeira sessão oficial foi proferida com a presença marcante da fundadora e presidente vitalícia da Casa do Estudante, Ana Amélia de Queirós Carneiro de Mendonça. No dia seguinte, a reunião também foi conduzida por uma estudante, Leda Boechat Rodrigues, representando a União Universitária Feminina (POERNER, 2004).

A UNE surgiu em um cenário político controverso; de um lado, a solidificação do Estado Novo, período autoritário vivido no Brasil de 1937 a 1945, que mantinha controle sobre as ações de diversos setores da sociedade, inclusive o setor educacional - isso incluía as ações dos/das estudantes; por outro lado, a integração dos/das acadêmicos/as brasileiros/as em uma entidade, preocupados/as com os problemas da sociedade.

O regime do Estado Novo, no qual o país vivia, procurou exercer controle sobre a educação formal e a educação informal do povo¹². Valendo-se de um sistema propagandístico e técnicas de comunicação, influenciado pelos modelos do nazismo e fascismo, atuou pelo setor de comunicação, de educação e da cultura, com o objetivo de expandir sua propaganda política, a fim de conquistar “corações e mentes” (CAPELATO, 1998).

¹² Entende-se por educação formal o "sistema educativo institucionalizado, graduado cronologicamente y jerárquicamente estructurado", es decir, al sistema escolar y sus instituciones tradicionales" (RUIZ, 1992, p.100). Já a educação Informal, pode ser entendida como aquela que "ocorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores" (GOHN, 2008, p.100). Ruiz (1992) afirma que a educação Informal pode acontecer ouvindo a rádio, assistindo televisão, indo ao cinema, lendo livros, dentre outras experiências que exijam o contato com o meio.

O regime varguista procurou impedir qualquer tipo de manifestação que se mostrasse oposta à ideologia do governo. Contudo, no ano de 1942, os/as estudantes desafiaram o regime e realizaram uma manifestação de expressão nacional. Após o episódio em que a Alemanha afundou os navios brasileiros, o país entrou na guerra contra os países do Eixo¹³. A UNE, que se opunha ao nazifascismo e já pressionava o governo brasileiro, organizou, no Rio de Janeiro, a Marcha de 4 de julho, contra os países do Eixo, que resultou na participação de milhares de jovens.

Apesar de essa passeata obter destaque nacional e ser reportada por vários jornais, não foi a única ação dos/das estudantes. Os membros da UNE já realizavam diversas manifestações públicas, que eram rigorosamente interrompidas pelos agentes do governo. Pode-se destacar que, já no período do Estado Novo, os/as estudantes conheceram o amargo sabor da censura e da repressão.

Como prova de tamanha opressão, relembremos o caso fatídico do estudante Demócrito de Souza Filho, que chocou o país, em 1945. Demócrito cursava a Faculdade de Direito e ocupava o cargo de primeiro-secretário na União dos Estudantes de Pernambuco. Militante ativo, incentivava manifestações em busca da redemocratização do país, tendo em vista que, no mundo, os regimes totalitários estavam se esfacelando.

Assim, no dia 5 de março de 1945, Demócrito fez-se presente no Comício pró-candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, em Recife. Porém, o interventor do Estado, Etelvino Lins “determinou a repressão violenta da manifestação, o que redundou na morte de Demócrito de Souza Filho, [...] que expirou ali mesmo, no palanque em que se sucediam os oradores, atingido por uma bala na testa” (POERNER, 2004, p.161). A morte do estudante, pertencente à classe média, demonstrou que a repressão poderia ser implacável com qualquer um.

Professores, intelectuais e estudantes também foram perseguidos/as pela polícia política nesse período. Esse órgão representava a censura e a repressão, reflexos do governo autoritário. Contudo, conforme o Estado Novo oprimia as liberdades, mais os/as universitários/as compactuavam com a ideia de redemocratização e a UNE se fortalecia.

¹³ Os países do Eixo eram formados pela Alemanha, Itália e Japão, todos governados a partir de ideias e práticas autoritárias e extremistas.

A direção da UNE foi assumida no ano de 1938, por Valdir Ramos Borges, no final do II Congresso Nacional dos Estudantes. Porém, desde sua consolidação, passou por diversas modificações, ficando sob responsabilidade de estudantes que possuíam ideias e aspirações socialistas e comunistas, em alguns períodos, ainda que também tenha sido dirigida por estudantes representantes da direita e, mesmo, por aqueles da Juventude católica.

Em 1947, no X Congresso Nacional dos Estudantes, Roberto Gusmão assumiu a presidência da UNE, sendo o primeiro estudante da fase conhecida por hegemonia socialista. Nesse período em questão, a UNE representava uma forte luta no cenário nacional, defendendo a criação de uma empresa estatal unicamente brasileira para a exploração do petróleo do país. A campanha, propagada sob o lema “O Petróleo é nosso”, ia contra os projetos de privatização difundidos pela direita (FÁVERO, 1995).

Devido à intensa participação dos/das estudantes no cenário político-econômico nacional, vinculados às ideias socialistas, oriundas dos dirigentes dessa entidade, os/as discentes passaram a sofrer maior repressão por parte da polícia durante a hegemonia socialista.

Foi em 1950, no XIII Congresso Nacional dos Estudantes, que o estudante Olavo Jardim Campos foi eleito, o qual representaria o início de uma série de presidentes liberais que viriam a compor a UNE até 1956, quando os progressistas assumiriam novamente a direção. Conseqüentemente, a entidade ficou sob domínio dos estudantes direitistas, o que diminuiu a atuação política da UNE em plano nacional, mas não a anulou, pois, influenciados pelo governo de Vargas, que voltava ao poder, os/as estudantes se viram compelidos a continuar a campanha *O petróleo é nosso*. Outro fator importante, que fez com que os/as alunos/as prosseguissem atuantes, mesmo na fase direitista, foram os dispositivos estatutários da entidade, visto que eram documentos de caráter progressista e obrigavam que as ações da UNE seguissem o caminho de luta pelo nacionalismo, contrários ao movimento entreguista (POERNER, 2004).

Após 1956, os progressistas retomaram a direção da UNE, que passou a ser composta por estudantes comunistas, socialistas independentes e por membros da Juventude Universitária Católica. Até 1960, as manifestações foram contra o

aumento das passagens de bondes¹⁴, bem como contra o Acordo de Roboré¹⁵, que marcou o início, enquanto movimento, das lutas pela Reforma Universitária (FÁVERO, 1995).

A partir da década de 1960 o movimento estudantil tem uma atuação mais ativa, e a entrada das mulheres na universidade faz com que o movimento receba mais militantes femininas. Contudo, foi apenas em 1982 que a UNE elegeu sua primeira presidenta¹⁶. Clara Maria Araújo, estudante de Ciências Sociais da UFBA, foi eleita no 34º Congresso da UNE, que usou sua posição na diretoria do movimento para alavancar as *Diretas Já*.

Como visto acima, a UNE foi se destacando no cenário nacional, pois a presença da organização dos/das estudantes agia para além dos muros das universidades. Foi assim que, no final dos anos 1950:

[...] a entidade dos estudantes projetou-se, de maneira mais acentuada, no panorama político nacional, quando se lançou ao debate de questões que estavam mais amplamente presentes na sociedade brasileira da época. A orientação econômica, a ordem política, o nacionalismo, o desenvolvimento, a política educacional, por exemplo, foram alguns dos temas em torno dos quais a UNE manifestou-se e buscou, em diversas ocasiões, mobilizar os estudantes (SANFELICE, 1986, p.18).

De fato, o ano de 1960 começara com uma nova e importante mobilização, a Reforma Universitária. O desejo de uma reforma no ensino não era um tópico novo dentro do movimento, uma vez que os/as estudantes já haviam organizado, em 1957, o I Seminário de Reforma de Ensino, numa tentativa de debater sobre a qualidade da formação universitária; contudo “[...] não alcançou a importância almejada, por se ater à busca de soluções meramente pedagógicas” (POERNER, 2004, p.171).

Foi assim que, em 1961, a entidade organizou o I Seminário Nacional da Reforma Universitária, que tinha por objetivo analisar a formação do/da estudante universitário/a, a qual, ao olhar da UNE, era deficitária socialmente, ou seja, formava profissionais que não tinham compromisso com a sociedade.

¹⁴ É ao final dessa greve que surge a União Operária Estudantil Contra a Carestia, devido ao sindicato operário ter se solidarizado com a luta da UNE (POERNER, 2004).

¹⁵ Esse acordo envolvia a aplicação de recursos da Petrobrás na Bolívia em favorecimento da empresa Gulf.

¹⁶ União Nacional dos Estudantes. Há 32 anos, UNE elegeu sua primeira mulher presidenta (2015). Disponível em <<https://une.org.br/2014/09/ha-32-anos-une-elegia-sua-primeira-mulher-presidenta/>> Acesso em 08/04/2020.

Além desses temas, outros tópicos relacionados com a situação contraditória da universidade também permearam as discussões desse evento, sendo:

Exame vestibular, programa e currículo, sistema de aprovação, administração da universidade, participação do corpo discente na administração da Universidade, autonomia e funcionamento da universidade, realidade brasileira, mercado de trabalho, cátedra vitalícia, tempo integral e função da universidade (SANFELICE, 1986, p.31).

Percebia-se a preocupação dos/das estudantes de manter uma universidade em contato com a realidade social, bem como debatiam sobre a participação efetiva dos discentes no interior da universidade, em detrimento da centralização do poder. Desse seminário, originou-se o documento Declaração da Bahia, “equivalente, em importância, ao Plano de Sugestões para a Reforma Educacional Brasileira, aprovado no II Congresso Nacional dos Estudantes, durante o Estado Novo” (FÁVERO, 1995, p.35).

Essa declaração de caráter “revolucionário”¹⁷ discutiu alguns temas centrais, subdivididos em capítulos denominados, *A realidade brasileira*, sendo ela econômica e política; *A universidade no Brasil*, realizando críticas quanto à atuação da universidade em relação à cultura, ao desenvolvimento do profissional e à sua responsabilidade social; e, por último, *A reforma universitária* em si, que agrega o compromisso da universidade com o povo, as mudanças em relação ao corpo docente, autonomia administrativa, financeira e didática, bem como condições de acesso e permanência do/da estudante na universidade.

Tratando-se d’*A Realidade Brasileira*, inicialmente, os/as estudantes construíram uma síntese da situação socioeconômica do país, com destaque para a realidade política, em que os/as participantes enfatizavam que “a vida política brasileira apresenta-se não como um setor de realização das aspirações de todo o povo, mas como um instrumento de poder das classes dominantes” (UNE, 1961, p. 11).

Na sequência do documento, foi tratada *A Universidade no Brasil*, que recebeu fortes críticas quanto à sua atuação e inserção social. Os/as discentes relataram que a universidade não incentivava a cultura, apenas a absorvia, de forma

¹⁷ Os/as estudantes apresentaram esse termo no início do documento para explicar o motivo pelo qual a Declaração da Bahia não foi publicada pelos órgãos oficiais do governo. Segundo os representantes do MEC e da Universidade do Brasil, o documento possuía teor revolucionário, assim, propuseram cortes no texto (censura), mas os/as estudantes não aceitaram.

importada; além do mais, “falha em sua missão de esclarecer ao povo o conteúdo de uma cultura popular, entendida como o despertar das classes populares para a consciência de sua destinação histórica dentro dos quadros brasileiros” (UNE, 1961, p.19).

Quanto à formação do profissional, encontrava-se defasada, pois o currículo dos cursos não permitia a iniciativa estudantil, que viesse a ter uma visão voltada para a realidade nacional ou regional do país, em sua área específica. Por conseguinte, formavam-se profissionais individualistas, que não compreendiam as necessidades coletivas.

Por fim, tratou-se d’*A Reforma Universitária*; foi nesse momento que ocorreu o registro das principais diretrizes relacionadas com a mudança que a Reforma propusera. Dentre elas, estavam o compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo, ao proporem atitudes como:

- a) Lutar pela reforma e democratização do ensino, dando a todos condições de acesso à educação, em todos os graus.
- b) Abrir a universidade para o povo, através da criação nas Faculdades de cursos acessíveis a todos; utilizar os Diretórios Acadêmicos como organizadores (ou as próprias Faculdades) de cursos de alfabetização de adultos (ao alcance de qualquer Faculdade), de cursos de mestre-de-obras nas Escolas de Engenharias, cursos para líderes sindicais nas Faculdades de Direito. Promovê-los não só nos prédios das Escolas, como em favelas, circunvizinhas de fábricas e bairros operários. Na América Latina essas iniciativas recebem a denominação de Universidades Populares [...] (UNE, 1961, p.20).

Além desse envolvimento com as classes menos favorecidas, também foram evidenciadas, no documento, propostas de mudanças ao corpo docente, como o fim do sistema de cátedra vitalícia, o que, aos olhos dos estudantes, só promovia a aposentadoria intelectual do professor; além disso, exigia-se que o docente compreendesse a realidade social na qual se inseria a educação, conhecendo a natureza histórica da profissão na qual seu aluno iria atuar, atualizando-se, valorizando a pesquisa e promovendo a inter-relação com as demais matérias (UNE, 1961).

Em suma, para os/as estudantes que se empenharam na construção desse documento tão significativo àqueles interessados na reforma universitária, a preocupação estava centralizada na formação íntegra dos profissionais, que abrangesse a vida política, a realidade social, de forma que, da universidade,

partissem as condições necessárias para a transformação da sociedade. Para eles, a mudança social não seria possível enquanto a universidade continuasse a ser “[...] apenas uma peça de um conjunto globalmente alienado” (UNE, 1961, p.20).

Ainda nesse contexto, os/as estudantes entendiam e propunham que a universidade deveria estar comprometida com o povo brasileiro, não em favorecimento à classe dominante; além do mais, devia reconhecer-se como instituição histórica, funcionando numa sociedade de classes, cujo país encontrava-se em desenvolvimento. Contudo, a preocupação com a educação, voltada para os interesses das classes populares, não era exclusiva da UNE. Desde os anos 1950, havia movimentos e organizações compromissadas em alfabetizar e politizar as massas.

A exemplo desses movimentos de educação e cultura popular, preocupados com a formação da classe trabalhadora, funcionava o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB), a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” e, próprio dos/das estudantes, o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, sendo todos projetos perpassados pelo método Paulo Freire (SCHMITT, 2001; CUNHA e GÓES, 2002).

Por meio da Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, bem como por outros projetos de alfabetização da população, cujo método¹⁸ provinha do professor Paulo Freire, os estudantes entravam em contato com o povo e, ao mesmo tempo, conquistavam consciência da realidade nacional (POERNER, 2004).

Paulo Freire¹⁹, educador brasileiro, influenciou esses/essas jovens, ao elaborar uma pedagogia do oprimido, cujo principal objetivo era formular uma educação humanista e libertadora, de modo que, para isso, percorreriam-se dois caminhos:

¹⁸ O método utilizado por Paulo Freire, que foi muito estimado junto ao planejamento das Reformas de Base de Jango, possuía, em síntese, algumas etapas a serem seguidas com rigor: investigação do universo vocabular do grupo que seria alfabetizado, escolha dos temas geradores a partir desse vocabulário, respeitando a diversidade fonética e a realidade local, regional e nacional. Escritas de ficha-roteiros para nortear a ação dos educadores; após, a leitura das respectivas fichas com a decomposição silábica (CUNHA; GÓES, 2002).

¹⁹ Paulo Freire defendia uma educação que permitisse a compreensão crítica da totalidade na realidade social, que partisse de temas relacionados à realidade do/a aluno/a, para que, assim, pudesse partir da cultura do sujeito, negando a “invasão cultural” promovida pelos opressores. Porém, teve seus projetos interrompidos após o golpe; suas atividades foram consideradas subversivas, tendo sido ele preso duas vezes; ao final de 1964, foi exilado na Bolívia.

O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão se comprometendo, na práxis, com sua transformação; segundo, em que transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 1987, p.40).

Essa constância entre se reconhecer como oprimido, operando dentro de uma sociedade opressora, e buscar, por meio da educação, a libertação dos sujeitos, propiciou base para os movimentos de cultura e educação, desenvolvidos no período, pois os envolvidos nesses projetos entendiam que “a ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo ‘ação cultural’ para a liberdade [...]” (FREIRE, 1987, p.52).

Nessa perspectiva, na década de 1960, o termo cultura popular foi sendo conhecido e discutido no país. Essa vertente cultural, por sua vez, impulsionou diversos movimentos a favor das classes menos favorecidas, surgindo como crítica à maneira que se pensava a cultura do povo brasileiro e, principalmente, pelo uso político que as elites faziam da cultura brasileira - ela mesma colonizada, usada para dominar e alienar as classes populares (FÁVERO, 1983).

Por meio da cultura popular, pretendia-se politizar as classes menos favorecidas, que, devido à sua condição social, não possuíam acesso a uma cultura mais elaborada e aceita socialmente, ou ainda, apenas recebiam o que a classe dominante lhes ofertava. Os projetos de cultura popular, então, integraram diversos movimentos e eram dispostos pelo meio teatral, televisivo, musical, bem como passaram a compor os grupos organizados, que pensavam a cultura para o povo, mas também valorizavam uma cultura provinda deste. Assim:

Os instrumentos da cultura popular – alfabetização, núcleos populares, praça de cultura, teatro, artes plásticas, cinema, música, publicações, festas populares, festivais de cultura e todos os outros que se propõem à mobilização popular – são meios de conscientização, politização e organização do povo. Elaborados com e a partir de seus valores fundamentais, são válidos enquanto possibilitam a libertação popular de suas alienações (AÇÃO POPULAR, 1963, p.24).

No Paraná, o movimento estudantil buscou integrar os elementos da cultura popular em um projeto de arte emancipatória, concretizado, por exemplo, com o Jornal Flâmula, jornal estudantil da União Paranaense dos Estudantes (UPE). Por

meio deste, publicavam textos literários, como poemas e contos, a fim de produzir reações críticas nos leitores, o que tornaria “[...] a arte como um meio de comunicação para promover a conscientização popular, buscando uma possível transformação social” (BRAGGIO; FIUZA, 2019, p. 96). Por conseguinte, o jornal foi um instrumento utilizado no projeto de cultura popular, elaborado pela UPE.

Um dos projetos inovadores, que tratava de cultura popular e cultura “revolucionária”, foi o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, cujo manifesto revela:

[...] o CPC representa precisamente o fenômeno de generalizar e efetivar, num nível superior e em escala nacional, a experiência dos incipientes departamentos culturais das organizações de massa. Isto significa que o povo, tendo lançado as bases de sua defesa material, está agora em condições de instituir o dispositivo que lhe permite resguardar e desenvolver seus valores espirituais, sua consciência (CPC da UNE, 1962, p.64).

O Jornal Última Hora²⁰, em sua edição de setembro de 1962, cuja cópia encontra-se nos documentos da DOPS, explica que:

O Centro Popular de Cultura [...] é agregado à UNE e tem por finalidade levar a arte ao povo e a sociedade. Para isto, promoveu no Rio inúmeras demonstrações públicas, de filmes, debates e apresentações teatrais. O grau de maturidade com que foram encarados os problemas nacionais que dizem respeito ao estudante, demonstra como enfrentar os serios (sic) problemas de sua Nação²¹

Nos registros da DOPS-PR, foi possível encontrar uma cópia da cartilha²² que esse movimento utilizava com o intuito de alfabetizar os trabalhadores e levar cultura às classes populares. Na cartilha, encontra-se descrita uma das principais peças teatrais do movimento, intitulada “Auto dos 99%”. Nessa obra, os principais protagonistas são alunos/as e professores; o roteiro exerce uma forte crítica sobre a realidade das universidades no Brasil, preocupação constante da UNE.

²⁰ Jornal carioca, que começou a circular no ano de 1951, contudo, no período da ditadura militar, já possuía uma edição nacional.

²¹ Jornal Última Hora, 1962. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta temática Movimento Estudantil, n. 1391, topografia 165.

²² Uma Família Operária. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta temática Centro Popular de Curitiba, n. 212, topografia 24.

Quem é o analfabeto? (CORO) 57%, 57%, 57%
 Não vai pra Faculdade.
 Quem não fêz (sic) ginásial? (CORO) 67%, 67%, 67%
 Não vai pra Faculdade.
 Quem não fêz (sic) o científico? (CORO) 71%, 71%, 71%,
 Não vai pra Faculdade.
 Quem não tem dinheiro, ou vira transviado.
 Também não vai pra Faculdade.
 Deu... ? (CORO) 99%, 99%, 99%,
 VOZ – Logo, entra pra Faculdade 1% do povo brasileiro.
 CORO – Viva o 1%/ viva o 1% do povo do Brasil/ E o resto, e o resto/
 Vai... Vai ficar sem estudar... Azar!²³

Essas peças e roteiros eram apresentados aos estudantes e à população em geral. Contudo, tais manifestações artísticas não passaram despercebidas pelo olhar dos agentes da DOPS, como revela o documento produzido pela polícia, em 1968, no Estado do Rio de Janeiro, relativo à peça Auto dos 99%. Esse documento revela que, já em 1962, mesmo sem o aporte da censura institucionalizada - que se efetivou a partir do golpe de 1964 -, a referida peça fora proibida, pelo governo, de ser apresentada, o que não impediu que estudantes a interpretassem nas faculdades no mesmo ano.

Em 1968, já no contexto autoritário, novamente, os/as estudantes organizariam a apresentação dessa peça, por meio do grupo “Teatro do Autor Brasileiro”, composto por antigos artistas do CPC, fato que deveria ganhar a atenção dessa polícia²⁴. Devido ao cunho satírico da peça, foi amplamente vigiada e proibida. Ainda durante a Transição política, o Auto recebia profunda atenção, como aparece no registro da DOPS, em Curitiba, quando, no ano de 1983, os agentes apreenderam os panfletos que convidavam a comunidade universitária a participar da “Semana da Cultura Popular”. No levantamento de informações, os agentes identificaram que ela foi proibida, em 1962, e censurada, em 1968; foi até considerada “pornográfica”. E continuam:

A peça satiriza toda a história brasileira, desde a dominação portuguesa; critica a política educacional, taxando-a de estar voltada, desde o início, para uma pequena minoria de latifundiários, para a nobreza e para os militares. Vários trechos ofendem acintosamente

²³ Auto dos 99%. . In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta temática Centro Popular de Curitiba, n. 212, topografia 24.

²⁴ Documento n. 68003853.01

autoridades e a política do atual governo, atacando, inclusive ministros²⁵.

A peça sofreu a vigilância e a censura dos diferentes governos que estiveram no poder durante o período ditatorial, pois representava um instrumento de conscientização política por meio da arte, assim como outras iniciativas artísticas oriundas dos CPCs. Dessa maneira, após os eventos e debates sobre as reformas universitárias e de base, o público podia prestigiar diferentes espetáculos, de cunho teatral, musical ou cinematográfico, que instigavam quem os assistia a repensar o que já havia sido discutido anteriormente em debate; mas, agora, de maneira informal e prazerosa, no intuito de conscientizar os universitários sobre os desafios nacionais, a fim de que eles levassem tal conscientização a camadas mais amplas da sociedade (BARCELLOS, 1994).

Para Martins (1965), a cultura popular pode se concretizar de incontáveis formas diferentes. Todas, entretanto, servem sempre ao mesmo propósito último, que é a educação revolucionária das massas. Desse modo, também é possível verificar a atenção dada à alfabetização dos trabalhadores:

Tomé e Ana trabalham muito.
 Eles têm família grande.
 Tomé é pedreiro.
 Ele faz casas grandes e bonitas.
 Mas ele mora num barraco²⁶.

O texto, retirado de um manual de alfabetização para jovens e adultos, nomeado *Uma Família Operária*, arquivado pela DOPS-PR, simboliza a preocupação de unir o processo de alfabetização à crítica da sociedade de classes. Esse manual, em sua extensão, era composto por pequenos textos envolvendo futebol, trabalho na fábrica, profissões diversas, sindicato, greve, família, que vão se constituindo em lições de alfabetização²⁷. Esse projeto fazia parte das aspirações dos/das estudantes, agora sendo colocadas em prática, e resultantes de seus debates transformados em ação.

²⁵ Peça de Teatro O Auto dos 99%, 1962. In: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.83004501 – Dossiê.

²⁶ Uma Família Operária. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta temática Centro Popular de Curitiba, n. 212, topografia 24.

²⁷ Os temas partiam da realidade social do/da trabalhador/a; dessa maneira, “a investigação temática se faz, assim, um esforço comum de consciência da realidade e de autoconsciência, que a inscreve como ponto de partida do processo educativo, ou da ação cultural de caráter libertador” (FREIRE, 1987, p.95).

Uma das medidas adotadas para levar os/as estudantes de todo o país a conhecerem a Declaração da Bahia e, posteriormente, a Carta do Paraná, foi a UNE-Volante, promovida pelo então presidente da UNE, Aldo Arantes. Por meio dessa organização, o CPC levava “sua mensagem cultural” (POERNER, 2004, p. 183) por todas as capitais brasileiras:

Um dos maiores empreendimentos levados a efeito pela União dos Estudantes é o que se concordou em denominar de UNE-Volante, forma itinerante da UNE levar a todos os Estados do Brasil, a palavra dos estudantes sobre muitos dos problemas referentes à vida nacional, principalmente Reforma Universitária. (Jornal Última Hora, 1962²⁸).

A UNE-Volante também levou a nível nacional o conhecimento do projeto do CPC, o que acarretou novas formas de organização do CPC a níveis estaduais. Por meio dessa iniciativa, o CPC agia em várias cidades e capitais, orientando os estudantes das filiações estaduais quanto ao quesito dos projetos de alfabetização, criação de espetáculos populares, edição de folhetos, formação dos grupos de teatro, dentre outras atividades que se mostravam necessárias (GULLAR, 1963).

A atuação nos estados estava ligada ao CPC nacional, como mostra o documento encaminhado ao diretor da Segurança Nacional, em 1965, na cidade de Natal, que relata a presença de um grupo no país. Esse relatório informava que, desde 1962, o CPC atuava junto à UNE e tinha a função de disseminar por todo território brasileiro suas ideias revolucionárias.

Por conseguinte, no estado do Rio Grande do Norte, esse grupo operava por meio do Centro de Cultura Popular (CCP), órgão que, antes da revolução, ficou sob responsabilidade do Conselho Estadual do Desenvolvimento (CED), setor do governo que, à época, encontrava-se nas mãos de políticos do campo da esquerda. O CCP participava das frentes dos programas de educação de base, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, além da própria vertente de cultura popular²⁹. Para os agentes da polícia, o grupo atuante era uma ameaça à segurança nacional, pois disseminavam suas ideias e doutrinas por meio da cultura e educação popular.

²⁸ Jornal Última Hora, 1962. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta temática Movimento Estudantil, n. 1391, topografia 165.

²⁹ Processo SECOM, 1965. In: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, BR RJANRIO TT.0.MCP, PRO.49 – Dossiê.

O CPC, que operou no Paraná, de acordo com Schmitt: “[...] iniciou-se com a Companhia Teatro do Povo, vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1959, e o seu fechamento ocorreu em 1964, com o golpe militar” (2011, p. 26). O CPC do Paraná se constituiu como um movimento político e cultural que abarcava as artes, a cultura, a educação e a política, com a finalidade de conscientizar e mobilizar politicamente a população. Impulsionados pela ascensão dos movimentos populares a nível nacional, os artistas e intelectuais do estado assumiam a responsabilidade de produzir uma nova cultura popular (CALDAS, 2009).

Dessa maneira, o CPC cumpriu uma função nacional e regional de levar às camadas populares o acesso a determinadas expressões culturais, tendo por base um texto crítico e revolucionário. Para Poerner (2004), o CPC demonstrava despreparo para algumas responsabilidades que queria assumir, cometendo alguns erros, mas que, na maioria das vezes, não teriam como ser evitados na época em que ficou ativo. Por conseguinte, o movimento partiu de uma ideia de levar cultura às massas como forma de libertação desse povo, cumprindo um dado positivo em meio à crise nacional que emergia no país. Por outro lado, aproximava-se da valorização da cultura e do conhecimento popular, inerente ao Método Paulo Freire, igualmente, valorizando expressões artísticas populares.

Como já visto, a UNE tinha interesses e projetos voltados à categoria estudantil e à sociedade em geral. Dessa maneira, em março de 1962, os estudantes realizaram o II Seminário da Reforma Universitária, ocorrido em Curitiba, no Estado do Paraná: “No II Seminário, retoma-se a linha de crítica à universidade brasileira, iniciada em Salvador, e a questão básica levantada passa a ser o caráter arcaico e elitista das instituições universitárias no País” (FÁVERO, 1995, p.40).

O evento foi noticiado pelo jornal *Última Hora* (1962), com a seguinte manchete: “Acadêmicos de todo o país debaterão em Curitiba a reforma universitária”, seguido pela explicação da acadêmica responsável pela divulgação do II SRNU:

A Reforma Universitária transformará a Universidade fazendo-a capaz de apreender as necessidades sociais e explicitá-las claramente. A Universidade atualmente, pertence somente a uma classe social e não à sociedade. Só os elementos privilegiados economicamente podem fazer o curso superior. E servem-se do diploma que tal curso lhes confere para explorar ainda mais os oprimidos socialmente. A RU quer quebrar este círculo vicioso.

Pretende-se que a Universidade eficazmente dê ao estudante uma visão de sua responsabilidade. (Jornal Última Hora, 1962³⁰).

A preocupação com uma Universidade voltada ao povo continua, seja pelo acesso ao ensino superior, como pela formação dos/das profissionais que, na universidade, se formariam e se voltariam às classes populares. Assim, desse Seminário de 1962, resultou a *Carta do Paraná*, documento que propiciou continuidade aos problemas diagnosticados pela *Declaração da Bahia*.

Como ocorrido com o documento oriundo do Seminário da Bahia, a Carta do Paraná foi subdividida em três tópicos fundamentais: I – Fundamentos teóricos da reforma universitária; II – Análise crítica da universidade brasileira; III – Síntese final: Esquema tático de luta pela reforma universitária. Além do mais, dois anexos acompanham o documento, sendo: I – Universidades regionais; II – Perspectivas da luta pela reforma universitária - Manifesto da União Nacional dos Estudantes³¹.

Já nas primeiras páginas do documento, os/as estudantes discutiam a repercussão que teve a Declaração da Bahia e como os governantes, diante de todas as denúncias descritas, prometeram uma solução para a questão do ensino e da universidade brasileira. Contudo, mais tarde, “as mesmas autoridades afirmavam ser praticamente impossível o que os estudantes desejavam, ainda mais porque, em sua opinião, a CARTA DA BAHIA continha preceitos ‘subversivos’” (UNE, 1962, p. 40).

Foi no primeiro capítulo, *Fundamentos Teóricos da Reforma Universitária*, que os/as estudantes tiveram a necessidade de aprofundar um pouco mais o debate acerca da situação político-social nacional, mas não sem antes revelarem alguns preceitos que ocorreram no cenário internacional, como:

[...] 3 - Agonia do colonialismo no mundo;
4 - Crescimento, na América Latina, Ásia, África, da consciência antiimperialista (sic) e revolucionária;
[...] Valorização e intervenção crescente das entidades internacionais (ONU, UNESCO etc.) (UNE, 1962, p. 41).

³⁰ Jornal Última Hora, 1962. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta temática Movimento Estudantil, n. 1391, topografia 165.

³¹ O documento foi explorado na íntegra e encontra-se, juntamente com a Declaração da Bahia, em anexos do livro UNE. **CARTA DO PARANÁ**. II Seminário Nacional de Reforma Universitária. Curitiba: UNE, 1962. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. UNE em Tempos de Autoritarismo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

Com base nesses argumentos, os/as estudantes procuraram desvendar a situação socioeconômica brasileira, aflorando a discussão sobre a busca do desenvolvimento promovido por bases capitalistas e reiterado pela política, que tinha interesses diretamente relacionados às classes dominantes. Desse modo, mostraram que a universidade estava ligada aos interesses políticos, os quais, por sua vez, estavam relacionados às classes abastadas. Para fazer frente a tal realidade, propuseram três metas para que a universidade cumprisse a sua missão revolucionária, visto que tal instituição de ensino devia “ser a expressão do povo, [...] ser por todas as formas antidogmática, [...] ser uma frente efetiva do processo revolucionário” (UNE, 1962, p. 47).

Na segunda parte do documento, os/as estudantes refletiam sobre a cultura nacional e popular, enfatizando que a cultura brasileira era alienada e promovia a manutenção do *status* da universidade. Discutiram também sobre os problemas estruturais da universidade, uma vez que a consideraram falha em sua organização estrutural, não correspondendo às necessidades dos estudantes, com um currículo falho e fechada à participação estudantil nos seus processos de administração (UNE, 1962).

Por fim, foi analisada a situação da Universidade de Brasília, recém-fundada, sendo que os/as estudantes esperavam que ela refletisse as reivindicações postuladas na *Declaração da Bahia*. Contudo, vendo que os/as discentes não ganharam o espaço esperado dentro dessa instituição para articular suas opiniões, dentre outras observações, concluíram que³²:

A Universidade de Brasília surge, assim apenas como instituição capaz de dar continuidade aos processos antidemocráticos da velha classe dominante. Ao contrário de revolucionar a educação tradicional brasileira, apenas a reafirma, contrapondo-se, em perigoso desafio, às lutas estudantis e populares do país (UNE, 1962, p.68).

Encerraram o documento na terceira parte, intitulada *Síntese final: Esquema Tático de Luta pela Reforma Universitária*, em que defenderam que a reforma universitária fosse colocada juntamente com outras reformas de base; além do mais, frisaram que o objetivo da reforma era a superação da situação atual da

³² A perseguição à UnB pela ditadura demonstra que a instituição não estava representando tão bem assim as elites.

universidade, enfatizada durante todo o documento, para que se transformasse em uma universidade democrática, com o ensino voltado à realidade brasileira.

Os anexos disponíveis na Carta do Paraná refletiam sobre a regionalidade das universidades, uma vez que o Brasil foi e é um país com diferentes culturas e realidades em cada região; isso fez com que os/as estudantes defendessem que essas especificidades fossem valorizadas.

Assim como na *Declaração da Bahia*, a *Carta do Paraná*, novamente, apontou as falhas da universidade na sua missão voltada a uma formação humanizadora. Foi além, ao apontar os aspectos culturais, regionais e estruturais da universidade brasileira, bem como aqueles ligados aos aspectos pedagógicos e político-sociais, já discutidos no documento produzido na Bahia. Por fim, mostraram que continuariam na luta pela Reforma da universidade, bem como prosseguiriam com as reivindicações relacionadas ao documento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 4.024/61, considerada pelos estudantes como classista e antidemocrática.

O Movimento estudantil buscou, de diversas maneiras, propiciar um caráter autônomo à universidade, por isso, os Seminários trouxeram para o debate pontos cruciais para a transformação da universidade, tanto no âmbito pedagógico quanto político-social.

Nesse espírito de luta e adesão dos/das estudantes à reforma, realizou-se, em 1963, o III Seminário Nacional de Reforma Universitária, que ocorrera em Belo Horizonte. Para Fávero (1995), foi nesse momento que os estudantes perceberam que tanto a Constituição Federal quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) criaram obstáculos à democratização da universidade e resolveram agir a partir dessa constatação. Assim, elaboraram uma emenda constitucional e um substitutivo à LDB.

Os/as estudantes, dessa forma, propuseram que fosse inserida na LDB a substituição da cátedra vitalícia pelo regime de carreira do professor. Questionaram o caráter seletivo dos vestibulares, defendendo o fim desse exame, substituindo-o, quando necessário, por exames classificatórios e não eliminatórios. Partindo de uma análise da universidade, exigiram que as verbas fossem revistas, promovendo novas diretrizes para a sua distribuição e aplicação. Por fim, defenderam que pelo menos um terço dos órgãos colegiados fosse composto por estudantes, promovendo,

assim, a justa representatividade na participação estudantil na universidade (UNE, 1963).

O papel assumido pela UNE, durante a realização dos seminários, abriu a mentalidade da comunidade universitária, trazendo para suas campanhas a intelectualidade do campo progressista. Mesmo com a Reforma não se concretizando, devido aos interesses dominantes, os estudantes, com seus comportamentos, suas manifestações e ideias, fizeram a própria reforma, na medida em que impediram que seus professores incutissem neles suas ideias retrógradas, assim, contribuindo para a renovação cultural do país (GULLAR, 1963).

O movimento estudantil teve grande destaque no país a partir dos anos 1960. Os projetos, como UNE-Volante e o CPC da UNE, ofereceram visibilidade ao movimento e impulsionaram os/as estudantes a participar ativamente das questões da universidade, bem como das denúncias relativas à realidade social, política e cultural do país. Observou-se, nesse período, então, que:

A UNE se engajou, [...] de corpo e alma, em todas as questões políticas de relevância. Pode-se dizer até – forçando um pouco – que não havia problema importante, nacional ou internacional, que não justificasse um pronunciamento da entidade. Das resistências mais recônditas à anunciada reforma agrária ao racismo do apartheid sul-africano, nada escapava ao crivo da UNE (POERNER, 2004, p.181).

Essa fase ativa do movimento estudantil destacava o papel importante que a UNE e as entidades estudantis haviam conquistado no cenário social. Contudo, a partir do golpe de 1964, a UNE sofreu diretamente, sendo, primeiramente, posta na ilegalidade; posteriormente, quando não era calada, promovia-se um boicote à organização estudantil. Iniciara, nesse ano, no país, um governo ditatorial, que não pôde oprimir de forma totalizadora o espírito de liberdade dos/das estudantes; as reações, ainda que reprimidas duramente, não foram de todo interrompidas.

2.3 A CONSTITUIÇÃO DA UPE – DAS PREMISSAS DA LUTA ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA

Escrever sobre a história da União Paranaense dos Estudantes (UPE) não nos parece uma tarefa fácil, visto que poucos são os registros sobre essa entidade na historiografia. Braggio e Fiuza (2013b), na busca por construir uma história da

UPE, no período de 1960, entidade máxima da organização estudantil no Estado do Paraná, constataram que a entidade nada possui, nem desse período, de períodos anteriores, nem mesmo atas de reuniões em sua sede. Dessa maneira, os arquivos organizados pela DOPS-PR revelam-se como nossa fonte primária, constituída também pelos documentos oriundos do movimento estudantil, que foram interceptados pelos agentes, mas que, agora, servem para delinear a história do movimento, abrangendo desde sua criação até suas ações no meio universitário.

De acordo com a Constituição da UPE, presente na Pasta Temática da União Paranaense dos Estudantes, a qual contém muitos materiais apreendidos do próprio movimento, essa instituição foi fundada em 16 de setembro de 1939, com sede em Curitiba, capital do Estado, e funcionava como sendo uma União Estadual dos Estudantes (UEE), estando vinculada à UNE. Tinha por objetivo representar os/as estudantes dos cursos superiores, promover a sua união e prestar-lhes assistência; participar das campanhas nacionais e estaduais, em busca de promover a justiça social, bem como, por meio delas, garantir sua autonomia política e econômica, pugnando pela democracia, pelos direitos garantidos na Constituição Federal e lutando pela reforma universitária; isso, ao convocar os estudantes para as discussões sobre os problemas nacionais e mantê-los comprometidos com a luta pela erradicação do analfabetismo³³.

Percebe-se, a partir da constituição da UPE, que era uma entidade organizada, a qual possuía meios para garantir sua autonomia e cobrava dos/das estudantes/membros total comprometimento com os projetos voltados à comunidade universitária. É possível verificar o empenho dessa entidade, com base nos documentos da DOPS-PR, datados a partir da década de 1950, que tratam das ações da União Paranaense dos Estudantes. Como exemplo, há uma nota oficial³⁴ da UPE sobre a greve geral estudantil, que foi encabeçada pela UNE. Nessa nota, o movimento estudantil paranaense manifesta seu apoio à sua entidade máxima e decreta greve no estado, de acordo com o pedido da UNE, contra o aumento do preço da passagem do bonde.

Essa greve teve início no estado do Rio de Janeiro e, por adesão da UNE, expandiu-se por outros estados. A mobilização dos/das estudantes, em âmbito

³³ Constituição da UPE, 1962. In: Arquivo Público do Paraná, DOPSPR, Pasta Temática União Paranaense dos Estudantes – UPE, n.2325, topografia 263.

³⁴ Nota Oficial da União Paranaense dos Estudantes, 1956. In: Arquivo Público do Paraná, DOPSPR, Pasta Temática União Paranaense dos Estudantes – UPE, n.2325, topografia 263.

nacional, pressionou o governo, que, ao final, baixou o preço das tarifas, pondo fim à greve – a qual durou três dias.

Apesar de promover e apoiar ações ligadas à reforma universitária, às greves estudantis e à mobilização dos/das estudantes, por uma universidade menos elitista, a partir dos anos 1960, instalam-se, na UPE, estudantes cujo pensamento direitista começa a ganhar espaço, assim, pelos anos seguintes, a UPE passaria gradativamente por uma transformação ideológica em sua diretoria, o que influenciaria diretamente sua posição política.

Entretanto, não é possível conhecer a história da União Paranaense dos Estudantes no pré-golpe, sem antes atentar para a situação política paranaense, articulada ao cenário político nacional, pois:

[...] para entender as ações do ME, especialmente o paranaense, da década de 1960, é preciso compreender que ele está envolvido num amplo movimento, reagindo ao contexto nacional político, econômico e social, o qual por sua vez influencia o contexto no Estado do Paraná e por consequência as ações de seu ME, ou seja, é uma corrente, onde há dependência entre as ações do meio e as reações dos movimentos e vice-versa (BRAGGIO, 2012, p.32).

O cenário político paranaense, na década de 1950, era predominantemente dominado por dois partidos políticos: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD). Além desses, também havia a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Republicano (PR), que possuíam destaque no Estado. Por último, o Partido Democrático Cristão (PDC), liderado pelo major Ney Aminthas de Barros Braga, ganhava notoriedade rapidamente. No comando de um partido político em ascensão, o major, que havia sido chefe da polícia e prefeito de Curitiba, conquistou espaço entre os eleitores paranaenses. Assim, nas eleições de 1960, o então deputado federal Ney Braga foi eleito governador do estado do Paraná (BATISTELLA, 2015).

Ney Braga assumiu o cargo e prontamente procurou resolver os conflitos entre agricultores e posseiros, antecipando, no estado, a reforma agrária. O novo governador procurou seguir sua política, baseando-se no modelo de Estado de Bem-Estar Social, promovendo seu papel, já expresso durante as eleições, de um governo voltado para o desenvolvimento econômico, em detrimento da vocação agrícola, muito presente no estado. Embora o processo de desenvolvimento econômico não se tratasse da substituição dos setores agrícolas pelos industriais,

para Ney Braga, o Paraná só poderia progredir com o desenvolvimento industrial superando a monocultura do café e abrindo espaço para as indústrias (BRAGGIO, 2012).

Para além da situação de governança do Estado, o então governador Ney Braga, que assumira o cargo no ano de 1961, deparou-se, juntamente com toda a sociedade civil e militar, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, o que, de fato, cobrava dele uma posição junto à população.

Por sua vez, o Estado brasileiro passava por uma situação política delicada. Na medida em que houve a renúncia do presidente Jânio Quadros, o então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu o posto temporariamente, devido ao fato do vice-presidente estar fora do país, em missão diplomática. Dessa maneira, iniciou-se uma onda política nacional, que defendia ou não a posse do vice-presidente João Goulart, em seu retorno ao Brasil. Enquanto representantes da esquerda defendiam que o vice-presidente deveria assumir por direito, a elite nacional o considerava potencialmente perigoso, por supostamente compactuar com regimes comunistas.

Nesse momento, a situação na política paranaense era heterogênea; enquanto o novo governador acenava para as práticas combatentes ao perigo comunista, também nomeara políticos, cuja ideologia era de esquerda, para determinados cargos administrativos. De fato, dessa maneira, o governador Ney Braga poderia governar em meio aos focos de oposição que se disseminavam no setor civil e militar paranaense:

No estado do Paraná tivemos a organização da chamada Frente de Resistência Democrática do Paraná, organizada pela Aliança Operária Estudantil, formada por todos os movimentos estudantis e sindicatos do estado, que dois dias após a renúncia de Jânio Quadros já publicava um Manifesto ao Povo declarando que apoiaria integralmente os princípios constitucionais, defendendo a posse de Goulart, exigindo de Jânio Quadros a denúncia dos grupos que o levaram a renunciar, reconhecendo o governador Brizola como o líder da resistência democrática, repudiando o governador Carlos Lacerda, por considerá-lo um dos principais causadores da desordem do país, e assumindo a posição de conscientizar a população das manobras que estavam sendo realizadas para implantação de uma ditadura. Para finalizar denominam a sede da UPE a Casa da Legalidade (BRAGGIO, 2012, p.36).

Assim, os/as estudantes, bem como outros/as representantes da luta pela democracia, apoiavam a Legalidade. Essa campanha era liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e tinha por objetivo garantir a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio. Esse movimento contou com a participação intensa da UNE, que transferiu sua sede para Porto Alegre durante os dias que anteciparam a posse de Jango:

O Governador Leonel Brizola, mobilizando a Brigada Militar, sublevou o povo do Rio Grande do Sul e o III Exército, o mais poderoso do Brasil, foi paralisado pela pressão das massas, acabando por se alinhar na defesa da legalidade. [...] E a campanha pela posse de Goulart se estendeu a todo o País. Unidades militares rebelaram-se e subjugaram oficiais no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e outros Estados (BANDEIRA, 1978, p.22).

Enquanto o debate se alastrava pelos setores civis, o governador Ney Braga se mantinha em posição dúbia, ao não deixar claro se apoiava os militares que haviam impedido a posse de Jango, ou se estava ao lado da Legalidade. Essa falta de posicionamento foi fortemente criticada pelos políticos petebistas, como também por estudantes e sindicalistas que se manifestavam a favor da legalidade. Contudo, apesar de não se posicionar oficialmente, Ney Braga era contra a posse de Jango e a favor do retorno de Jânio Quadros³⁵:

A solução para a crise foi a adoção da emenda parlamentarista, aceita por João Goulart, que assumiu a presidência no dia 7 de setembro de 1961, herdando um país abalado pela grave crise econômica e politicamente dividido em duas forças políticas que se repeliam mutuamente: de um lado, os setores nacionalistas e de esquerda, que reivindicavam as reformas de base; de outro, os setores conservadores, que dificultavam as reformas, sobretudo a agrária, e temiam o avanço dos movimentos sociais (rurais e urbanos), que ganhavam um enorme relevo, considerando-os agitações subversivas que visavam à expansão comunista no País (BATISTELLA, 2015, p. 277).

Com o início do governo Jango, os/as jovens paranaenses continuaram a resistir. A Aliança Operária Estudantil (AOE), por meio de manifestos e panfletos, repudiava a medida efetivada pelo Congresso (BRAGGIO, 2012). A AOE era um

³⁵ Apesar de não declarar abertamente sua posição política, contendo, assim, os de situação e da oposição em seu governo, o militar e político Ney Braga ocupou o cargo de Ministro da Agricultura, no governo de Castelo Branco, e Ministro da Educação, após a posse de Ernesto Geisel.

movimento composto pela União Paranaense dos Estudantes (UPE), União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES), União Curitibana dos Estudantes Secundários e Federações e Sindicatos de Trabalhadores do Estado do Paraná, que se uniram durante a Campanha da Legalidade. Apesar da forte resistência e de não concordarem com a implantação do parlamentarismo para a solução do problema presidencial, em 03 de setembro de 1961, a Aliança comunicou³⁶ ao chefe de polícia do Estado do Paraná que realizaria uma passeata como encerramento da Campanha da Legalidade.

Com a posse efetiva de João Goulart sob o sistema parlamentarista, a sociedade civil estava dividida; de um lado, os que recebiam a pecha de comunistas e, do outro, os que receavam pelo “perigo vermelho” e se irmanavam na defesa dos valores morais e cristãos. Essa divisão de ideologias, vivida pela sociedade no final dos anos 1950 e início da década de 1960, se refletia nos/nas estudantes universitários e, principalmente, entre os dirigentes do movimento estudantil.

No período, um relatório de informação³⁷ da DOPS-PR revelou que os integrantes da diretoria da UPE seriam basicamente todos de esquerda, com exceção do vice-presidente e membros da secretaria. Ainda, nessa abordagem, foi relatado sobre as ações do presidente da UPE, Nobutero Matsuda (1957-1958), mostrando que fizera alianças e nomeara “comunistas” para cargos vinculados ao movimento estudantil. Notou-se a preocupação constante com as ações do presidente e ressaltou-se a sua ideologia. Já estava caracterizada, dentro da União Paranaense dos Estudantes, a presença de forças da direita, que compactuavam com a ação policial, pois estavam disseminadas as ideias de que “ser contrário, realizar protestos, aos olhos da polícia política, ou mesmo das alas mais conservadoras do movimento estudantil, equivalia a ser comunista” (ZAPARTE, 2011).

Apesar de contar com membros considerados de esquerda e estar hierarquicamente numa posição superior aos Diretórios ou Centros Acadêmicos, os quais possuíam visões políticas heterogêneas, a UPE manteve por um longo período em sua diretoria estudantes cuja ideologia era de direita. Nos documentos da DOPS-PR, principalmente no que se refere ao ano de 1962, portanto, antes da

³⁶ Comunicado ao Chefe de polícia, 1961. In: União Paranaense dos Estudantes, Pasta n. 2325, topografia 263.

³⁷ Relatório de Informação da seção de Ordem Política e Social. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Paranaense dos Estudantes - UPE, n. 2325, topografia 263.

ditadura, foi possível encontrar relatórios, cartas, direcionadas ao delegado, documentos nos quais a entidade solicitava e também agradecia a presença e cobertura policial durante suas passeatas, comícios, dentre outras ações externas.

Durante o XXVI Congresso Nacional dos Estudantes, que aconteceu na cidade de Santo André, em 1963, os/as estudantes paranaenses estiveram ligados/as às bancadas nacionalistas. Segundo os artigos de jornais³⁸ analisados, os/as estudantes³⁹ do Paraná mantiveram uma participação ativa em todos os conclaves, dividindo-se entre as bancadas do Congresso.

Não obstante o período democrático, durante o Congresso, os jornais apontaram para o “policiamento ostensivo” presente na cidade hospedeira. Segundo os congressistas, ligados à diretoria da UNE, o movimento intenso de policiais e oficiais na cidade, bem como a agressão sofrida por quatro congressistas, era uma tentativa de sufocar o movimento estudantil brasileiro. Ressaltou, ainda, que os/as estudantes ali presentes repudiavam qualquer atentado de subversão à ordem⁴⁰.

Contudo, fazia parte do roteiro da polícia política investigar e controlar qualquer manifestação ou atividade considerada subversiva, de modo a preservar a ordem. Esses fatos revelam que a polícia política agiu mesmo durante os ditos períodos democráticos; como as polícias eram repartições estaduais, também repercutiam a feição política dos governos estaduais.

Como é possível perceber, pela Pasta da UPE, ainda no ano de 1963, aconteceu, no Paraná, o XIX Congresso Estadual dos Estudantes; dentre os temas debatidos, ressaltaram-se a assistência universitária, as reformas de base e a aliança entre estudantes, camponeses e operários. Outro assunto importante foram as eleições da nova diretoria da UPE, fato que ganhou as páginas dos jornais⁴¹ do Estado, mostrando que a esquerda estaria derrotada, já que a chapa “Frente Única” decidiu, de última hora, afastar seus membros que compactuavam com as ideias de esquerda.

³⁸ Foram analisados vários artigos de jornais presentes na pasta da UPE. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Paranaense dos Estudantes - UPE, n. 2325, topografia 263.

³⁹ Os/as estudantes foram liderados/as pelo então presidente da UPE, Luís Arpad Driesel. Contudo, além dos membros que compunham a diretoria da entidade, estavam presentes estudantes de vários Diretórios Acadêmicos do Estado.

⁴⁰ Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Paranaense dos Estudantes - UPE, n. 2325, topografia 263.

⁴¹ Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Paranaense dos Estudantes - UPE, n. 2325, topografia 263.

A UPE possui uma história de militância heterogênea, como afirmado anteriormente. Em torno da instituição, estiveram estudantes que mantinham suas ideias ligadas às ideologias de esquerda e, por ora, estiveram permeados por integrantes da ala conservadora, o que, de fato, contribuiu para sua sustentação no pós-golpe.

[A UPE], por alguns momentos, não se abalou com a repressão institucionalizada no Brasil e [...] continuou exercendo seus congressos e reuniões sem a proibição da polícia e não combateu severamente o golpe de estado. Ao mesmo tempo, identificamos frações do movimento sofrendo com a repressão já no primeiro ano de ditadura militar, desencadeando ações contra o governo, lutando por liberdade, democracia, melhores condições de ensino e de vida para a população, denunciando o imperialismo e lutando, principalmente, contra a tentativa de Flavio Suplicy de Lacerda, de implantar o ensino pago em instituições públicas de ensino superior no Paraná (ZAPARTE, p.115, 2011).

Apesar do golpe de 1964 não estar intrinsecamente ligado ao estado do Paraná, as políticas governamentais seguiram a mesma lógica do âmbito nacional, ao buscar afastar do contexto político, e de outros movimentos da sociedade civil, as pessoas cuja ideologia era de esquerda, sob o pretexto da ameaça comunista. Nesse cenário, logo após o golpe de Estado, o Paraná dispôs de ações de segurança, a fim de reprimir qualquer oposição ou movimentos cujo pensamento se opusesse ao do regime (ZAPARTE, 2011). A repressão e perseguição ao movimento estudantil, então, estavam demarcadas; apesar disso, o espírito de luta continuava.

2.4 A PERSEGUIÇÃO DA DITADURA AOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS

“O que é a agitação estudantil senão a denúncia de tôda (sic) uma estrutura social que não tem mais possibilidades de ser remendada?”⁴²

No período que antecipou o golpe de Estado, o movimento estudantil nacional e as Uniões Estudantis Estaduais (UEEs) agitavam-se com seus projetos de mudança social ligados à efervescência política da época. Para Sanfelice (2008), a

⁴² Marcio Moreira Alves (1968, p. 105).

UNE, após o início do governo JK até o ano do golpe, manteve tendências ideológicas voltadas à esquerda. Pode-se afirmar isso diante das práticas de cunho nacionalista, reformista, socialista e, por muitas vezes, revolucionária, praticadas pela entidade. Entretanto:

[...] é preciso admitir-se que a UNE, até por uma questão de subsistência, sempre precisou fazer, internamente, conciliações entre alguns pontos comuns existentes em ideologias que se faziam presentes no movimento estudantil como um todo. Também não é possível uma caracterização da ideologia da UNE e, automaticamente estendê-las às UEEs, por exemplo, ou ao movimento estudantil que se configurou em cada estabelecimento do ensino superior. Da mesma forma, a hegemonia de uma tendência ideológica durante uma determinada gestão na entidade não significou nunca o desaparecimento das demais. Por fim, é ainda preciso que se leve em conta que a UNE não foi nunca, ela mesma, a geradora de suas ideologias que resultaram de um todo social muito mais complexo do que a entidade estudantil particularizada e que eram absorvidas pelos estudantes dentro dos limites dos seus próprios condicionantes histórico-sociais (SANFELICE, 2008, p. 56).

Apesar dos/das estudantes pertencerem majoritariamente às classes médias e altas da população, como afirmado anteriormente, até o ano de 1964, a UNE esteve presente em diferentes projetos de educação e cultura voltados à classe operária. A exemplo desses projetos estava o CPC, que atuou na entidade nacional e em algumas estaduais também, utilizando, por exemplo, o teatro como meio de conscientização da classe trabalhadora.

Um exemplo de militância feminina no CPC neste período foi Adair Chenovika de Souza, a Dadá, que ingressou em um curso de arte e teatro da UNE, ofertado pelo CPC, quando se interessou pelo Teatro de Bonecos e passou a atuar na militância. Por meio do Teatro de Bonecos ela, junto com outros militantes, levava o processo de Alfabetização, pautado no método de Paulo Freire, para o interior das favelas de Curitiba (CONRADI, 2015).

A professora e também militante fundou o Teatro de Bonecos Dadá, junto com seu parceiro, Euclides Coelho de Souza. O casal militava por meio da arte, e marcou a atuação no CPC no processo de alfabetização de adultos até o golpe encerrar suas atividades (OLIVEIRA, et al., 2014).

Os/as estudantes buscaram arduamente, também, organizar-se por outras vias para lutar a favor de uma universidade renovada, preocupada com a formação profissional e social dos/das acadêmicos/as. O que, de fato, estava presente no

movimento estudantil universitário brasileiro era a vontade de levar a diferentes setores da sociedade o conhecimento e a conscientização política.

Esse *status* “revolucionário”, assumido vigorosamente pela entidade a partir do final dos anos 1950⁴³, não passaria despercebido pelas autoridades, logo no âmago das mudanças políticas ocorridas no governo pela imposição militar. Dessa forma, após o golpe, “[...] a história da UNE e do movimento estudantil passa a se confundir com a história da repressão às liberdades no País” (FÁVERO, 1995, p.47).

Com a consolidação do Golpe na madrugada do dia 01 de abril de 1964, os novos governantes não esperaram para agir contra os/as estudantes, afinal, essa categoria era considerada subversiva e o mesmo se aplicava às universidades⁴⁴. Nesse contexto, a primeira reação dos policiais sob o novo comando foi de atacar e incendiar o prédio sede da UNE, localizado na praia do Flamengo no Rio de Janeiro, “[...] cujo presidente, José Serra, teve de pedir asilo à Embaixada do Chile, para escapar à repressão policial-militar desencadeada contra toda a liderança estudantil” (POERNER, 2004, p.188).

Com o exílio de vários líderes do movimento estudantil, após o incêndio do prédio da UNE e da perseguição que o governo iniciou sobre esses/as estudantes, a diretoria da entidade desarticulou-se. Alguns meses depois, no mesmo ano, a Lei Suplicy colocou a UNE na ilegalidade e, apesar de tal lei impedir suas atividades legais, os/as estudantes continuaram a desenvolver ações contra a ditadura (PORTILHO, 2010). Nesse período, os estudantes organizaram mobilizações nacionais e foram às ruas contra a Lei Suplicy, os acordos MEC-USAID, com palavras de ordem, pedindo o fim do governo autoritário e denunciando a repressão advinda do governo federal. As passeatas ganharam o cenário nacional, inclusive, repercussão no exterior; os/as estudantes estavam na luta (SANFELICE, 2008).

De acordo com o pensamento autoritário do novo governo instaurado no país, era preciso disseminar o perigo comunista e, de fato, os/as estudantes representavam para eles um grupo subversivo, assim como a universidade. Dessa forma, para acabar com seus inimigos, a ditadura valeu-se de medidas voltadas a:

⁴³ Para Fávero (1995), o período posterior à queda do Estado Novo trouxe um esvaziamento político para o movimento estudantil, visto que a entidade esteve ligada, até então, à luta contra os países do Eixo, bem como à resistência à ditadura imposta pelo Estado Novo; com a superação desses objetivos, a entidade não viveu, então, muitos enfrentamentos.

⁴⁴ “O risco maior que estava a rondar a sociedade brasileira, segundo a propaganda do movimento de 64, era a revolução comunista, gerida exatamente a partir do interior da universidade” (SANFELICE, 2008, p.79).

[...] suspender, expulsar, prender e torturar estudantes; demitir professores; invadir faculdades; intervir, policialmente, nas entidades estudantis; proibir qualquer tipo de reunião ou assembleia (sic); acabar com a participação discente nos órgãos colegiados da administração universitária; decretar a ilegalidade da UNE, das uniões estaduais e dos diretórios acadêmicos; destruir a Universidade de Brasília; deter, enfim, o processo de renovação do movimento estudantil e da universidade em nosso país, onde ela começava a se capacitar para o fornecimento dos técnicos, pesquisadores e cientistas indispensáveis a um desenvolvimento nacional independente. Toda essa repressão era favorecida pela indulgência plenária que entre si distribuía os cruzados do combate ao comunismo (POERNER, 2004, p.202).

Não obstante o período conturbado vivenciado pelos estudantes perante os ataques da polícia, a mando do governo, no decorrer do ano do golpe, algumas medidas para conter a ação estudantil dentro da lei foram sendo impostas, como exemplo, a Lei Nacional nº 4.464 de novembro de 1964, que ficou conhecida como Lei Suplicy, carregando o nome do então ministro da educação, Flávio Suplicy de Lacerda, reitor da Universidade Federal do Paraná, antes e depois do Golpe. Castro (2017) reitera que, por meio dessa lei, foi possível ao novo governo interferir na autonomia da universidade, bem como desvincular os/as estudantes, controlando as agremiações representativas da categoria, cujo papel era estabelecer a conexão entre os/as estudantes com outras esferas representativas, como professores/as, reitores e estâncias governamentais.

A Lei propunha, em seu artigo segundo, que as entidades de representação estudantis nas universidades passariam a ser os seguintes órgãos:

- a) O Diretório Acadêmico [D.A.], em cada estabelecimento de ensino superior;
- b) O Diretório Central de Estudantes [D.C.E.], em cada Universidade;
- c) O Diretório Estadual de Estudantes [D.E.E.], em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior;
- d) O Diretório Nacional de Estudantes [D.N.E.], com sede na Capital Federal (BRASIL, 1964, s/p).

Além do mais, no artigo 20 da referida lei, impunha-se que os órgãos de representação estudantil, atuantes até o momento, deviam adequar-se ao novo

regimento⁴⁵. A partir desses artigos destacados, o texto da lei visava ao esvaziamento e posterior extinção da UNE, por meio de interferência na composição de suas entidades representativas, tanto na esfera nacional quanto estadual (CASTRO, 2017). Ou seja, colocava as então entidades de representação estudantil, como a UNE, na ilegalidade, pois a representação legal dos estudantes passava a ser os Diretórios, destacados na lei, já proibidos no texto de exercer qualquer atividade política independente (LIRA, 2009).

Poerner (2004) aborda que a Lei Suplicy contribuiu, sendo seu verdadeiro objetivo, para uma devassa política dentro das universidades, preparando tais instituições para a recepção da interferência norte-americana, que o ensino superior sofreria a partir dos acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura – *United States Agency for International Development*); ou seja, pulverizou a força do movimento estudantil e sua entidade máxima de representação para liberar o campo das futuras negociações. Por conseguinte, Castro (2017) afirma, ainda, que a criação da Lei Suplicy também possuiu relação estreita com o Ato Institucional n. 2⁴⁶, visto que:

Esta medida veio a preencher uma lacuna deixada pelo AI-2 e pela censura, pois os estudantes, mesmo sem sua representação institucional (UNE), eram responsáveis – se valendo de seu histórico de capacidade de mobilização, haja vista os Centros Populares de Cultura (CPC) – por uma articulação cada vez mais ampla no processo de formação de uma consciência política e de movimentos sociais, a qual era proposta antes mesmo do golpe de 1964 (p.210).

Apesar de o governo legitimar a perseguição à UNE e às suas respectivas entidades estaduais, os/as estudantes continuaram a se organizar, tendo como principal objetivo derrubar a Lei que colocou a UNE na clandestinidade, retirou a autonomia de decisões dos/das estudantes e procurou desarticular o movimento.

Além da Lei nº 4.464, outro desafio tomou o cenário educacional brasileiro para aqueles que lutavam contra a interferência estadunidense no país. Os acordos MEC-USAID tornaram-se mais um problema a ser denunciado e enfrentado pelo movimento estudantil, que resistia às barbáries do autoritarismo.

⁴⁵ Brasil (1964, s/p).

⁴⁶ O Ato Institucional nº 2, proposto por Castelo Branco, objetivava modificações no sistema eleitoral, bem como extinguiu todos os partidos políticos, impondo novas regras para a sua criação. Para saber mais sobre os Atos institucionais, ver terceiro capítulo desta dissertação.

Contudo, a presença da USAID no Brasil não foi algo inédito e exclusivo dos anos da ditadura militar. Os Estados Unidos observavam as ações dos/das estudantes brasileiros há muito tempo, já antes do golpe; prova disso foram as duas estudantes norte-americanas, enviadas para o Brasil: Helen Rogers e Gloria May. Helen Rogers, advinda do departamento de assuntos estudantis norte-americano, veio ao Brasil acompanhada por Eiser Eisenberg, com o objetivo de deter as ideias comunistas que permeavam a universidade no Brasil.

Já no final dos anos 1950, a estudante Gloria May, inserida no meio estudantil, propunha um intercâmbio cultural, cujas principais atividades do programa inseriam o pacote anticomunista. Contudo, a ideia não foi aceita pelos representantes da UNE, pois o intercâmbio cultural apenas escondia o verdadeiro objetivo do programa, que se resumia à infiltração ideológica (POERNER, 2004). No início da década de 1960 até o fim do governo de João Goulart:

[...] a “Aliança para o Progresso” e a Usaid destinaram recursos à educação primária e à alfabetização de adultos – sobretudo no Nordeste – tendo mesmo financiado as experiências iniciais de Paulo Freire em Angicos, no Rio Grande do Norte. Discordando dos rumos do Governo João Goulart, a Usaid suspendeu seus financiamentos para retomá-los após o golpe de 1964 (GERMANO, 2005, p.125).

Então, no contexto da ditadura militar, o espaço dedicado à educação, em todos os seus âmbitos, foi assimilado às ideias de modernização e eficiência. No andamento desse projeto, o governo buscava inserir nas universidades a lógica do pensamento dominante, a fim de propagar um ensino vinculado ao projeto de desenvolvimento econômico do país. Dessa maneira, foi aberto o campo para firmar novamente os acordos entre o MEC e a USAID, estabelecidos entre o governo brasileiro e os Estados Unidos. Essa união geriu financiamentos, modificações e interferências ao sistema educacional brasileiro. Tais acordos visavam trabalhar no campo educacional em toda sua extensão, ou seja, desde os primeiros anos do ensino de primeiro grau ao ensino superior.

Portanto, os acordos MEC-USAID iam da escola básica ao ensino superior:

[...] em 26 de junho de 1964, o Ministério, o Coordenador e a USAID/BRASIL assinaram um convênio em que a USAID/BRASIL concordava em fornecer quantia não superior a 375.000 dólares para financiar o custo do contrato, por dois anos, de um grupo de 6 especialistas em educação, que auxiliariam o Ministério em seu

programa de aperfeiçoamento do ensino primário no Brasil (ALEIXO; HARLAN; GÓES, 1968, p.79).

O objetivo era treinar determinados/as profissionais nos Estados Unidos para que, posteriormente, eles mesmos orientassem seus/suas colegas, de acordo com as instruções adquiridas no exterior. Além do mais, o inverso também aconteceria, visto que especialistas norte-americanos visitariam o país no intuito de orientar pedagogicamente os/as professores/as brasileiros/as.

O “pacote” dos acordos estabelecidos entre o MEC e a USAID, em 1967, determinou a reforma educacional em todos os níveis da educação. Tendo sido orientada por técnicos estadunidenses, efetivava o ensino da língua inglesa como obrigatório desde o primeiro ano dos escolares (FRANZON, 2015). A dominação cultural à moda norte-americana encontrava na educação respaldo para sua ampliação.

No campo propriamente dito das universidades, para instituir as mudanças no ensino superior, o governo determinou a criação de um grupo de trabalho para elaborar o texto da reforma universitária, que coincidissem com a “modernização” da universidade brasileira:

O GT da Reforma Universitária procurou atender a primeira demanda proclamando a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, abolindo a cátedra, instituindo o regime universitário como forma preferencial de organização do ensino superior e consagrando a autonomia universitária [...] em contrapartida, procurou atender a segunda demanda instituindo o regime de créditos, a matrícula por disciplina, os cursos de curta duração, a organização fundacional e a racionalização da estrutura e do funcionamento (SAVIANI, 2013, p.374).

Sob o discurso da urgência de tornar o ensino moderno e eficiente, propôs uma reforma da universidade alicerçada nos moldes do sistema econômico internacional, cuja lógica do mercado estava implícita na proposta dos cursos de curta duração, ou seja, era preciso formar profissionais em menor tempo, voltados para atender à demanda do mercado.

Os/as estudantes também chegaram a essas conclusões durante o XXX Congresso da UNE, em 1968, e as expressaram no relatório sobre a universidade e a sociedade, redigido pelos/as estudantes da Comissão I do Congresso. Nesse documento, eles/as dissertaram a respeito da “universidade empresarial”, colocando

em evidência aos/as congressistas que tal acordo visava beneficiar apenas as minorias com o acesso à universidade; valorizava o ensino técnico e pragmático, em detrimento das ciências humanas; preconizava apenas o ensino com retorno imediato para a expansão do monopólio capitalista; e buscava retirar o caráter estatal da instituição, a fim de privatizar o ensino superior a partir do financiamento de empresas particulares e do próprio estudante⁴⁷.

Por meio da coerção e da repressão, o Estado buscou retirar de cena os intelectuais da educação que defendiam as Reformas de Base, como Paulo Freire e Darcy Ribeiro. Assim, durante o período em que os ministros Carlos Suplicy de Lacerda, Raymundo Moniz de Aragão e Tarso Dutra estiveram à frente da pasta da educação, a USAID assumiu a responsabilidade de reorganizar o ensino brasileiro em todos os seus níveis (CUNHA; GOES, 2002). Os acordos só foram suspensos em 1967, quando o ministro Tarso Dutra anunciou que o convênio não seria mais renovado. Por fim, ainda foram necessários alguns anos para serem revelados textos, mantidos em sigilo, sobre a real atuação da USAID no Brasil (ALVES, 1968).

Durante os anos em que a influência norte-americana rondou o ensino brasileiro, procurou-se restringir o ensino de algumas disciplinas de cunho crítico nas universidades; realizou-se um financiamento para a distribuição de livros didáticos que veiculassem, pelas escolas, a ideologia da classe dominante; buscou-se a formação de técnicos preparados para abastecer o mercado industrial emergente e, como afirmado, difundiu-se o ensino da língua inglesa já nos primeiros anos escolares. Enfim, foram criados meios para a difusão dos interesses dos países desenvolvidos e à implementação dessas ações: “só mesmo a reação estudantil, o amadurecimento do professorado e a denúncia de políticos nacionalistas com acesso à opinião pública evitaram a total demissão brasileira no processo decisório da educação nacional” (CUNHA; GOES, 2002, p.32).

E a reação estudantil não cessou, apesar da clandestinidade. Os/as estudantes, ligados/as à UNE, continuavam a se organizar, como forma de resistência à repressão vivenciada. Vale ressaltar que a entidade procurou manter a realização dos congressos anuais, tendo como base a discussão das transformações pelas quais o ensino passava.

⁴⁷ Relatório da Comissão I – A Universidade Brasileira e a Universidade (As diversas Ditaduras), 1968. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Nacional dos Estudantes - UNE (XXXº Congresso), n. 2313, topografia 260.

Na transição do governo Castelo Branco para o do general Costa e Silva, acreditou-se que haveria algumas mudanças no campo da educação, visto que fazia parte do discurso dos novos governantes que a ausência de um desenvolvimento tecnológico tornava o país dependente das forças dos países mais ricos e industrializados. Contudo, nenhuma mudança foi realizada; a repressão e a violência contra os/as estudantes continuaram a acontecer em todos os recantos do país. Nas universidades, não houve ampliação de vagas, ou qualquer reforma que pudesse reestruturá-la a partir de um viés democrático. Por fim, a falta de investimentos e o corte de verbas para a educação quase levaram ao fechamento de algumas escolas superiores (POERNER, 2004).

Foi durante esse período que a violência contra os estudantes se intensificou no Brasil. Em março de 1968, alguns/algumas estudantes encontravam-se no restaurante Calabouço, quando a polícia efetuou disparos no local, a fim de dispersar uma passeata estudantil contra o aumento dos preços da comida, que acontecia pacificamente. Esse ato repressivo e impetuoso matou o estudante Edson Luís de Lima Souto, de apenas 18 anos. A sua morte causou comoção nacional:

[...] despertou forças de oposição e protesto até então adormecidas. Pessoas e setores que se mantinham apáticos de súbito se mobilizaram num esforço coletivo que, em última instância, visava – embora de maneira às vezes inconsciente – a deter um processo de violência que se chocava com o humanismo do povo brasileiro (POERNER, 2004, p.268).

Os/as estudantes manifestaram-se em vários estados brasileiros, no intuito de denunciar as atrocidades que a polícia vinha praticando contra a categoria estudantil. Em um informe policial, produzido pelo Departamento de Segurança – Setor de Segurança, de caráter confidencial, o agente ressalta que “a morte do estudante EDSON LUÍS DE LIMA SOUTO, desencadeou, como se esperava, a violenta reação, da classe estudantil”; e segue, informando detalhadamente todas as ações e encontros do movimento, até mesmo relatando passagens dos oradores da reunião dos/das estudantes⁴⁸. Como a morte do estudante desencadeou uma revolta na categoria estudantil, os agentes infiltravam-se entre eles para recolher as informações das futuras ações da entidade. A União Paranaense dos Estudantes

⁴⁸ Informe n. 12/68. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática Movimento Estudantil, n. 1391, topografia 165.

também organizou manifestações nas ruas, objetivando conscientizar outros setores civis sobre os desmandos da polícia.

FIGURA 1 – Estudante Edson Luís morto, 1968.

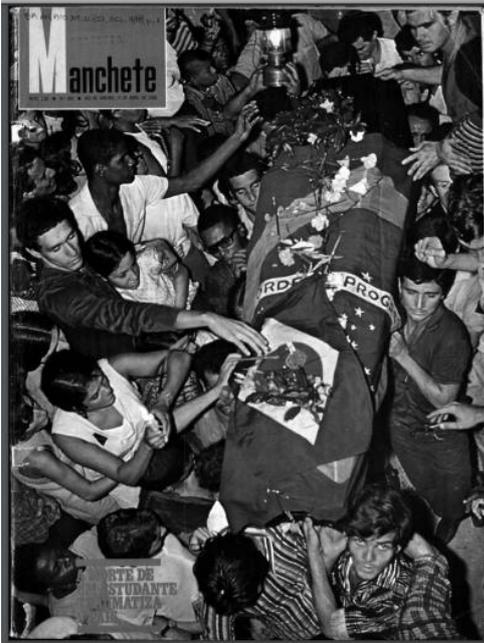


FONTE: Arquivo Nacional⁴⁹.

A morte do jovem universitário gerou comoção e indignação por todo o país; o corpo foi velado no saguão da Assembleia Legislativa e, durante toda a noite, estudantes, intelectuais e vários artistas discursavam, exigindo justiça. Um sentimento de comoção atingiu tanto estudantes como a imprensa, além da população em geral, o que perdurou por dias na cidade (VENTURA, 1988).

FIGURA 2 – Capa da Revista Manchete, abril de 1968.

⁴⁹ Edson Luís de Lima Souto. In: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, BR RJANRIO PH.0.FOT.43891 – Dossiê.



FONTE: Arquivo Nacional⁵⁰.

O impacto causado pela morte de um estudante fortaleceu a organização estudantil brasileira e, conseqüentemente, suas manifestações. No mundo, também havia uma onda de protestos da juventude, os quais foram marcados por fortes crises e manifestações estudantis violentas no ano de 1968 (FÁVERO, 1995). Na revista Manchete, a mesma edição, que trazia como capa o jovem estudante brasileiro, morto pela polícia, também destacava, em seu conteúdo, os confrontos entre estudantes e policiais por todo o mundo.

FIGURA 3 – Estudantes de vários países em confronto com a polícia, 1968.



FONTE: Revista Manchete In: Arquivo Nacional⁵¹.

⁵⁰ Revista Manchete, nº 834, ano 15, Bloch Editores S. A., com reportagem de capa sobre a manifestação popular em torno da morte do estudante Édson Luís Lima Souto, em confronto com a Polícia Militar no restaurante do Calabouço. In: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, BR RJANRIO X9.0.ESI, ACL.4/18 – item.

O ano do maio francês movimentou muitos estudantes em diferentes países; essa onda de protestos também chegou ao Brasil, que vivenciaria, ainda naquele ano, o Ato Institucional 5⁵². De acordo com Ventura (1988), de 1966 a 1968, os confrontos entre os estudantes e a polícia tornaram-se comuns. Nas grandes cidades, a população presenciava os choques entre as pedras dos estudantes contra todos os instrumentos que a polícia poderia usar oficialmente, como bombas de gás, balas e cassetete, para conter as manifestações, que aconteciam quase diariamente. “[...] o cheiro de gás lacrimogêneo, o coro de ‘Abaixo a ditadura’ pareciam incorporados à paisagem urbana daqueles tempos” (p.83).

Na efervescência das manifestações políticas, em 1968, com a repressão agindo fortemente sobre a categoria estudantil, a UNE buscou unificar o movimento dos estudantes, assim, começaram os preparativos para o XXX Congresso da UNE, cujo objetivo era reunir um número significativo de acadêmicos/as, agora, na luta mais intensa contra a política educacional do governo. Dessa maneira, foram criadas “Diretrizes Gerais”, que organizavam o XXX Congresso, o qual seria realizado na cidade de Ibiúna-SP. A UNE descreveu, nesse documento, o temário para o encontro, subdividido em quatro tópicos importantes:

- a) 1- O que é a universidade brasileira? 2- Porque devemos lutar? Quais as lutas? 3- O que quer o govêrno (sic) ? Como êle age? 4- Porque negar a Reforma Universitária do Govêrno? Que propor?
- b) 1- O que é a política estudantil do govêrno? Como negá-la? 2- Porque o govêrno reprime os estudantes? Que fazer?
- c) 1- Quais as formas de luta? Como usá-las? Quando usá-las?
- d) 1- Quais as formas de organização do ME? 2- Que são as entidades estudantis? 3- Que são os GTs e GEs? 4- O que tem sido a UNE? 5- Como deve ser a nova organização da UNE?⁵³

Como a entidade buscava a unificação do movimento estudantil e consideradas as circunstâncias arbitrárias, nas quais tal movimento se encontrava, atuando na clandestinidade, esse documento sobre as “diretrizes gerais” visava

⁵¹ Revista Manchete, nº 834, ano 15, Bloch Editores S. A. In: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, BR RJANRIO X9.0.ESI, ACL.4/18 – item.

⁵² Os Atos Institucionais assolaram a Constituição Nacional e serviram de instrumento para legitimar e legalizar a repressão, a censura e outras ações do governo dos militares. Sobre esse assunto, ver terceiro capítulo desta dissertação.

⁵³ Diretrizes Gerais – XXX Congresso da UNE. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Nacional dos Estudantes - UNE (XXXº Congresso), n.2313, topografia 260.

preparar e organizar o Congresso, que tinha caráter político importante. Dessa forma, objetivava reunir o máximo possível de estudantes, para sair do campo das denúncias ao campo da ação.

Foi, então, durante a movimentação para o XXX Congresso da UNE, que mais de 700 estudantes se reuniram em uma fazenda na cidade de Ibiúna. Entretanto, a grande movimentação na cidade levou à denúncia do evento; diante disso, a polícia agiu, prendendo os/as presentes⁵⁴. Segundo o jornal Diário do Paraná, havia 46 estudantes universitários/as paranaenses, além dos membros da diretoria da UPE, participando do Congresso. Todos foram presos/as e registrados/as pela polícia política do Estado de São Paulo; retornaram à Curitiba conduzidos/as por agentes da DOPS-PR⁵⁵.

De acordo com o documento redigido pelo delegado do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, encaminhado ao diretor da DOPS-PR, delegado Ozias Algauer, em 09 de dezembro de 1968, os/as 46 estudantes militantes do Paraná, presos/as no XXX Congresso da extinta UNE, haviam sido qualificados/as e interrogados/as em seu Departamento, que agora enviava a relação dos autos e fotografias para essa Delegacia. Nesse registro, constavam 41 rapazes e 5 moças, sendo as estudantes Ana Maria da Costa, Cecília Sanches de Cristo, Elisabeth Franco Fortes, Lore (Meyer) Fortes e Palmira Amâncio da Silva⁵⁶. Todas essas estudantes possuem Pastas Individuais na DOPS-PR, com registros de suas militâncias durante o período da ditadura.

As prisões caracterizavam uma das formas de repressão engendradas durante o regime. A repressão ao movimento acontecia sob a égide da Lei de Segurança Nacional (LSN), ou seja, a perseguição e a prisão dos/das estudantes, bem como os materiais advindos deles, era permitida para barrar o evento subversivo.

Além do mais, como indicado no Radiograma produzido pelo Serviço de Comunicação do Departamento de Polícia Federal, enviado ao DOPS-PR, com o AI-

⁵⁴ A DOPS-SP elaborou um documento nomeado “Operação Ibiúna”, que descreve, em detalhes, como os policiais se organizaram para vigiar os estudantes do país e como agiram após a descoberta do sítio “Murundu”, local onde os estudantes se organizaram. Nesse documento, a polícia registrou 693 estudantes presos/as, com informações sobre suas filiações, cidade onde moravam, bem como curso e faculdade que frequentavam. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Nacional dos Estudantes - UNE (XXXº Congresso - Ibiúna), n. 2314, topografia 260.

⁵⁵ Diário do Paraná, 1968. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Nacional dos Estudantes - UNE (XXXº Congresso), n. 2313, topografia 260.

⁵⁶ Relação de estudantes presos/as em Ibiúna. In: Idem.

5 em vigência, no ano de 1968, os/as estudantes, indiciados/as por crime contra a Segurança Nacional, tiveram suspensos o benefício do *Habeas Corpus*, sendo assim, seis estudantes homens, mais a estudante Palmira, permaneceram presos no presídio Tiradentes⁵⁷.

FIGURA 4 – Estudantes participantes do XXX Congresso da UNE, detidas no bloco feminino do Presídio Tiradentes.



FONTE: Jornal Folha de São Paulo, 1968⁵⁸.

A vigia ao movimento estudantil foi constante, por suas práticas serem consideradas perigosas à Segurança Nacional. Por esse motivo, a dura repressão recaiu sobre eles/as, porém, esses/as militantes continuaram a se organizar.

Posteriormente, vieram a acontecer outras manifestações, cuja imposição policial se fez presente, tanto a nível nacional quanto estadual. Destacamos, aqui, alguns exemplos da considerável força repressiva contra os/as estudantes no estado do Paraná, algumas denunciadas pelos jornais do estado, outras advindas dos próprios documentos produzidos pelos agentes da DOPS-PR.

Durante a organização do congresso regional da extinta UNE, em Curitiba, quarenta e dois estudantes foram presos/as no bairro Boqueirão; dentre eles,

⁵⁷ Radiograma, 1968. In: In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Nacional dos Estudantes - UNE (XXXº Congresso), n. 2313, topografia 260.

⁵⁸ Jornal Folha de São Paulo, 16/10/1968. In: In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Nacional dos Estudantes - UNE (XXXº Congresso), n. 2313, topografia 260.

estavam cinco estudantes, sendo: Maria Cecília Coelho, Judite Maria Barbosa⁵⁹, Ana Maria da Costa, Elisabeth Franco Fortes e Márcia.

A força policial contou com quatrocentos policiais militares, que invadiram a chácara e apreenderam materiais “subversivos” do local. Os/As estudantes foram encaminhados/as para prisão provisória por descumprir a Lei de Segurança Nacional⁶⁰.

FIGURA 5 – Estudantes presos em Curitiba.



Fonte: Jornal Diário do Paraná (1968)

A força policial invadiu a chácara onde os/as estudantes encontravam-se; a violência institucional dominara o serviço policial, que tratava os/as estudantes como criminosos/as.

Outra passagem que ressalta a força policial nos assuntos estudantis foi a invasão feita pelos federais à sede da UPE, em 1967. Registrado pelo jornal o Estado do Paraná (1967), o delegado regional do esquadrão declarou que os materiais apreendidos no local eram altamente subversivos e que os estudantes planejavam há tempos ações para comemorar os 32 anos da intentona comunista. A polícia também apreendeu “[...] centenas de exemplares do jornal ‘Afirmação’, um mimeógrafo, um rádio transmissor e manifestos considerados subversivos”.⁶¹ A polícia agia para conter as ações dos/das estudantes, prevendo as manifestações, de forma a coagir os/as líderes estudantis e possíveis envolvidos/as.

⁵⁹ Nos arquivos individuais, a estudante é identificada como Judite Maria Barbosa Trindade. Ver terceiro capítulo desta dissertação.

⁶⁰ Jornal Diário do Paraná, 1968. In: In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Nacional dos Estudantes - UNE (XXXº Congresso), n. 2313, topografia 260.

⁶¹ Jornal O Estado do Paraná, 1967. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Paranaense dos Estudantes – UPE, n. 2327, topografia 264.

Com a pressão estudantil mais presente nas ruas, a ditadura, que já havia implantado, em 1968, o AI-5, usa as atribuições desse Ato para colocar em prática o Decreto-Lei n.º 477, no início do ano de 1969, e aumentar a repressão tanto para a categoria estudantil quanto para a docente:

O referido decreto-lei definiu infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, provocando um clima de verdadeiro terror entre os docentes e no movimento estudantil. Para as infrações que seriam julgadas, evidentemente sempre na ótica do poder, ficaram previstas penalidades como demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado, pelo prazo de cinco anos, em qualquer outro estabelecimento de ensino. Alunos que fossem penalizados seriam desligados e proibidos de se matricularem em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos (SANFELICE, 1986, p.153).

O Decreto n.º 477 voltou-se especialmente à universidade, professores/as e discentes, de maneira que se tornou um “instrumento disciplinador e aterrorizador” tanto no meio estudantil quanto na prática docente. O Decreto-lei imperou sobre todas as relações entre líderes e participantes do movimento estudantil, que, junto a outros mecanismos da repressão, tornaram o ME vulnerável e desarticulado. Dessa forma, a UNE foi obrigada a adentrar a clandestinidade, “[...] enquanto amplos setores da sociedade civil silenciavam-se sob o medo e o desânimo” (SANFELICE, 1986, p.173).

Por meio de passeatas, manifestações dentro da universidade e nas ruas, comícios, resistência à desarticulação da entidade máxima de representação, por meio da defesa da organização livre, promoção dos congressos, relatórios e documentos de conscientização e resistência, a UNE manteve-se ativa no período da ilegalidade. Contudo, para os casos em que a repressão legal e institucional não teve alcance, a repressão livre, manifestada por prisões e violência, se fez presente.

De acordo com Sanfelice (2015, p.138), foi a “politização crescente do movimento estudantil que fez com que ele passasse a ser motivo de preocupação cada vez maior nos círculos militares. Os estudantes representavam uma voz de denúncia frequente ao desempenho dos governos militares”. Nesse contexto, a repressão recaiu sobre a categoria: violência, coerção, prisão, dentre outros artifícios foram utilizados para barrar a crescente voz de denúncia que os/as estudantes ainda mantinham contra o sistema ditatorial. Além do mais, apesar de defender interesses

da classe proletária, a educação foi a principal esfera defendida pelos/as estudantes, setor que também sofreu muitas modificações e interferências do pensamento ligado à modernização conservadora predominante no governo.

Até esse ponto, foi possível compreender as ações do movimento estudantil e suas principais atividades, no período que antecedeu o golpe militar, além de suas ações posteriores para denunciar o governo, apesar da clandestinidade. Na sequência, buscamos visibilizar a trajetória das mulheres na universidade, bem como a participação no movimento estudantil, com destaque às suas ações nesse movimento de caráter político educacional.

3 AS MULHERES NA MILITÂNCIA

A renovação nos estudos historiográficos e o surgimento de novas correntes, que contestavam ou aprimoravam os estudos da história, levaram muitos estudiosos/as a dedicar-se à construção de uma história das mulheres, tendo em vista o seu distanciamento dos registros da história oficial e de outras correntes historiográficas. Nesse contexto, o rompimento feito pela escola dos Annales propiciou que outras temáticas de estudo fossem incorporadas à História, assim, “à medida que a tradição historiográfica dos Annales propunha ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns, ela contribuiu para que as mulheres, posteriormente, fossem incorporadas à historiografia” (PEDRO, SOIHET, 2007, p.284).

Essa renovação no objeto de estudo impulsionou estudiosos de várias áreas, como da história, sociologia, filosofia e antropologia, a caracterizar a mulher como tema de estudo, em diversas correntes teóricas. Esses trabalhos foram fundamentais para que fossem reveladas as histórias marginalizadas da historiografia.

Pois, de acordo com Michele Perrot (2005) a narrativa histórica tradicional coloca em privilégio os acontecimentos da vida pública, e este espaço historicamente foi restringido às mulheres. Além do mais, a história é fruto dos registros produzidos por homens que privilegiam os acontecimentos da vida pública, política, local de intervenção do poder, em detrimento à esfera privada.

Para a autora, constituir uma história feminina demandou o acesso aos arquivos privados, pois “os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade” (2005, p.39), foi necessário adentrar teoricamente na vida privada.

Neste processo, podemos destacar também, a importância que teve o livro “*Le Deuxième Sexe*” (O segundo Sexo), de Simone de Beauvoir, de 1949, bem como a obra de Betty Friedan “*The feminine Mystique*” (A Mística Feminina), publicada em 1963, para o avanço da história feminina. Isso, pois tais trabalhos foram basilares para os movimentos feministas e de mulheres, na França e nos Estados Unidos, respectivamente (PEDRO, 2005).

Todavia, salvo a importância desses escritos para a categoria das mulheres, Joan Scott pontua, em seus estudos, a importância de trabalhar a história das

mulheres dentro de uma perspectiva de gênero, tendo em vista que o devir das mulheres se constrói nas relações com as esferas masculinas também. Optar por continuar a escrever uma história das mulheres, separada da história dos homens, seria outra maneira de excluir esses sujeitos do processo histórico. Para Scott (1995, p.75): “[...] estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo”.

Para compreendermos a história das mulheres, é necessário entender que elas possuem uma história marcada pela omissão. Suas vozes não foram ouvidas por muito tempo, pois a elas foi reservado o espaço privado, enquanto os homens ocupavam os espaços de debate da política, da educação, das questões sociais.

A história da mulher foi excluída do cenário de tomada de decisões, além de marginalizada, como mostra Michelle Perrot (1995), ao tratar do silêncio feminino na historiografia:

Até o século XIX, faz-se pouca questão das mulheres no relato histórico, o qual, na verdade, ainda está pouco constituído. As que aparecem no relato dos cronistas são quase sempre excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas. A noção da excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem (PERROT, 1995, p. 05).

O silêncio da participação das mulheres na história criou um imaginário social que indica que elas não existiram, não participaram, que não fizeram história; o direito de apresentar sua história pouco havia sido revogado, pois essa atitude não correspondia à estrutura vigente. Porém, tal cenário tem obtido novas configurações, recentemente, para Perrot (2005) os estudos da vida privada e a configuração da história oral impulsionaram a construção da memória feminina.

A atuação das mulheres não é a-histórica, como mostra o professor Tedeschi (2012, p. 09): “As mulheres nunca estiveram ausentes da história, embora a historiografia oficial as tenha esquecido”; porém, uma cultura baseada na diferença biológica dos gêneros, na subordinação feminina, as deixou às margens dos registros da história oficial. Às mulheres, não pertenciam a vida política e as decisões que moldavam as diferentes esferas do país; tudo isso era controlado

pelos homens e aquelas que se sujeitassem a se aventurar pelo espaço público eram desqualificadas por agirem fora do padrão aceitável.

O lugar natural das mulheres era o espaço dedicado à família. Não é como se a mulher não trabalhasse ou não tivesse acesso aos estudos nessa época, mas havia um padrão burguês instituído do que era ser mulher, no qual ela era idealizada como a responsável pela família, cuja principal obrigação era a dedicação ao marido e aos filhos. Assim, o trabalho fora de casa ou os estudos não eram vistos como uma atividade social, mas como mecanismos capazes de aprimorar as qualidades da mulher para conduzir os assuntos familiares, pois:

A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da feminilidade, como instinto materno, pureza, resignação e doçura (DEL PRIORE, BASSANEZI, 2004, p. 509).

Assim, as mulheres possuíam um padrão a ser seguido, embora isso não indique que todas serviam fielmente a esse modelo imposto. O imaginário do gênero feminino perpetuava sobre o ideal de mulher a partir da construção da imagem que deriva da mulher burguesa, aquela que possui condições financeiras de ficar em casa e dedicar-se integralmente aos filhos e maridos, mesmo que não fosse sua vontade. Já as mulheres de classes menos favorecidas, trabalhavam fora de casa; muitas vezes, eram separadas e mantinham sozinha a manutenção do lar, o que as distanciava desse ideal feminino.

Por diversos meios, algumas mulheres buscaram obter voz na esfera pública, visto que não compactuavam com a opressão que sofriam, por conta da diferença sexual; buscavam formas para concretizar as próprias decisões sobre as políticas que também as atingiam.

A partir dos anos 1960, foi possível verificar, em um contexto global, a busca científica para designar a mulher como agente histórico, provindas de vários pesquisadores/as, na tentativa de resgatar a história desse grupo e: “descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, [...] encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la” (DAVIS apud SCOTT, 1995, p.72).

Concomitantemente à História das mulheres e anterior ao uso do termo gênero, o movimento feminista, enquanto movimento social, contribuiu com a

categoria ao reivindicar o lugar da mulher na sociedade. Durante sua trajetória, esse movimento impulsionou as reivindicações para a transformação das mulheres na história. Por meio dele, elas enfrentaram a arena pública, buscando o direito ao voto e direitos políticos. Também, foi esse movimento que refletiu e lutou pelo direito ao corpo e ao prazer, contra o sistema patriarcal, que colocava as mulheres em posição de subordinação perante os homens (PEDRO, 2005a).

O movimento feminista impulsionou as mulheres a saírem do âmbito privado e a ocuparem os espaços públicos, lutando contra a construção da identidade feminina que designava, em geral, a sua inferioridade perante os homens:

(...) a consciência que a história de mulheres se desenhava, sobretudo, na ausência e no silêncio que as envolvia, levou o movimento feminista desde a década de 1960 a lutar pela necessidade de visibilizar as mulheres e o seu protagonismo na história (TEDESCHI, 2012, p. 10).

Para muitas/os pesquisadoras/es, o ingresso da mulher na universidade contribuiu significativamente para elevar o interesse e a importância de tomar a mulher como objeto de estudo. Apesar de Joan Scott atribuir algumas críticas quanto à qualidade da produção acadêmica sobre as mulheres, a autora reconhece o significado desses estudos para o crescimento da área de gênero (PINSKY, 2009).

No Brasil, o espaço da universidade abriu outros caminhos para essas mulheres. Elas encontraram em algumas organizações sociais espaço para agir politicamente. Nesta pesquisa, destacamos o movimento estudantil, ativo no interior das universidades, no período, como espaço de expressão e conscientização política dessas agentes históricas.

Dessa maneira, este capítulo dedica-se a construir o histórico de luta e participação ativa das mulheres na história brasileira, propiciando visibilidade a essas agentes históricas, que participaram ativamente do movimento estudantil, em um período cujos aspectos político-sociais do Estado eram de total restrição aos direitos políticos.

O olhar que lançamos sobre gênero, nesta pesquisa, está inserido nas relações sociais estabelecidas no movimento estudantil paranaense, juntamente com as relações político/econômico/sociais, advindas do Estado autoritário, que foram discutidas no decorrer deste trabalho.

3.1 DISCUTINDO GÊNERO

A história não se preocupou com os problemas de gênero apenas após o surgimento do termo; a problematização sobre as relações de gênero, na sociedade, foi elencada por historiadoras/es e feministas, que buscavam uma explicação ou compreender o papel submisso dedicado às mulheres, de dominação, o qual era empregado pelos homens na construção da história.

Nesse sentido, os estudos da História das mulheres trouxeram, para o debate científico, o tema que impulsionou inúmeros estudiosas/os a dedicar-se a construir uma história das mulheres. Esse foi um passo importante para abrir as portas da ciência e voltar-se às problematizações dessa categoria. Nesse aspecto, muitos estudiosos analisaram diferentes assuntos, relacionando-os à mulher, o que nos indica que:

A produção historiográfica passível de ser reunida sob o título História das Mulheres foi e é bastante diversificada em termos de assuntos, métodos e qualidade intelectual. Entretanto, esses trabalhos têm em comum: a atenção às mulheres do passado e o reconhecimento de que a condição feminina é constituída histórica e socialmente (PINSKY, 2009, s/p).

O processo de construção da palavra gênero e seu significado social incute no termo uma história, cujas principais atuações vieram, principalmente, do movimento feminista. Ao destacar a atuação do feminismo no mundo, a autora Joana Maria Pedro atribui ao movimento a necessidade de caracterizar uma categoria de análise em diferentes contextos temporais,

Assim, nos anos 1970, a categoria seria a de “mulher”, pensada como a que identificaria a unidade, a irmandade, e ligada ao feminismo radical. Os anos 1980 seriam aqueles identificados com a emergência da categoria “mulheres”, resultado da crítica das feministas negras e do Terceiro Mundo. O feminismo dos 1990 seria o da categoria “relações de gênero”, resultado da virada linguística e, portanto, ligada ao pós-estruturalismo e, por fim, à própria crítica a essa categoria, encabeçada por Judith Butler (PEDRO, 2011, p. 271).

No campo acadêmico, essas categorias ajudaram a desenvolver os estudos sobre as mulheres e as relações sociais que as remeteram a uma invisibilidade

histórica. Pedro (2005a) explica que a categoria Mulher foi utilizada, inicialmente, para destacar a sua presença na história da humanidade, de forma que funcionava em contraposição à palavra Homem. Entretanto, mulheres de diferentes classes, raças e etnias começaram a contestar tal categoria única, que não conseguia explicá-las. Dessa forma, o termo Mulheres passou a ser utilizado, integrando a diversidade feminina. Consequentemente, foi no interior dessa categoria que o termo gênero passou a ser utilizado e empregado pelas historiadoras.

A efervescência social, provocada no ano de 1968, em vários países, pela insatisfação e contestação de jovens, negros, mulheres, dentre outros grupos, para com a organização político-social à sua segregação e silenciamento, gerou uma manifestação coletiva. E é nesse contexto de busca, de transformação, do final da década de 1960, que o feminismo ressurgiu com uma agenda que não apenas incluía os desafios políticos e sociais, mas também a necessidade de estruturas propriamente teóricas, sendo que nesse debate foi problematizado e delineado o conceito de gênero (LOURO, 1997).

A palavra gênero, desde o início de seu uso, conquistou espaço e diferentes significados dentre várias/os pesquisadoras/es. Não obstante, o termo passou a ser analisado e utilizado dentro de grandes áreas do saber, como a história, linguagem, filosofia, sociologia, antropologia e, muitas vezes, com um sentido interdisciplinar: “O uso da palavra ‘gênero’, [...] tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas. Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito” (PEDRO, 2005a).

A autora Carla Bassanezi Pinsky (2009) ressalta que, diferentemente do termo sexo, utilizado para se remeter às diferenças biológicas dos indivíduos, o termo gênero passou a ser utilizado relacionado à cultura, de maneira a enfatizar que as diferenças sexuais estão relacionadas aos aspectos culturais: “Gênero remete à cultura, aponta para a construção social das diferenças sexuais, diz respeito às classificações sociais de masculino e de feminino” (2009, s/p).

Para Scott (1995), o termo gênero começou a ser utilizado como um substitutivo para “história das mulheres”, a fim de ganhar a legitimidade acadêmica no período dos anos 1980. Enquanto, neste último, estava presente uma forte concepção de reivindicação política, o termo gênero parecia mais neutro, ao não anunciar em seu nome as “mulheres”, objeto central das estudiosas feministas.

Essa mudança na visão de compreender a história sobre as mulheres passou a interessar as/as historiadores/as, que procuraram abranger o termo em seus estudos. De acordo com Tilly (1994), os historiadores/as das mulheres passaram muito tempo analisando seus objetos de estudo, a partir de uma perspectiva interpretativa e descritiva. Isso colaborou para o conhecimento e destaque que as mulheres tiveram na historiografia, porém, a autora enfatiza a necessidade de os/as historiadores/as avançarem em suas questões, não apenas as descrevendo, mas problematizando. Ao se refletir sobre essas questões de pesquisa, pode-se encontrar a resposta “na utilização do gênero enquanto categoria de análise histórica” (p. 42).

Ao propor que gênero se transforme em uma categoria⁶² de análise histórica, Joan Scott problematiza o termo e elege algumas considerações sobre como pensá-lo teoricamente. Assim, ela o divide em duas partes; dessas frações, designa alguns subconjuntos, que são fundamentais para compreender gênero a partir de sua perspectiva. Desse modo, para a autora: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.86).

A diferença estabelecida a partir do sexo biológico permite que a mulher seja colocada num lugar de submissão em relação à figura do homem, caracterizando uma hierarquia social, na qual as relações de poder ganham sentido. Desta forma, para Pedro e Veiga (2019, p.330) “Gênero buscaria então dar conta de relações socialmente constituídas, que partem da contraposição e do questionamento dos convencionados gêneros feminino e masculino, suas variações e hierarquização social”.

Estas relações são reforçadas pelo discurso pautado na distinção entre os sexos, e contribuem para a exclusão da mulher nos espaços de poder. Nessa perspectiva,

O discurso da diferença biológica entre homens e mulheres assume um caráter universal e imutável, construído e reconstruído no entrecruzamento dos mais variados discursos, como o da Religião,

⁶² Gênero enquanto categoria é “um modo de perceber e analisar relações sociais e significados, gênero pode ser empregado como uma forma de afirmar os componentes culturais e sociais das identidades, dos conceitos e das relações baseadas nas percepções das diferenças sexuais. Em outras palavras, a categoria de gênero remete à ideia de que as concepções de masculino e de feminino possuem historicidade” (PINSKY, 2009, s/p).

da Filosofia, da Medicina, da Biologia, da Psicanálise, da Educação, do Direito etc., atravessando todas as relações sociais e, dessa maneira, legitimando-se (COLLING, 2015, p.197).

Assim, gênero passou a ser utilizado como uma categoria que questiona a história, articulando as categorias de Homem e Mulher, a fim de compreender como os seus significados são criados e articulados historicamente, na pretensão de conceber como é constituída a hierarquia das diferenças percebidas pelo sexo (SCOTT, 1994).

Nesse sentido, neste trabalho, buscamos caracterizar a participação política das mulheres no movimento estudantil, por meio de uma perspectiva de gênero, que nos permite analisar em quais condições efetivou-se tal atuação, como o contexto histórico influenciou nas formas de resistências destas mulheres no movimento estudantil.

3.2 TRAJETÓRIAS DAS MULHERES NO BRASIL: UM CAMINHO PARA A MILITÂNCIA FEMININA

“Parto do princípio de que as representações históricas do passado ajudam a construir o gênero no presente”⁶³

Em uma breve experiência, que imagem lhes vem à cabeça quando se pensa na mulher e na sua relação com a organização política do Brasil, na Primeira República ou no Estado Novo? Qual mulher figura em nosso imaginário quando se remete ao passado, aos Anos Dourados ou, ainda, à Ditadura militar? As relações de gênero não são estáticas e, dessa forma, transformam-se também de acordo com a dinâmica social. A partir dessa reflexão, cabe-nos indagar sobre a história das mulheres no Brasil, fazendo uma breve abordagem histórica sobre as mudanças das relações de gênero, a partir da participação política oficial das mulheres no cenário brasileiro.

Acompanhando o movimento das mulheres no Brasil, é possível afirmar que a história do feminismo e da emancipação política das mulheres se correlaciona. O movimento feminista, que surgiu a nível mundial, não foi a primeira forma de luta feminina, pois vários autores mostraram como as mulheres resistiam ao domínio

⁶³ Joan Scott (1994, p.13).

masculino, muito antes do feminismo aparecer. Contudo, é com o surgimento desse movimento que as mulheres ganham visibilidade em sua luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Embasadas pelos preceitos feministas da primeira “onda”, surgiu, nos países desenvolvidos, o movimento pelo sufrágio. O movimento das sufragistas eclodiu nos Estados Unidos e na Europa, no final do século XIX; a partir dele, as mulheres reivindicavam o direito ao voto, enquanto protestavam sobre o fato de o chefe da família, do Estado e da Igreja ser sempre o homem (GOHN, 2007). No Brasil, a autora registra que, antes mesmo do movimento pelo sufrágio eclodir, algumas mulheres buscaram interromper o imaginário vinculado a seu sexo e manifestaram-se em diferentes áreas, como na literatura ou atuando em organizações, salas de aulas e no teatro.

Contudo, é apenas com o movimento sufragista que essas mulheres e muitas outras puderam exercer legalmente o direito ao voto e, por conseguinte, o direito de ser votada. Abreu (2002) reflete que as mulheres, que se engajaram no movimento, argumentavam ser necessário que os políticos encarassem um eleitorado feminino para que as políticas econômicas e educacionais pudessem ser direcionadas a elas, corrigindo, assim, muitas das desigualdades legais que enfrentavam. Dessa maneira, o direito ao voto ia além de poder votar, mas representava um meio para alcançar outros objetivos.

Apesar de ter a intenção de fomentar a participação das mulheres da elite e da classe média, o movimento das sufragistas:

mobilizou, nos momentos de ápice da campanha, até 2 milhões de mulheres, o que torna esta luta um dos movimentos políticos de massa de maior significado do século XX. Apesar disso, merece dos livros de História, quando não o silêncio, apenas uns poucos parágrafos ou uma nota de pé de página (PITANGUY, ALVES, 1994, p. 44).

Embora a conquista legal tenha sido um marco na luta pelos direitos das mulheres, não representou a aprovação social sobre a mulher na política, visto que o imaginário sobre feminilidade perpetuava a imagem da mulher no espaço privado, enquanto cabia ao homem o cenário público; reflexo disso foi o esquecimento e o vazio criados sobre a mobilização dessas mulheres nas narrativas historiográficas. O que se perpetua no imaginário social é a conquista do direito ao voto pelas mulheres

como um mero apêndice do Código Eleitoral de 1932 e da Constituição Federal de 1934, ignorando a luta feminina de 40 anos por esse direito.

Nos anos que se seguiram após essa conquista, o movimento feminista no Brasil recuou, bem como as manifestações públicas das mulheres. Tal fato pode ser vinculado à implantação do regime do Estado Novo (1937-1945), que passou a proibir manifestações contrárias ao regime político, o que, de fato, restringiu as ações femininas. Apesar de, às mulheres, estar garantido legalmente o direito de votar, o novo governo de Getúlio Vargas recolocou, no cenário político nacional, o “lugar que cabe à mulher”; dessa forma, seria possível a manutenção das relações de poder que tornavam as mulheres submissas no campo político.

Durante o período do Estado Novo, a categoria das mulheres sofreu com uma dicotomia; se, por um lado, era preciso ter cautela quanto ao avanço das mulheres no setor público e sua emancipação, por outro, era necessário dar conta de sua integração ao mercado de trabalho, educando-as para corresponder ao processo desenvolvimentista do país. Para os governantes:

A grande questão era: como conciliar a noção de que as mulheres, com sua presença no espaço doméstico, eram imprescindíveis para a multiplicação dos brasileiros e para o aprimoramento físico e moral da população, com a crescente participação feminina no mundo público? Muitos consideravam que não era possível acomodar essas duas realidades, sendo necessário manter as mulheres no lar; outros viam como inevitável o ingresso da população feminina no mercado de trabalho e em outras atividades públicas, restando à sociedade o dever de restringir, vigiar e regulamentar esse movimento (OSTOS, 2012, p.322).

De acordo com a autora, havia muito medo por parte da sociedade que a emancipação política das mulheres as levasse a conquistar outras liberdades, por exemplo, de sua condição sexual. Assim, diante dessas conquistas, setores conservadores da sociedade, apoiados principalmente pela igreja católica, defendiam que a participação pública das mulheres acabaria com as famílias e que, somente por meio da religião, seria possível manter a estrutura familiar e combater o comunismo - que maculava a moral da sociedade brasileira (OSTOS, 2012).

Apesar da presença feminina no setor político e da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, as relações de gênero, nesse campo, eram marcadas pelo discurso de que, mesmo a essa mulher, que trabalha fora de casa, era necessário um comportamento adequado, de acordo com sua feminilidade.

Buscava-se inculcar no imaginário social que a mulher, ainda que fora do lar, precisava manter sua função social de boa mãe e esposa, para, assim, ser reconhecida pela sociedade, o que, de fato, era um caminho para manter as mulheres submissas à hierarquia social.

Perrot explica que o racionalismo, instituído a partir do século XIX, definiu e restringiu o lugar da mulher, como sendo unicamente o lar, e o seu destino maior, a maternidade. Assim, sua participação no mercado de trabalho seria caracterizada como temporária, apenas para suprir algumas necessidades da família; também, sua presença no setor trabalhista estaria restringida a tarefas subordinadas e não-qualificadas, destinando-lhes uma pequena remuneração (PERROT, 2019). Nesse sentido, percebe-se como eram impostas as “regras” ao trabalho feminino, para que não houvesse o rompimento com o papel social culturalmente disseminado do que é ser mulher, o que não fugia à realidade brasileira da época.

Com o fim do Estado Novo, no Brasil, e da Guerra Mundial, o início dos anos 1950 caracterizou-se por um aumento da industrialização no país, com o crescimento das cidades e a ascensão da classe média. Era mais comum ver a mulher trabalhando fora de casa, embora esse fato ainda gerasse muito preconceito; seus salários, assim como sua valorização profissional, eram inferiores aos dos homens. Apesar de as mulheres terem conquistado um espaço trabalhando fora do lar e maiores possibilidades educacionais, no período da Segunda Guerra, ao final dela, o Brasil passou a sofrer influências de propagandas oriundas dos países exteriores, que pregavam o retorno da mulher ao lar e os valores morais tradicionais ao meio social (BASSANEZI, 2004).

Esse fato já se evidenciava no Estatuto da Família, proposto por Gustavo Capanema, em 1939, em que, em seu “[...] artigo 14 estabeleceria que o Estado deveria adotar formas de restringir progressivamente a admissão de mulheres em empregos, tanto públicos, quanto privados” (BRAGANÇA, 2018, p.223); com o fim da Guerra Mundial e o início dos “anos dourados”, tais fatores foram reforçados por meio da mídia na sociedade em geral.

A figura feminina foi se remodelando a partir do parâmetro burguês, assim, a mulher retornava ao espaço do lar, lugar de onde, na verdade, não havia saído totalmente, pois, mesmo assumindo o trabalho externo, o homem permaneceu como a figura central, como chefe da família e do espaço público, provedor do sustento. Com o avanço econômico e, posteriormente, com o modelo político

desenvolvimentista, assumido no país, na figura do presidente JK, a economia pós-guerra se estabilizava e a figura masculina retomou o lugar de poder na família. Assim, no modelo familiar da época:

[...] os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da *feminilidade*, como instinto materno, pureza, resignação e doçura. Na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional (BASSANEZI, 2004, p.509).

Essas características, incumbidas à feminilidade da mulher, não condiziam com uma trabalhadora, mas sim, àquelas que se dedicavam inteiramente à sua família, pois pertencia a uma pretensa essência da mulher os cuidados com os outros; isso a tornava mulher. Mesmo que exercesse alguma atividade profissional fora do lar, como era a realidade de muitas mulheres pobres, cabia a elas, então, a autovigilância de seu corpo e de sua moral, para estar dentro do padrão feminino imposto pela sociedade.

Apesar disso, nas camadas mais pobres da sociedade, o ideal feminino e os princípios da feminilidade também se faziam presentes, mesmo que, muitas vezes, não apresentasse os mesmos moldes da classe dominante, dadas as condições socioeconômicas dessas mulheres. Contudo, os conceitos de feminilidade e masculinidade também interpassavam as relações de gênero nas classes menos favorecidas. Maria Carolina de Jesus, em seu livro *Quarto de Despejo*⁶⁴, relata as passagens do cotidiano na favela, na década de 1950, mencionando saber de um homem que há muito estava doente de: “Paralisia. Ele dizia que queria morrer porque não apreciava ser sustentado pela esposa” (1960, p.76). Mesmo em situação de extrema pobreza, o fato de caber ao homem a tarefa de prover o lar permanece enraizado no imaginário social. Na referida passagem, percebe-se que a masculinidade, construída na sociedade, emana pelas diferentes camadas sociais, atingindo de maneira diversificada os grupos urbanos.

⁶⁴ O livro *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, foi organizado com os relatos diários da autora Carolina Maria de Jesus. Nele, a mulher negra, mãe, catadora de papel, conta a rotina de pobre e sozinha na década de 1950. A partir da leitura de seus relatos, é possível perceber como as relações de gênero se fazem presentes na rotina das mulheres das classes excluídas.

Outro método para manter o controle sobre a vida das mulheres, pobres e de elite, era o casamento atrelado à virgindade. “A moral sexual dominante nos anos 50 exigia das mulheres solteiras a *virtude*, [...] e, sempre, relacionada à contenção sexual e à virgindade” (BASSANEZI, 2004, p. 512). Para as mulheres, o casamento era seu destino natural e estava relacionado com a felicidade plena. Nas camadas burguesas, as moças eram aconselhadas a não oferecer intimidade para seus noivos, de modo a preservar a sua moralidade; já aos rapazes, era permitido aventurar-se sexualmente com prostitutas ou com mulheres pobres, como forma de reforçar sua masculinidade, além de que “[...] o critério de classificação e valorização das mulheres servia também como forma de reforçar as desigualdades sociais existentes” (Ibid., p.513).

Para as mulheres, que estavam economicamente à margem da sociedade, as relações de casamento também eram construídas em moldes muito parecidos com o modelo social. Contudo, o casamento não ocorria de maneira formal:

[...] se explica não só pelo desinteresse decorrente da ausência de propriedades, mas pelos entraves burocráticos. A dificuldade do homem pobre em assumir o papel de mantenedor, típico das relações burguesas, é outro fator, ao que se soma, em alguns casos, a pretensão de algumas mulheres de garantir sua autonomia (SOIHET, 2004, p. 308).

Apesar de trabalharem, as mulheres possuíam o papel social instituído a elas de serem boas esposas, enquanto caberia ao marido reger a família. Independentemente da maneira como ocorria, formal ou informal, o casamento era carregado de valores e cabia à mulher, sem importar sua classe social, assumir o ideal de esposa submissa, embora, na realidade das mulheres pobres, houvesse contradições próprias de sua condição econômica.

Apesar de muitas mulheres aceitarem as regras impostas pelas convenções sociais, quanto a seu corpo, comportamento e vida, outras não estavam satisfeitas com “seu lugar” na sociedade.

São recorrentes os exemplos de mulheres, que tiveram certa visibilidade, pela luta que empreenderam ainda no século XIX, como Nísia Floresta (1810-1885), Francisca Senhorinha da Motta Diniz (que morreu em 1910), ou mesmo da argentina Juana Paula Manso de Noronha (1819-1875), que viveu no Brasil; entre outras. No início do século XX, igualmente, foram se engendrando novas frentes de luta, de onde emergiram lideranças de renome internacional, como foi o caso paradigmático

de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). Bertha foi uma liderança importante na luta pelo voto feminino; também, foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Além das mulheres que se perfilaram junto às bandeiras feministas, há ainda as que, por sua militância política e cultural, contribuíram para a luta e emancipação do grupo. Expressão dessa vertente pode ser encontrada nas escritoras, artistas e intelectuais da estirpe da musicista Chiquinha Gonzaga (1847-1935), das escritoras Maria Lacerda de Moura, Júlia Valentim da Silveira Lopes de Almeida (1862-1934) e Maria Firmina dos Reis (1822-1917), esta última, considerada a primeira romancista brasileira e filha de mãe escrava; entre outros exemplos paradigmáticos.

Assim, no Brasil, outras mulheres, inspiradas pelas precursoras brasileiras, foram também influenciadas na década de 1950 pelo livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir. A filósofa francesa inspirava as mulheres pelos seus escritos, que foram um marco mundial contra as discriminações sexuais, bem como suas ideias e atitudes na França, que eram seguidas com afinco (GOHN, 2007). Nos países desenvolvidos, a partir da metade do século XX, as estruturas familiares começaram a modificar-se rapidamente. Questões como o divórcio e o aborto passaram a figurar nas legislações desses países, pois as mulheres reivindicavam tais direitos, como a libertação do corpo. Nesse sentido, a transformação na família: “[...] estava relacionada com mudanças bastante dramáticas nos padrões públicos que governam a conduta sexual, a parceria e a procriação” (HOBBSAWN, 1995, p. 316).

A França e os Estados Unidos tornaram-se palco das reivindicações das mulheres, que lutavam contra as diferenças e em apoio às minorias. Esse cenário propiciou o fortalecimento do movimento feminista, que ressurgiu com maior força, no que ficou conhecido como sua segunda onda, quando as mulheres empenhavam-se em levar para as ruas os gritos de libertação (GOHN, 2007).

Enquanto o feminismo fortalecia-se como movimento na Europa e América do norte, no Brasil o contexto do regime autoritário, exigia outras configurações, ou seja,

No contexto de autoritarismo que marcou o início do movimento, os problemas “gerais” da sociedade eram prioritários em relação aos problemas “específicos” das mulheres. E as mulheres trabalhadoras tinham prioridade sobre as outras – marcas da vinculação do movimento com a esquerda marxista (SARTI, 1988, p.41).

Apesar de não obter espaço na luta por seus direitos específicos, as mulheres, nesse período, integraram os movimentos sociais, como o estudantil e o sindical, por exemplo, para empenhar-se na redemocratização do país. Mesmo que não encontrassem o espaço apropriado para levantar suas bandeiras, essa atitude de dominar as ruas, por si só, ia contra os papéis sociais impostos a elas, o que se tornou também uma transgressão das regras e do modelo social vigente. Por conseguinte, esse ato de afronta ao modelo feminino já representava uma ação contra as relações de poder impostas pelo governo autoritário, pois, como relembra Perrot: “[...] o que importa encontrar são as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história” (2019, p.187).

Essas mulheres, que foram às ruas e que se manifestaram contra o sistema político, foram rotuladas como “não-femininas”, pois sua imagem de militante ia contra os estereótipos criados acerca de seu gênero. Essa configuração antagônica de mulher e política também era um instrumento voltado a manter o controle sobre as mulheres, visto que o Estado autoritário, que se desenhou no país de 1964 a 1985, foi composto por uma esfera predominantemente masculina à frente do poder, como sugere Scott ao analisar a política: “a alta política é, ela própria, um conceito generificado, pois estabelece sua importância crucial e seu poder público, [...] sua autoridade superior, precisamente às custas da exclusão das mulheres do seu funcionamento” (SCOTT, 1995, p.92).

Embora não apareça uma diferença específica das relações de gênero na legislação do período, foram as ações e os discursos dos representantes estatais que evidenciaram o caráter misógino e machista presente no governo autoritário. Expressão desse caráter é a ínfima presença de mulheres nos postos de primeiro escalão⁶⁵ e nos escalões inferiores, nos 21 anos de governo ditatorial; mesmo mulheres com um *ethos* militar, não foram convocadas para compor o Governo.

Diante desse controle estatal massivamente masculino, às mulheres, não se reservava a oportunidade de exercer uma liberdade plena; para aquelas que buscavam o rompimento dessas relações de poder, eram reservadas a repressão e a censura.

⁶⁵ Esther de Figueiredo foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Ministra dos governos militares, frente à pasta de Educação, já no Governo Figueiredo, no processo de abertura, de 1982 a 1985.

A censura agiu como um instrumento de manter fora de circulação qualquer assunto considerado tabu, à época. Teles (2015) traz exemplos de como a edição de 1967 da Revista *Realidade* fora censurada porque apresentava resultados de uma pesquisa realizada com as brasileiras, cujos temas foram a sexualidade, o parto, a maternidade, casamento e religião. Também, o jornal *Movimento*, em 1976, foi censurado por trazer a situação das brasileiras no trabalho. Já Cassandra Rios, foi a escritora que teve mais obras censuradas por promover a escrita de contos eróticos lésbicos.

O conservadorismo presente na sociedade autoritária buscava manter as mulheres dentro de determinados padrões sociais, ajudava no controle do Estado sobre seus corpos e suas vidas.

Nesse cenário dominado pela figura masculina, não havia espaço para as discussões feministas, que estavam a acontecer ao redor do mundo; assim, poucas eram as manifestações desse gênero nas cidades brasileiras. Para Sarti:

As questões feministas ganham espaço quando o processo de “abertura” política se consolida no país. Grande parte dos grupos declararam-se abertamente feministas e abre-se espaço tanto para a reivindicação ao nível das políticas públicas, quanto para o aprofundamento da reflexão sobre a condição específica da mulher. Os conflitos e desacordos tanto com a Igreja católica, quanto com alguns setores da esquerda, conservadores no que se refere à moral sexual, foram se explicitando mais abertamente (1988, p.41).

Embora as feministas já estivessem organizadas pelo país durante a ditadura militar, o termo “feminista” implicava em rótulos e estereótipos que causavam desconfiança até mesmo nas mulheres. Além disso, dentro das próprias organizações de esquerda a questão sobre a condição das mulheres era considerada secundária perante a luta democrática, o que dificultava o debate.

Apesar de já existirem trabalhos de reflexões feministas nos bairros e em diferentes iniciativas da sociedade, o movimento ainda não tinha um amplo espaço de manobra no Brasil, como já acontecia na Europa ou nos Estados Unidos. Na América do Sul, o movimento feminista teve que conviver “[...] com outras correntes ideológicas e abrir lugar próprio dentro do campo da esquerda, ou seja, ao lado das ideias feministas estava a luta pela liberdade de expressão, pela democracia e pela própria vida, sempre ameaçada pela repressão militar” (PEDRO e VEIGA, 2011, p.146).

As mulheres exiladas que retornaram ao Brasil a partir de 1979, devido à Lei da Anistia, a partir de suas experiências feministas no exterior, também contribuíram com as discussões sobre a categoria em solo brasileiro.

A partir dos anos 1980 e, principalmente, após a abertura política, o movimento feminista passou a integrar questões mais específicas de classe, gênero, raça, ganhando novas formas e considerando novos elementos, como a homossexualidade e a questão racial. Os estudos sobre as mulheres foram rompendo a dura barreira da hostilidade dentro das universidades e, aos poucos, conquistando espaço, principalmente, na área das ciências humanas. Em menos de uma década, foram criados, nas universidades, núcleos de estudos sobre a mulher; o mercado editorial cresceu com as vendas acerca do tema da condição feminina (SARTI, 1988). As mulheres figuraram uma revolução cultural, com mudanças no comportamento pessoal e social; foram cruciais às transformações vividas à composição da família e ao espaço doméstico (HOBSBAWN, 1995).

A relação intrínseca entre as lutas do feminismo e a consecução de ações revela que “[...] toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres” (TILLY, 1994, p.31). Recentemente, as mulheres, ligadas ao feminismo ou não, buscam romper com a hierarquia de gênero; por mais que muitas conquistas, relacionadas à condição feminina, já tenham sido superadas, ainda nos encontramos presas aos padrões de gênero e à vigília da moral feminina, por mais velada que ela seja. Vários caminhos foram trilhados até o momento pelas mulheres em busca de sua emancipação, seja a nível mundial ou nacional; alguns foram possíveis de registrar aqui. Entretanto, também, a educação das mulheres e seu ingresso no ensino superior colaboraram para o reconhecimento de sua história.

3.3 EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL

“[...] Nossa débil voz se levanta na capital do império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres!” (FLORESTA, 1853. *Apud* LOURO, 2004). Nísia Floresta, educadora e escritora brasileira, que protagonizou com êxito a luta pelos direitos das mulheres, como afirmado, já denunciava, na metade do século XIX, a necessidade de se educar as moças no Brasil.

Após o “grito da Independência”, o discurso dos governantes girava em torno da educação, fazendo dela um instrumento para retirar o caráter de atrasado e primitivo que o país carregava. Na prática, as cidades e os povoados - sobretudo a população rural - eram constituídos por uma população analfabeta. No entanto, havia escolas mantidas ou organizadas por uma vertente religiosa e até aquelas gestadas por leigos. Essas escolas ensinavam a ler e também propagavam a doutrina cristã para ambos os sexos, porém, com a diferença de que, para os meninos, os conteúdos perpassavam as noções de geometria e, para as meninas, era destinado o ensino do bordado e da costura (LOURO, 2004).

A educação feminina, no final do século XIX, era voltada para o lar, preparando as moças para o casamento:

As escolas femininas dedicavam intensas e repetidas horas ao treino das habilidades manuais de suas alunas produzindo jovens “prendadas”, capazes dos mais delicados e complexos trabalhos de agulha ou de pintura. As marcas da escolarização se inscreviam, assim, nos corpos dos sujeitos (LOURO, 1997, p.62).

A escolarização das mulheres, naquele período, não era vista como um meio de subverter a condição feminina, mas de educar seus corpos, suas mentes para aceitar, além de obedecer, seu destino de ser esposa e mãe, cuidadora do lar. Dessa maneira, a sociedade educava as meninas, o que era preciso para superar o caráter colonial do país, mas reforçava a hierarquia de gênero, estabelecendo o poder masculino nas relações sociais da época.

[...] enquanto a escola secundária masculina procurava, precipuamente, encaminhar os rapazes para os cursos superiores, distanciados da realidade brasileira e de suas exigências práticas, a educação feminina pautava-se pelo ideal de educação da mulher para o casamento. Este ideal imprimia à educação feminina pós-primária um cunho marcadamente doméstico e, no plano intelectual, impedia-a de superar o objetivo da «conservação» (SAFFIOTI, 1976, p.89).

Alguns movimentos que surgiam no país, no início do século XX, procuraram superar, em parte, essa condição da mulher. Ideias anarquistas e socialistas ganhavam espaço entre os trabalhadores; seus representantes acreditavam na educação da mulher como meio de sua libertação. Assim, investiram na educação e em escolas para instruir também as meninas. À noite, eram demandadas palestras

que tratavam de temas, como educação e movimento operário, direcionado para o público feminino também (LOURO, 2004). Entretanto, as elites mantinham o projeto de educação feminina voltado para o casamento e bem-estar futuro do marido; por esse motivo, sua educação, no ensino secundário, não era incentivada, pois não haveria motivos para uma mulher adquirir muitos conhecimentos científicos, quando sua real necessidade efetivava-se a aprender o que era próprio de seu gênero.

No final do século XIX, tendo em vista a falta de professoras para as escolas femininas, surgiram no país as escolas normais. Diferentemente do ensino secundário, que possuía caráter aristocrata, essas escolas visavam à formação, principalmente de mulheres, e destinava-se àquelas que gostariam de se profissionalizar; inclusive, era voltado àquelas que seguiriam o destino comum a elas, o casamento. Como a sociedade não aceitava as mulheres profissionais, as escolas normais conciliavam suas funções de formação para o trabalho com a preparação das mulheres para a vida no matrimônio e no lar. As moças que ali ingressavam buscavam aprimorar seu desempenho nos papéis femininos que lhes cabiam, deixando a capacitação profissional para ser usada no futuro, caso fosse necessário (SAFFIOTI, 1976).

É nesse período, também, em 1881, que se tem o registro da primeira mulher no ensino superior⁶⁶, Dona Ambrozina de Magalhães, que se matriculou na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro. Todavia, com a dificuldade das mulheres de ingressarem no ensino secundário, o acesso ao ensino superior era muito dificultoso. Até 1930, as mulheres ainda não haviam conquistado o espaço nas universidades (SAFFIOTI, 1976).

As questões de gênero estiveram ligadas ao sistema educacional brasileiro desde a sua consolidação. Aos meninos, eram ofertados os estudos que promovessem a sua emancipação profissional e pessoal, enquanto às meninas, cabia a segregação de sua formação intelectual. Com o início de uma nova fase no sistema político/econômico brasileiro e um novo discurso sobre a educação, caracterizados pela implantação do Ministério da Educação⁶⁷, a partir da década de

⁶⁶ A autora Joana Maria Pedro, em seu texto “Feminismo e Gênero na universidade: Trajetórias e tensões da militância”, destacou o nome de algumas mulheres que frequentaram a universidade no final do século XIX e início do século XX, período em que se delineava a presença feminina no ensino superior.

⁶⁷ O Ministério da Educação foi criado por Vargas e, no início, cuidava dos aspectos da saúde pública também. Seu primeiro ministro foi Francisco Campos.

1930, foram registrados alguns avanços na educação brasileira e, gradativamente, na educação da mulher.

A Revolução de 1930, ao redirecionar o desenvolvimento brasileiro para o mercado interno e para o setor urbano-industrial, propiciou o surgimento das primeiras políticas públicas de massa, especialmente para as populações urbanas. As novas exigências da industrialização e dos serviços urbanos influenciaram os conteúdos e a expansão do ensino. Porém, como a expansão do capitalismo não se fez de forma homogênea em todo o território nacional, a maior expansão da demanda escolar ocorreu nas regiões onde as relações capitalistas estavam mais avançadas (ALVES; BELTRÃO, 2009, p.130).

Nas capitais, a exemplo do Rio de Janeiro, as mudanças sociais ocorriam aceleradamente, o que afetou as mulheres que viviam nas grandes cidades. Isso oportunizou que parte dessas mulheres ocupasse outros espaços além do lar, como as instituições educacionais. Em 1937, Gustavo Capanema, então ministro da Educação, elaborou um Plano Nacional de Educação (PNE), no qual incluía o ensino “doméstico” para as estudantes na faixa etária de 12 a 18 anos (BRAGANÇA, 2018).

O objetivo era educar as meninas para corresponder aos novos paradigmas que o país vivia, mas sem retirá-las de fato de suas responsabilidades como mulher. Ou seja, era necessário que as moças recebessem orientação sobre higiene, saúde, moral e o mínimo de educação formal para que pudessem educar seus filhos, os quais, por sua vez, formariam a nova geração do país, uma nova linhagem capaz de representar um país modernizado, com uma população que correspondesse a esses avanços. Porém, o ensino não deveria emancipar as garotas, mas reforçar e aprimorar sua função de mãe na vida doméstica.

Para essas moças, o ingresso ao ensino superior também se diferenciava das condições masculinas, visto que sua inserção nas universidades não era acessível. Apesar de, no governo Vargas, as atividades na universidade terem sido regulamentadas pelo ministro Francisco Campos, conseqüentemente, tendo se expandido no território nacional, até a “[...] primeira metade do século XX a exclusão feminina dos cursos secundários inviabilizou a entrada das mulheres nos cursos superiores” (ALVES; BELTRÃO, 2009, 128).

Os autores destacam que para as mulheres adentrarem ao espaço da universidade, foi preciso a superação da lógica estrutural da educação brasileira, que restringia o acesso delas aos níveis secundários de escolarização. Contudo,

esse ingresso efetivou-se de forma desigual em relação aos homens, sendo a presença feminina, no interior das universidades, proporcionalmente menor à dos homens (Ibidem). É importante destacar que as mulheres que compuseram o quadro de matrículas nas universidades eram pertencentes à classe média ou às elites, pois as pobres não tinham condições de acesso e permanência nos níveis escolares, sendo que também não havia um incentivo do governo para que isso ocorresse.

Ainda de acordo com Alves e Beltrão (2009), na primeira década do século XX, as mulheres correspondiam a 1,4% das matrículas no ensino superior. Esse quadro modifica-se a partir de 1930, quando as novas exigências das políticas de industrialização passam a requerer diferentes profissionais para o mercado de trabalho, contudo, os investimentos foram aplicados nas grandes cidades.

A condição precária do acesso aos cursos superiores caracterizou esse período; além do mais, a sociedade mantinha um olhar crítico e preconceituoso sobre as meninas que decidiam continuar seus estudos, pois o papel delas estava fortemente ligado às obrigações maternais e matrimoniais. Dessa forma, os cursos, que elas passaram a frequentar, também foram generificados, aceitos apenas porque constituíam um segmento da maternidade, ou por serem próprios dos princípios da feminilidade, como o cuidado com outros, por exemplo; assim, se caracterizavam os cursos de Pedagogia e Enfermagem.

Segundo Alves e Beltrão (2009), foi somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), de 1961, que, então, as mulheres puderam ingressar efetivamente nas universidades, visto que essa lei dispunha que as moças, as quais faziam magistério, poderiam disputar os vestibulares. Desse modo, a década de 1960 passou a oportunizar maiores chances de as mulheres se incorporarem aos bancos universitários; nos anos 1970, elas inseriram-se definitivamente nessas instituições.

Esse movimento impulsionou os estudos sobre as mulheres, que sofriam com os estigmas da invisibilidade “[...] inclusive como sujeito da ciência” (LOURO, 1997, p.17). Para Perrot (2019), a presença das mulheres nas universidades, seja como estudantes ou como docentes, foi um fator sociológico importante aos avanços dos estudos sobre a mulher, ou pelo menos um lugar de escuta para esse debate.

A mulher, no ensino superior, iria se aproximar das discussões do universo político e econômico, abrangendo sua visão da sociedade. A universidade passou a

ser o lócus impulsionador de mudanças, por propiciar o conhecimento e o debate intelectual sobre a condição feminina.

Militantes feministas do mundo acadêmico vão trazer para o interior das universidades e escolas questões que as mobilizam, impregnando e “contaminando” o seu fazer intelectual – como estudiosas, docentes, pesquisadoras – com a paixão política. Surgem os *estudos da mulher* (LOURO, 1997, p.16).

Observa-se que o espaço conquistado pelas mulheres na universidade foi gradativo; foi nesse ambiente que muitas universitárias puderam desenvolver estudos, partindo de questões sobre sua própria condição de mulher. O espaço também foi propício para o contato com os estudos sobre a história das mulheres, gênero e feminismo, já em destaque no cenário mundial.

Ressalta-se, aqui, a importância de ter o olhar de gênero sobre os fatos apresentados nesta seção. Ao analisar o processo do déficit educacional sofrido pelas mulheres, desde a institucionalização do ensino, é possível ver “os modos pelos quais hierarquias de diferença – inclusões e exclusões – foram constituídas” (SCOTT, 1994, p.26) no sistema educacional, ou seja, o acesso à educação foi restringido às mulheres, de modo que inferiorizou sua participação nos setores intelectuais da sociedade.

Apesar de haver figuras femininas importantes⁶⁸, as quais, já no século XIX, conduziam os caminhos para o avanço da educação de meninas, o ingresso das mulheres, em instituições formais de ensino, foi lento e gradual, devido às condições da representação de seu gênero na sociedade. Essa privação das mulheres ao ensino é consequência das relações de poder exercidas na sociedade machista. “Falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que esteve presente, mas é reconhecer o processo histórico de exclusão dos sujeitos” (COLLING, 2004, p.03); por esse motivo, foi necessário explanar sobre o seu processo de escolarização e as formas de exclusão que elas enfrentaram até assumir a posição de universitárias.

⁶⁸ Inclusive, há que se destacar que o provável primeiro jardim de infância privado foi fundado em 1862, na cidade de Castro, no Paraná, pela professora brasileira Emília Erichsen.

3.4 AS MILITANTES UNIVERSITÁRIAS NA UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES - UPE

“[...] como uma historiografia já bastante consolidada e uma produção memorialística bastante referendada insiste em identificar a mulher como coadjuvante na luta contra o Estado repressor, com tantas evidências dos seus protagonismos?”⁶⁹

Como visto anteriormente, a trajetória da emancipação política das mulheres brasileiras foi árdua, e as conquistas como o direito ao voto e o acesso ao ensino superior representaram grandes ganhos para a formação da mulher militante.

O ingresso significativo das mulheres no universo acadêmico, de fato, aconteceu após os anos 1960. A presença feminina nas instituições de ensino superior levou essas universitárias a conhecerem outra organização de cunho político educacional, o movimento estudantil. Ao comparar os processos de ditadura nos países do Cone Sul, Wolff (2010) descreve como iniciou a participação da mulher na militância e destaca o movimento estudantil nesse processo, mostrando que:

[...] as décadas de 1960 e 1970 foram mesmo um momento de expansão das universidades e especialmente de abertura dos estudos universitários às mulheres. Importante lembrar ainda que cursos como Ciências Sociais, História, Filosofia, Letras e Psicologia eram aceitos como viáveis para as mulheres e, por outro lado, pelo cunho político de sua discussão disciplinar, eram muitas vezes focos de recrutamento para o movimento estudantil (WOLFF, 2010, p.146).

A professora Carla Conradi traz, em sua tese⁷⁰, entrevistas de mulheres que participaram da militância política durante a ditadura civil-militar no estado do Paraná; a partir das histórias de vida dessas militantes, é possível identificar que o movimento estudantil foi um dos primeiros espaços políticos explorados por elas, como uma organização que lhes permitiu a ação política contra o sistema. O mesmo é percebido nas entrevistas das militantes do período concedidas à historiadora Ana Maria Colling, em seu livro “A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil”, em que se evidencia, nos depoimentos dessas atrizes sociais, que o movimento

⁶⁹ Conradi (2015, p.43).

⁷⁰ Para saber mais sobre as mulheres que atuaram na militância política contra a ditadura militar no Paraná, ver CONRADI, Carla Cristina Nacke. “Memórias do sótão”: Vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964- 1985).

estudantil se tornou o primeiro local para a concretização de suas convicções políticas. Ainda, Marcelo Ridenti (1990, p.116) afirma que “a insurgência das mulheres na contestação à ordem, entre 1966 e 1968, deu-se sobretudo através do movimento estudantil, que forneceu a maioria dos quadros para os grupos de extrema esquerda”.

Dessa maneira, ao compor o ME, essas estudantes inseriram-se em um campo de debates político-educacionais, em assuntos que eram altamente masculinizados pela sociedade. Nesse viés, as mulheres rompiam, na vida política, com os papéis sociais definidos a partir do gênero, pois o ingresso no movimento estudantil permitiu maior contato com a vivência política, muito restrita a elas ou às suas gerações passadas. Apesar de se constituírem politicamente no movimento de estudantes, Colling (1997) explica que a integração da mulher no mercado de trabalho e no ensino superior a ajudou a se estabelecer como ser político, conquista que se definiu a partir de um longo processo, resultado da conscientização e participação feminina na política.

Embora durante toda a trajetória histórica das mulheres elas estivessem buscando meios para libertar-se, foi na sua construção de ser político que elas obtiveram maior espaço na sociedade e puderam exigir, com efeito, uma educação igualitária. A entrada das universitárias no movimento estudantil as redirecionou ao palco das reivindicações educacionais, enquanto firmavam a crescente participação nas universidades.

Entretanto, o ME não oportunizava o debate sobre a condição feminina, pois, para Colling (2004), na história dos projetos autoritários, inclusive no regime militar, no Brasil, os sujeitos são identificados de forma antagônica, separados por situação e oposição. Por conseguinte, os movimentos de esquerda repetem essa dicotomia, de maneira a separar a sociedade entre proletariado e burguesia; dessa forma, não oportunizava as diversidades, priorizando a luta de classes enquanto desconsiderava as demais questões.

Entretanto, apenas o fato de as mulheres vincularem-se a grupos de resistência, como os sindicatos e o movimento estudantil, já desafiava os papéis atribuídos a elas por toda a sociedade, pois ia contra os parâmetros de feminilidade. O ingresso das mulheres na militância política, a partir dessas organizações, nos anos 1960 e 1970, pode ser compreendido como um momento inicial de rupturas

com o que era reservado e esperado das mulheres na época, evidenciando e rompendo a hierarquia de gênero (NASCIMENTO; SANTOS e TRINDADE, 2007).

Todavia, para compreender as relações de gênero inseridas no movimento estudantil, bem como destacar a sua atuação nele, voltemo-nos aos arquivos da DOPS. Tilly (1994) destaca a importância de as historiadoras sociais das mulheres utilizarem os arquivos públicos como fontes de suas pesquisas, pois, assim, essas historiadoras revelariam a existência de tais sujeitos, tanto coletiva como individualmente.

Inicialmente, separamos as Pastas Temáticas para nos aproximarmos dos conteúdos destas. As pastas estavam separadas por temas como “Movimento Estudantil”, “Congresso da UNE”, “União Nacional dos Estudantes”, “União Paranaense dos Estudantes”, sendo três delas sobre a UPE. Ao percorrer os arquivos selecionados, encontramos muitos registros nos quais aparecem as chapas de diretoria, que estiveram à frente do comando da UPE. Percebe-se, pela composição das chapas estudantis que quase não havia integrantes femininas. Alguns exemplos podem ser destacados, aqui, ao compararmos os integrantes da diretoria da UPE, nos anos que antecederam seu fechamento.

QUADRO 01 – Mulheres na composição das chapas de diretoria da UPE.

Gestão	Total de mulheres integrantes das chapas
1965-1966	01
1966-1967	00
1967-1968	01
1968-1969	00

FONTE: Pasta temática União Paranaense dos Estudantes - UPE. Arquivo público do Paraná.

Sendo assim, observa-se que a chapa de 1965/1966⁷¹, que apoiava o governo militar, contava com a presença de apenas uma estudante de educação física, Maria Lúcia; já a chapa “Reestrutura”, de 1966/67⁷², não tinha nenhum nome feminino para a composição da diretoria da entidade; na chapa de 1967/1968,

⁷¹ Concorrência à diretoria da UPE, 1965. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Paranaense dos Estudantes, n. 2325, topografia 263.

⁷² Nesse ano, duas chapas concorreram para a diretoria da UPE; a campeã era denominada “Reestrutura” e a vencida, “Liberdade”. Ambas não tinham mulheres em sua composição. Concorrência à diretoria da UPE, 1965. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Paranaense dos Estudantes – UPE, n. 2327, topografia 264.

apenas a função de assistência estudantil foi ocupada por uma garota, a militante Palmira Amâncio; por fim, a de 1968/69 também não contou com nenhuma mulher⁷³. Esse quadro nos sugere como a representação estudantil feminina ficava no plano da sub-representação, no que se tratava de ocupar cargos de liderança.

De acordo com Santos (2011), a “[...] estrutura patriarcal perpassa a organização social, firmemente consolidada nos espaços de decisão e de poder”; nesse âmbito, podemos considerar que a exclusão ou sub-representação das mulheres, na diretoria da UPE, implica o reflexo das práticas sociais que as retira dos espaços de comando, considerando esse lugar como não pertencente à categoria feminina.

A esse fato, pode-se atrelar as condições sociais que as mulheres sofriam de acordo com o seu gênero. Por ser um movimento de cunho político, esse espaço não era considerado ideal para o público feminino, o que produzia barreiras para o acesso ou até a permanência das universitárias nas organizações.

Colling (2004) também ressalta que, mesmo nos movimentos de esquerda, o militante masculino entendia que os homens deveriam estar no comando da luta. Este fato auxilia a compreender a participação escassa das mulheres na diretoria do movimento, contudo, o número inferior de mulheres na universidade e os desafios da militância que exigiam “[...] atributos de agressividade, competição, a fala em público, a disponibilidade de tempo” (BEZERRA e SOUZA, 2006, p.200), características consideradas masculinas, contribuíram para este quadro.

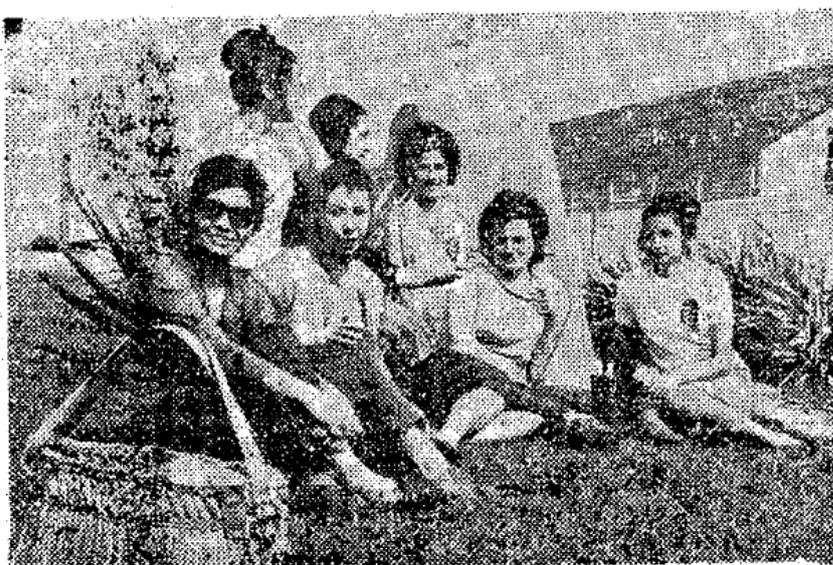
No contexto da ditadura militar, o espaço político que o movimento estudantil representou aderiu tanto mulheres, ligadas às ideologias da esquerda, quanto aquelas que não compactuavam com os ideais socialistas e comunistas de transformação, tendo em vista que, no período de 1964 a 1969, lideranças estudantis da UPE articularam-se pelo movimento nem sempre compartilhando as mesmas ideologias, como apresentado no primeiro capítulo.

Contudo, indiferente ao segmento ideológico presente no grupo, o lugar de poder era assumido pelos homens, principalmente nos locais que se refere às instâncias políticas. Todavia, as militantes estudantis procuraram ocupar também estes espaços.

⁷³ Idem.

Podemos verificar esta situação analisando o XXIX Congresso da UNE que aconteceu em Santo André- SP em 1963, quando a UPE, ligada às bancadas nacionalistas, levou ao congresso várias representantes femininas que ocuparam diferentes bancadas. De acordo com o jornal Diário, na publicação de julho de 1963, estudantes do Paraná seguiram para o XXIX Congresso da UNE. Na coluna direcionada aos detalhes do evento são expostos os nomes dos 44 estudantes do gênero masculino que compuseram as bancadas do evento, e das quatro moças que também ocuparam esta posição, representando o estado.

FIGURA 6 – Publicação no jornal sobre as estudantes representantes da UPE (1963).



★ *AS GAROTAS da bancada paranaense no congresso da UNE — descansando numa das praças de Santo André.*

FONTE: Pasta Temática União Paranaense dos Estudantes. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, n. 2325, topografia 263.

Apesar de a maioria dos homens assumirem as posições nas bancadas, enquanto a maioria das militantes mulheres seriam ouvintes, neste Congresso as estudantes Cecília Fernandes Moreira, Ileana Kwasinski, Neila Retigarriba e Oksana Boruzensko estiveram no “palco” político, constituindo a presença em local de decisão.

Pode-se constatar a ação feminina em alguns arquivos, como no relatório produzido pelo delegado da DOPS, Ozias Algauer, em 1966, no qual ele relata sobre a manifestação que os estudantes, ligados à UPE, fizeram nas ruas, provocando desordem, com o objetivo de chamar a atenção da população, com seus gritos de

“[...] vivas à liberdade, abaixo Castelo Branco, à DITADURA MILITAR, à LEI SUPLICY”⁷⁴.

No documento, constam os nomes dos líderes da manifestação de repúdio às atrocidades cometidas pela ditadura; dentre os dezesseis estudantes nomeados e denominados de comunistas, havia apenas uma militante, Teresa Daisi Urban⁷⁵, a qual o delegado se refere como sendo uma das líderes da UNE no Paraná. Nessas passagens, observa-se que o número de mulheres participantes era inferior, contudo, isso é uma herança da privação sofrida pelas mulheres no campo educacional.

As manifestações faziam parte da realidade de muitas estudantes que decidiam adentrar o movimento estudantil. Essas mulheres, apesar das representações de seu gênero, não eram submissas; pelo contrário, buscavam se colocar no espaço político ao qual tinham acesso e, nesse movimento, elas “rompem com os padrões estabelecidos, ousando entrar na arena política, espaço masculino por excelência” (COLLING, 1997, p.22).

Salienta-se, assim, a atuação da aluna Palmira Amâncio da Silva da Faculdade Federal de Filosofia, chamada, pelos agentes, de comunista pertencente à “esquerda festiva”⁷⁶. No informe de 1968 que trata da extinção da UPE, o chefe do setor de segurança destaca que a estudante, juntamente com outro integrante da UPE, “participaram ativamente de quase todos os movimentos, passeatas e encontros (principalmente o Seminário Regional da UNE) realizados de dois anos para cá”⁷⁷.

⁷⁴ Relatório da DOPS-PR, 1966. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Nacional dos Estudantes 2308, topografia 259.

⁷⁵ Teresa Urban foi uma militante política ativa no movimento estudantil, especialmente nos anos de chumbo. Ela também integrou a JUC e o POLOP durante sua militância. Foi presa diversas vezes, exilada no Chile e chegou a ser torturada pelas mãos do delegado Sergio Fernando Paranhos Fleury (CONRADI, 2015). Teresa escreveu mais de vinte obras, incluindo o livro *1968 Ditadura Abaixo*, com o propósito de contar aos mais jovens a história da ditadura no Brasil. A jornalista e militante ambientalista ativa, deu nome à Comissão Estadual da Verdade (2017, p.36) no Paraná, devido à sua coragem e persistência na militância, pois como indica o documento, “Teresa jamais abdicou da sua indignação contra as injustiças e as violências perpetradas contra os que, como ela, lutaram e lutam por um mundo mais equânime e digno de se viver”.

⁷⁶ “‘Esquerda festiva’ era uma expressão inventada pelo colunista Carlos Leonam em 1963, [...] Leonam, um atento cronista do comportamento carioca, estava dançando quando teve a ideia. [...] no dia seguinte, ele noticiava sua descoberta na coluna que mantinha no Jornal do Brasil. Estava inaugurada uma expressão que teria presença assegurada no léxico e no espectro ideológico da política nacional. [...] a esquerda recorreu então à festa como uma forma de se manter, de ir adiante, de não morrer, de resistir” (VENTURA, 1988, p.47).

⁷⁷ Relatório DOPS. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Paranaense dos Estudantes – UPE, n. 2327, topografia 264.

Apesar de as mulheres encontrarem barreiras para atuar na liderança do movimento, elas assumiam o papel de líderes nas manifestações, congressos e, efetivamente, nas ruas. Entretanto, não se responsabilizavam oficialmente pelo poder ou por cargos de diretoria, pois a organização hierárquica do movimento refletia as relações consideradas na sociedade, o que as colocava no papel de subordinação próprio da feminilidade, “militante, ela tem dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes” (PERROT, 2019, p.186).

A imprensa, vinculadora dos discursos na sociedade, também reproduzia, em seus textos, as diferenças dos gêneros, ao encontrar as jovens como militantes. Um exemplo foi o jornal *Gazeta do Povo*, que, em 1968, reportava uma matéria sobre a vigilância da DOPS em relação aos estudantes; ao perceber que planejavam um comício-relâmpago, “[...] efetuou a prisão de três estudantes, inclusive uma m^oça (sic)”⁷⁸. Nota-se que o fato de haver mulheres agindo na ilegalidade e sendo presas era motivo de destaque e surpresa, enquanto que o contrário era comum e aceitável. Para os guardiões da moral e do conservadorismo, a militância não correspondia ao gênero feminino: “[...] a militante política era uma mulher desviante, porque poder e política rimam com masculinidade, virilidade, e não com feminilidade” (COLLING, 1997).

A investigação da DOPS era minuciosa e cautelosa; a perseguição acontecia com homens e mulheres. Para Colling (1997), os órgãos de repressão agiam sobre os militantes de ambos os sexos que atuavam na vida política, pois, sob a égide de mantenedores da ordem, esses agentes buscavam desarticular qualquer manifestação de esquerda, que pudesse intervir na configuração política brasileira. Dessa maneira, a prisão dos/as estudantes passou a ser recorrente. Durante a realização do minicongresso da UNE, em Curitiba, por exemplo, os policiais invadiram a chácara do Alemão e prenderam alguns estudantes, dentre eles, cinco garotas⁷⁹.

FIGURA 7 – Estudantes presas pela DOPS em Curitiba no Minicongresso da UNE (1968)

⁷⁸ *Gazeta do Povo*, 1968. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Paranaense dos Estudantes – UPE, n. 2327, topografia 264.

⁷⁹ Pasta Individual, n. 2577, topografia 424. Pasta Individual, n. 2611, topografia 0426. Pasta Individual, n. 0860, topografia 321. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR.



FONTE: DOPS-PR – Pastas Individuais

A prisão das militantes fazia parte da lógica repressiva do sistema autoritário, cujo objetivo era eliminar a oposição ao regime. Assim, independentemente do gênero, o que importava, primeiramente, aos agentes, era se o sujeito pertencia à esquerda ou à direita, divisão reforçada pelo regime autoritário (COLLING, 1997). A seguir, é possível destacar o modo como o sistema repressivo operava sobre as militantes, atuando:

de forma misógina, utilizou-se da discriminação de gênero para reforçar os estereótipos femininos de submissão e dependência emocional, afetiva e política. O tempo todo, a repressão política procurou coisificar e explorar a “condição de mulheres” para desmoralizar a militância de esquerda e reforçar as ideias mais retrógradas. No enfrentamento, no entanto, os repressores não deixaram de “reconhecer” a tenacidade e a capacidade de luta das mulheres para se empenhar na militância de esquerda e as torturaram igualmente (TELES, 2015, p.1002).

A repressão foi uma característica marcante do governo autoritário, pois servia como controle e instrumento para garantir a manutenção do regime. Assim, havia a investigação e perseguição sobre qualquer possibilidade de agrupamento estudantil, impedindo que os/as estudantes organizassem seus eventos, como aparece no jornal *Diário do Paraná*, que noticiou a invasão policial ao XXX congresso da UNE, em Ibiúna-SP, no mesmo ano de 1968; nesse evento, participavam os/as representantes da UPE, mostrando que “quando realizam uma reunião do congresso regional da extinta União Nacional dos Estudantes, foram presos em flagrante 700 estudantes de todas as regiões, dentre eles cinco moças do

Paraná”⁸⁰. Todos/as os/as estudantes foram fichados/as pela DOPS-SP e, depois de alguns dias, retornaram ao Paraná, acompanhados/as pela mesma força policial.

FIGURA 8 – Estudantes paranaenses presas no Congresso da UNE (1968).



FONTE: Pasta Temática União Nacional dos Estudantes - UNE (XXXº Congresso), n. 2313, topografia 260. Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR.

Dentre as estudantes paranaenses detidas no Congresso em Ibiúna, estavam Ana Maria da Costa, Cecilia Sanchez de Cristo, Elisabeth Franco Fortes, Lore e Palmira Amâncio⁸¹. Essas estudantes foram postas sob a vigilância do regime, foram sumariamente registradas nos arquivos da polícia por conta de suas ações da militância.

A repressão via negativamente essas mulheres por dois ângulos: o primeiro, por rebelar-se contra o regime; o segundo, por romper com o seu lugar de mulher (COLLING, 2004). A repressão foi a primeira ação colocada em prática pelo governo autoritário, em 1964. A partir desse instrumento de controle, foi possível perseguir qualquer pessoa que fosse acusada de ideias subversivas (CUNHA; GOES, 2002). Outro instrumento de controle foi a ilegalidade, criada em torno das entidades estudantis; nesse contexto, os/as jovens sofreram muito com a repressão para interromper suas ideias e atitudes, que visavam à liberdade democrática. As mulheres que embarcaram nessa luta foram desmerecidas por ocuparem um espaço que não lhes condizia, pois, de fato, “em todos esses combates políticos, reencontra-se uma forte reprovação e uma desconfiança quanto às mulheres,

⁸⁰ Diário do Paraná, 1968. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Nacional dos Estudantes - UNE (XXXº Congresso) n. 2313, topografia 260.

⁸¹ Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática XXX Congresso da UNE – Ibiúna n. 2314, topografia 260.

embora elas estivessem presentes no espaço público: as mulheres eram menosprezadas pelo seu comportamento ridículo e inadequado” (TILLY, 1994, p.61).

O comportamento feminino, que não se restringia aos padrões do gênero, era fortemente reprovado pela sociedade, de forma que o papel político das mulheres se anulava por conta de suas atitudes “não femininas”, como se pode perceber no Manifesto do Movimento Universitário Autêntico (MAU⁸²) em que alguns estudantes, que compunham este movimento, descreviam a “verdade” sobre o XXX Congresso da UNE (1968); também, pelas fotos acima, pois indicam que as moças participantes dormiam nos mesmos locais que os meninos, que estavam inseridas em um antro de promiscuidade, chamando a uma estudante da UPE de “Miss Universitária Paranaense”; a ela, atrelavam uma concorrência entre os demais presentes para saber com quem ela dormiria na última noite do congresso. Além do mais, destacavam que várias caixas de anticoncepcionais haviam sido recolhidas pela polícia⁸³.

Na escrita desses estudantes, percebe-se que o real motivo de as mulheres estarem no Congresso, que seria por suas convicções políticas, não foi considerado, devido às suas atitudes evidenciadas como “imorais”, ou seja, o engajamento político dessas garotas ficava marginalizado perante suas ações, não correspondendo à representação do gênero feminino. No decorrer do manifesto, é colocado como pejorativo o fato de as estudantes possuírem liberdade sexual, fato que não foi registrado em torno dos estudantes do sexo masculino, ao mesmo tempo em que destaca a apreensão das pílulas anticoncepcionais como forma de provar a promiscuidade das garotas. De acordo com Colling (1997, p.41): “o governo militar sempre faz questão de aliar as questões morais, principalmente com quem lhe fazia oposição”.

O domínio sobre a sexualidade feminina foi um tema muito debatido pelas vertentes conservadoras, do governo e da religião; quando o acesso aos anticoncepcionais chegou ao país, a discussão aflorou-se: “a pílula anticoncepcional é saudada como uma revolução no campo da sexualidade. Para a ala conservadora era o símbolo da promiscuidade” (COLLING, 1997).

⁸² No Manifesto do MAU, estes estudantes se auto intitulam vigilantes das ações estudantis, com o objetivo de revelar o covil comunista as quais as universidades estariam se tornando.

⁸³ Manifesto do MAU, 1968. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Nacional dos Estudantes - UNE (XXXº Congresso - Ibiúna) n. 2314, topografia 260.

A descoberta da pílula propiciou às mulheres viver experiências sexuais sem o risco da gravidez. A falta de estruturas, como creches e restaurantes populares, que comportassem a nova dinâmica social, levou as mulheres a ter menos filhos e a dedicar-se mais à profissionalização (TELES, 2015).

Nessa efervescência das mudanças de comportamento, a UPE realizou uma enquete⁸⁴ destinada aos estudantes, possuindo como primeira pergunta: “O que opina sobre as experiências com anticoncepcionais feitas nas mulheres brasileiras? Devemos ou não, limitar a família brasileira?”⁸⁵; a segunda pergunta questionava: “O controle da natalidade é a melhor maneira de resolver o problema do subdesenvolvimento brasileiro?”⁸⁶ Isso indica que havia a preocupação de saber dos estudantes a opinião deles sobre as mudanças no parâmetro da sexualidade feminina e o uso das pílulas anticoncepcionais, principalmente, porque era um tema sobre o qual os governantes vinham se pronunciando, devido ao projeto de controle de natalidade.

Como o tema do uso dos anticoncepcionais provocava diferentes reações no quadro geral da sociedade, a UPE, representação estudantil fortemente ligada ao cenário político, resolveu publicar uma tiragem de jornal muito intrigante. Na edição, organizada pela gestão de 1967/68, aparece, em destaque, a seguinte manchete: “Anticoncepcionais Com Eles Tenta-se a Não Habitação da Amazônia”; dali segue um artigo que, em geral, caracteriza o uso de anticoncepcionais pelas mulheres amazonenses como uma forma de controle de natalidade, comandada pelos Estados Unidos, com o objetivo de despovoar a Amazônia⁸⁷, ou seja, o uso das pílulas, nesse caso, seria de controle político e econômico sobre essa região.

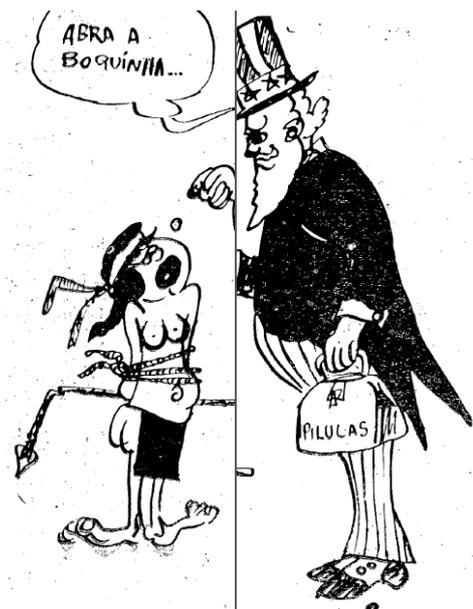
FIGURA 9 – Charge produzida pela UPE (1966).

⁸⁴ O documento não contém data, nem os nomes da atual diretoria, mas, pela análise dos arquivos presentes, acredita-se que seja do período de 1966 a 1968.

⁸⁵ Enquete da UPE. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Paranaense dos Estudantes - UPE - Jornal "A Afirmação", n. 2330a, topografia 264.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Idem.



FONTE: União Paranaense dos Estudantes - UPE - Jornal "A Afirmação", n. 2330a, topografia 264.

Percebe-se uma grande preocupação com a preservação da região amazônica, em um movimento contra o imperialismo norte-americano. Ao mesmo tempo, ocorre uma denúncia ao que eles chamam de “programa de esterilização da mulher”. Sobre isso, Teles explica que:

No Brasil, a ditadura não dava tréguas. Colocou em prática o controle da natalidade por meio da Sociedade do Bem-Estar da Família (Bemfam), que realizou e acabou por impor esterilizações em massa e experimentações com substâncias reprovadas nos países europeus, como o Depo-Provera. Essa droga foi largamente usada no Brasil, sem nenhum controle por parte das autoridades. O governo militar assumiu uma postura ambígua: do ponto de vista oficial, mantinha-se numa política do não intervencionismo na vida reprodutiva. Na prática, abria caminhos, com subsídios e facilidades substanciais para ações antinatalistas, com acordos entre as secretarias de saúde e a Bemfam nos diversos estados brasileiros, priorizando a aplicação massiva de meios contraceptivos, ainda em fase experimental, junto à população pobre e em sua maioria negra (2015, p. 1006).

A autora ainda revela que o uso dos contraceptivos sem orientação, nas camadas mais pobres do país, causou “altos índices de esterilização feminina” e reitera que “chegamos a uma situação absurda de reduzir drasticamente a natalidade em áreas de baixíssima densidade demográfica, como a Amazônia” (TELES, 2015, p.1006). A preocupação do movimento estudantil com as pílulas

anticoncepcionais efetivou-se devido aos fatores econômicos, que perpassavam a discussão e, não necessariamente, ao que o uso das pílulas significava à emancipação feminina.

A descoberta da pílula integrou a revolução dos costumes, que passou a acontecer após os anos 1970, pois:

[...] naquela época, reprodução e sexualidade estavam intrinsecamente ligadas e que os métodos contraceptivos quebraram essa dinâmica, na medida em que a maioria das mulheres poderia optar por ter ou não ter filhos, ou ainda decidir sobre qual o melhor momento para tê-los, observando as novas oportunidades que surgiam no mundo do trabalho como elemento importante na tomada dessa decisão (PEDRO e VEIGA, 2011, p.99).

O uso desse método contraceptivo foi um instrumento que possibilitou à mulher uma autonomia maior em relação a seu corpo e às suas escolhas de maternidade. Por mais que o movimento estudantil não tivesse possibilidades para uma reflexão sobre a condição feminina, no contexto em que se encontravam, com o fechamento da entidade e seu retorno, nos anos 1980, as mudanças culturais e sociais relacionadas às mulheres passaram a ser percebidas nesse ambiente.

Com novos integrantes na chapa de 1968 e 1969, a UPE voltou a chamar a atenção da polícia política, que caracterizava parte de seus integrantes como comunistas; assim, um decreto, assinado por Costa e Silva, colocou a UPE na ilegalidade. Até então, parte da diretoria da entidade mantinha-se reservada, não se posicionando contra as decisões que o governo efetivava, o que propiciou o seu funcionamento até 1969, mesmo diante da Lei Suplicy, que já havia extinguido a UNE e mudado os órgãos de representação estudantil a nível nacional e regional. A entidade ficou extinta por onze anos; nesse período, os estudantes paranaenses buscaram apoio da também extinta UNE e se articularam pelos DCEs das universidades.

Em 1980, foi iniciada uma campanha pró-UPE, que buscava a reestruturação da entidade e contava com o engajamento de três estudantes mulheres. Com o restabelecimento da UPE, as mulheres ressurgiram mais ativas no movimento estudantil. A luta das mulheres, no cenário político, e sua participação nas universidades se intensificou, o que levou o ME a pensar também sobre elas.

As chapas “Mãos à obra” e “Pés no chão” iniciaram concorrência da diretoria da UPE, em 1981; esses grupos concorrentes já contavam com um número maior de participação feminina, de forma que a primeira estava dividida entre quatro membros femininos e quatro masculinos. Uma das candidatas já era membro da UPE e havia sido fichada pelos agentes, que a descreviam como uma militante ativa do movimento estudantil, cuja participação nos eventos era assídua, tendo colaborado ativamente em greves, manifestações e passeatas contra o ensino pago⁸⁸. Para os agentes, esses adjetivos não se aplicavam a uma estudante, mas é por meio dessas palavras que percebemos a ação de tais universitárias na redemocratização do país.

Outra modificação na organização estudantil, nos anos 1980, decorreu da instituição do Departamento Feminino, que contava com uma dirigente mulher, a qual buscava “[...] realizar um levantamento [para compreender] até que ponto vai a discriminação da mulher nas atividades do ensino na Universidade”⁸⁹. De acordo com as informações da estudante ao jornal Gazeta do Povo (1982):

[...] há professores de determinadas áreas que excluem as mulheres alegando razões quase irracionais, como o fato de ‘urinarem’ muito. Houve uma excursão dentro da Universidade do Paraná, onde professores não permitiram participação das alunas. Essa discriminação será combatida⁹⁰.

Essa consciência em torno das mulheres emergiu devido à ação delas para se colocarem na universidade, nas ruas, nos espaços públicos. Nos anos 1980, a discussão feminista, oriunda da segunda onda do feminismo, estava presente em vários setores da sociedade, o que fortaleceu as mulheres na luta por seus direitos. Nessa configuração, a presença feminina no movimento estudantil contribuiu, em parte, à luta das mulheres, no sentido de que elas tinham iniciativa para conscientizar outros (as) estudantes sobre sua categoria.

É importante ressaltar que, até esse período, as mulheres que tinham acesso ao ensino superior eram, em sua maioria, oriundas da classe média. Entretanto, mesmo pertencentes à classe mais favorecida, tais mulheres idealizavam os anseios

⁸⁸ Chapas que concorreram à diretoria da UPE, em sua reabertura, 1981. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Paranaense dos Estudantes, n. 2326, topografia 263.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ Jornal Gazeta do Povo, 1981. . In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática União Paranaense dos Estudantes, n. 2326, topografia 263.

do movimento que compunham; dentro dele, durante a ditadura, muitas “arriscaram a própria vida denunciando a exploração econômica, exigindo a democratização do ensino de qualidade, lutando pela matrícula das vagas excedentes e denunciando a repressão e a violência” (ZAPARTE, p. 115, 2011).

No decorrer da pesquisa, verificou-se que, em vários registros e relatórios sobre as manifestações estudantis, os nomes de mulheres, identificadas em manifestações, muitas vezes, eram apenas os primeiros, seguido por “de tal”, para substituir o sobrenome, como no exemplo “Regina de tal.”; já para os militantes do sexo masculino, eram destinados nomes e sobrenomes em todos os arquivos avaliados. É dada uma valorização ao nome completo da mulher quando ocupa uma posição de poder, já é recorrente e muito atuante no movimento, o que, então, a torna uma subversiva e um perigo aos olhos dos agentes.

A participação feminina no movimento estudantil colaborou para a consolidação da presença das mulheres em lugares de poder, cujos registros, expostos anteriormente, legitimam a resistência feminina à ditadura militar. Nessa constância, o engajamento político delas foi combatido simbolicamente pelo regime e por instituições sociais conservadoras, que respaldaram as ações oriundas do autoritarismo. “Os donos do poder no regime militar misturavam acusações de subversão com insinuações de imoralidade, para garantir a adesão da classe média conservadora” (COLLING, 1997, p.39); dessa maneira, podiam desqualificar as mulheres militantes por desenvolverem atividades que não correspondiam à imagem feminina construída cultural e socialmente.

O Estado impôs leis, normas, regras e ações que configuravam o governo dos militares; tais ações foram impressas na sociedade por meio da vigilância dos agentes públicos, que agiram contra essas estudantes por meio de prisões, perseguições e mantendo registros minuciosos sobre elas. Porém, foi possível verificar que as mulheres, inseridas nesse processo, não aceitaram mecanicamente as imposições estatais. As militantes do ME resistiram, enquanto atuantes de uma organização política estudantil; estiveram à frente da luta pela universidade, pelo direito ao ensino público, bem como mostraram desobediência às normas padrões impostas aos seus corpos, por meio do uso de métodos contraceptivos, pela presença e agitação nas ruas, por coordenarem passeatas, manifestações, cujo principal objetivo era político.

O fato de as mulheres adentrarem o território político, a partir do engajamento ativo no movimento estudantil, foi uma conquista para elas enquanto atrizes políticas; além disso, foi uma maneira de reagir às ideias retrógradas que o governo vinha propulsando em todas as esferas sociais e que eram retroalimentadas nas suas relações com a sociedade. Nesse sentido, segue-se o próximo capítulo, de forma que se procurou trazer a história do período juntamente com a reflexão de gênero no governo autoritário. Não obstante, foi esquadrihado o órgão da DOPS, bem como as mulheres fichadas por essa entidade governamental.

4 A MILITÂNCIA FEMININA NA DITADURA

"A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil"

Carimbo da DOPS⁹¹

Este capítulo objetiva construir a história política do período, a partir do golpe de 1964 até o processo de redemocratização e o término da ditadura, em 1985. É importante destacar que as articulações políticas, que aconteceram no início da década de 1960, são imprescindíveis para a compreensão dos eventos que ocorreram posteriormente no território nacional.

Procuramos escrever a história do período com base no viés do protagonismo feminino. Por esse motivo, a história do golpe, em 1964, até a abertura democrática, em 1985, foi dividida em duas subseções, em que a primeira evidencia a história política a partir do movimento feminino em favor do golpe, propiciando destaque às entidades femininas na sua articulação. No segundo momento, o destaque efetiva-se para a abertura política a partir do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA).

Não se trata, aqui, de relatar exaustivamente a história política e econômica do período, como muitos pesquisadores/as já o fizeram com excelência⁹². O que se ressalta, nas páginas deste terceiro capítulo, é o caminho sinuoso seguido pelas mulheres no período do golpe, inferindo como as interferências políticas as afetaram, ou ainda, como foram influenciadas por elas.

Para isso, partimos de uma análise do Estado, por meio da leitura de gênero, pois é necessário compreender as especificidades do governo e a organização do Estado ditatorial, para perceber as relações de gênero que foram se construindo nesse contexto. O conceito de gênero não pode ser pensado isoladamente, pois “na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando” (LOURO, 1997, p.23).

⁹¹ Carimbo utilizado pela Delegacia de Ordem Política Social em diversos documentos analisados. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática Movimento Estudantil, n. 1391, topografia 165.

⁹² Autores como Maria Helena Moreira Alves, Carlos Fico, Thomas Skidmore, René Armand Dreifuss, dentre outros.

O Estado autoritário, cuja ideologia e ações interferiram diretamente na vida das mulheres, propunha uma visão conservadora sobre a disposição dos papéis sociais de cada gênero. Também, eram empregados conceitos de feminilidade, que buscavam ser aplicados de modo geral, sem considerar os diferentes grupos em que as mulheres estavam inseridas.

Nesse sentido: “Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem” (LOURO, 1997, p.23). Assim, podemos analisar que as mulheres no governo autoritário tiveram diferentes comportamentos, de acordo com a representação dos grupos aos quais pertenceram, destacando-se, aqui, o movimento estudantil.

A dissociação entre espaço público e privado, entre política e lar, contribuiu para colocar as mulheres em local de poder desprivilegiado, visto que, nessa dicotomia, o homem domina o espaço público e, às mulheres, fica a responsabilidade pelo privado. Dessa maneira, no Estado ditatorial, as mulheres possuíam a função de serem mantenedoras do lar; esperava-se que, a elas, coubesse o papel social do gênero feminino, ser uma boa esposa e boa mãe, aquela que protege os valores morais e cristãos. A essa época, o papel da mulher brasileira limitava-se àquele definido pela classe burguesa, protegido pelo destino do lar e da maternidade:

A verdade é que existe todo um mecanismo que visa à legitimação de uma ordem social estabelecida e que inclui a difusão de valores, ideologias, princípios, etc., em ligação com os quais a posição da mulher na sociedade, o papel que lhe cabe desempenhar, suas responsabilidades sociais são definidas dentro de um contexto específico que interessa às classes dominantes (TABAK, 1983, p. 116).

Inseridas nesse contexto, muitas questionavam o seu papel social, sem compreender de fato as relações de gênero intrínsecas a seu cotidiano, na família, escola ou outras instituições sociais. Como vimos no capítulo anterior, o movimento estudantil ocupou um lugar privilegiado para a transgressão das regras e apropriação do ser político feminino. Não obstante, ao tomarem para si uma postura

“masculina”, elas foram tratadas com a mesma crueldade repressiva, designada aos homens, pela polícia política.

Nesse movimento, aprofundamos, então, como a Delegacia de Ordem Política Social (DOPS-PR) agia e desempenhava sua função de vigilância durante o regime militar, a fim de caracterizar como suas ações foram importantes para a manutenção da ditadura, bem como para retratar de que maneira acontecia a perseguição ao movimento estudantil; isso, ressaltando a misoginia desse órgão perante as mulheres militantes. Para isso, investigamos, primeiramente, como o Brasil foi assolado pelo sentimento de segurança nacional, tendo como órgão de funcionamento eficaz do governo o Serviço Nacional de Informação (SNI).

Em seguida, foram ressaltadas as ações da DOPS-PR, de acordo com as militantes fichadas nas Pastas Individuais do arquivo desse órgão. Dessa forma, objetivamos evidenciar a visibilidade dessas atrizes históricas em um contexto controverso, que não deixou espaço para seus protagonismos.

Como ressalta Saldaña (2010), os estudos pós-ditadura, no Cone Sul, além de denunciar os inúmeros assassinatos e desaparecimentos, nas décadas de setenta e oitenta, também se concentraram em:

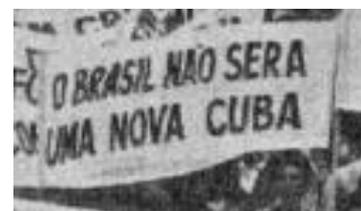
la emergencia en política latinoamericana de protagonismos de sujetos y movimientos sociales hasta entonces subterráneos o subordinados a las lógicas de la Emancipación social que proponía el protagonismo del proletariado y el movimiento obrero como los únicos sujetos revolucionarios y con capacidad de transformación radical de las sociedades y de las democracias (SALDAÑA, 2010, p. 54).

Esses estudos foram fundamentais para a compreensão do protagonismo assumido pela mulher enquanto ser político, mas que não foi visibilizado devido à condição de seu gênero. Com os avanços teórico-metodológicos na área dos estudos de gênero, conquistou-se espaço para revelar essas novas atrizes sociais, por exemplo, no contexto pós-ditadura, em que estudiosos/as buscaram caracterizar as relações de gênero, imersos no Estado ditatorial, em diferentes ângulos.

Por fim, compreendeu-se que o/a militante político/a que lutou “[...] contra a ditadura militar na sociedade brasileira sempre foi alvo de debates, seja no passado ou no presente. Assim, não raras vezes a identificação do militante, de herói da resistência e da democracia, alterou-se para terrorista” (CONRADI, 2015, p.42). Essa prerrogativa atingiu as mulheres que tiveram sua identidade de militante

relacionada à “Putá comunista” (COLLING, 2004, p.08), dentre outros aspectos pejorativos, calcados na moral, oriunda do caráter conservador do período, que debatemos aqui.

4.1 A MARCHA PARA O GOLPE



Cartaz da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo⁹³

“Um milhão de pessoas na ‘Marcha da Família⁹⁴’”, assim foi noticiada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, no dia 20 de março de 1964, no Diário de Notícias. A passeata, que lutava contra a “comunização” do país e que repercutiu por muitas cidades brasileiras, oferecendo apoio ao golpe - que ocorreu posteriormente -, contou com a participação massiva de civis e foi propagada pelas mulheres.

Para as mulheres, a década de 1960 foi o marco de uma participação política mais atuante, sejam elas de esquerda ou de direita. Embora com ambições e objetivos bem diferentes, as mulheres da esquerda e da direita marcaram a sua presença no espaço público, nesse período, seja contribuindo para a perpetuação de valores conservadores, ou rompendo com os padrões determinantes de seu gênero, de forma a assumir a identidade de militantes e lutar pela redemocratização do país.

Durante a década de 1960, os militares encontraram respaldo em diversos setores civis da sociedade brasileira para consolidar o golpe. Dentre esses segmentos civis, as instituições femininas de direita desempenharam um importante papel de mobilização das massas populares. Cordeiro (2008) mostra que as mulheres da direita estavam preocupadas com o comunismo, que assombrava a

⁹³ Jornal O Estado de São Paulo, 22/03/1964. In: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, Recortes de jornais sobre “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, BR RJANRIO PE.0.0.41 – Dossiê.

⁹⁴ Jornal Diário de Notícias, 1964. In: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, Recortes de jornais sobre “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, BR RJANRIO PE.0.0.41 – Dossiê.

família brasileira, principalmente, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961; dessa forma, articularam-se em grupos. O primeiro a ser criado foi a União Cívica Feminina de São Paulo (UCF/SP), cujas reuniões iniciaram já no final de 1961. Em seguida, em uma ordem cronológica, foi fundada a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), em 1962, no Rio de Janeiro. No início de 1964, o discurso dos anticomunistas intensificou-se; foi nesse contexto que nasceram a Liga da Mulher Democrática (LIMDE), a Cruzada Democrática Feminina (CDF) e a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), nas cidades de Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, respectivamente.

Como visto, por todo o país, as mulheres se mobilizavam em torno de ações que não eram declaradamente políticas para elas. Suas justificativas para ingressar no espaço público pautavam-se na preservação dos valores e da família. Elas não se moviam por um espaço político corrupto e essencialmente masculino por mera opção; estavam a se organizar como mães que queriam proteger suas famílias e a grande família brasileira.

Janaína Martins Cordeiro, em sua dissertação “A nação que se salvou a si mesma”, que, posteriormente, veio a tornar-se livro, realizou um estudo detalhado sobre a participação das mulheres de direita na execução e manutenção do golpe. Para a autora, as mulheres, que integraram essas organizações femininas, apesar de vinculadas ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/ Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IPES/IBAD), possuíam autonomia em suas ações. Já para Solange de Deus Simões, em “Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964”, por trás da mobilização feminina, havia as ideias masculinas, homens da elite empresarial e militar, que visavam derrubar o governo de Jango; por meio dos institutos IPES e IBAD, faziam toda uma logística e financiamento para mover os grupos femininos.

O complexo IPES era formado por instituições de empresários de diferentes ramos, alguns ligados ao setor econômico multinacional, por militares-intelectuais, que formavam a elite orgânica brasileira. Essas instituições atuaram com o objetivo de desgastar as campanhas propostas por Jango e, conseqüentemente, o nacional-reformismo. Agiam de forma a desarticular o movimento estudantil, impedir que a classe trabalhadora se solidarizasse com outros setores, barrar a sindicalização dos camponeses e enfraquecer a vertente nacional-reformista no Congresso (SIMÕES, 1985).

Foram essas duas organizações que financiaram e instruíram as mulheres sobre a situação política do país, sendo que o medo do comunismo era a principal pauta. Ainda que essas mulheres pertencessem a um lugar social e, assim, defendessem a visão conservadora de mundo, bem como expressassem as ideias de sua classe, foram também manipuladas por tais instituições, para que os representantes da ideologia burguesa desfrutassem de benefícios políticos.

A União Cívica Feminina (UCF) foi a primeira a se constituir, em São Paulo, e fora financiada pelo IPES. Além disso, os empresários ligados à instituição levavam os problemas do governo de Goulart às suas esposas, que faziam parte da UCF e as orientavam sobre a atual conjuntura política. Apesar de ser a primeira instituição a se organizar e, mesmo após ter constituído núcleos por várias cidades de São Paulo, do Paraná, bem como nas capitais, Salvador e João Pessoa, foi a organização denominada CAMDE que conseguiu maior destaque nacional e se tornou a liderança entre as entidades femininas (SIMÕES, 1985).

A CAMDE foi uma entidade fundada em 1962, cujas características de anticomunista e “apartidária” ofereciam o suporte na luta de suas integrantes contra o comunismo no Brasil. Funcionando, inicialmente, no contexto pré-golpe, quando o país era comandado por João Goulart, o movimento procurou agir de duas formas: primeiramente, orientando as mulheres brasileiras, por meio de palestras e cursos promovidos pela entidade. Em seguida, por meio de ações, que buscavam pressionar o governo, mobilizando populares, além de promover passeatas e mandar cartas ao congresso (CORDEIRO, 2008).

As ações dessa organização não se limitavam às reuniões e encontros do grupo, que, inclusive, aconteciam, em sua maioria, nos salões da igreja católica. De acordo com Solange de Deus Simões, a entidade agia por meio das rádios e jornais impressos; divulgavam suas ideias por panfletos e utilizavam a rede telefônica para convocar as mulheres. As diretoras do movimento também faziam visitas a domicílio, promoviam palestras e recrutavam as mulheres por meio de cartas enviadas às donas de casa de dentro e fora do Estado.

Essas senhoras da elite agiam contra tudo o que consideravam um ato do comunismo no país, que ferisse, de fato, a religião, a família e os valores, com os quais se identificavam. Dessa maneira, sua criação justificava-se pela necessidade de as mulheres intervirem no cenário político brasileiro, principalmente, após as tensões causadas pela renúncia do então presidente Jânio.

Após vencer as eleições, Jânio Quadros assumiu em 1961 o governo juntamente com o vice, João Goulart, candidato da oposição. Entretanto, o novo presidente não atendeu às expectativas de boa parcela da sociedade que lhe confiou o voto. Desse modo, Jânio começou:

[...] para surpresa geral, a flertar com a esquerda. Concedeu a Che Guevara a Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração brasileira conferida a estrangeiros. [...] pouco depois Jânio hesitaria em pôr em prática um programa de estabilização econômica, ao estilo do FMI, que prometera como remédio para debelar a inflação. [...] o presidente também se queixava de que o Congresso estava obstruindo o seu programa legislativo, embora houvesse até então enviado poucos projetos de lei (SKIDMORE, 1988, p.29).

Essas atitudes do presidente levaram a um descontentamento do partido. Maria Victoria Benevides, ao estudar o “Udenismo”, mostra que a UDN, cuja “[...] auto-imagem acentuava qualidades morais inspiradas numa ética de ‘vergonha, decência e dignidade” (2015, p.206), visava, por meio de suas qualidades moralistas, ser o partido das classes médias. Dessa maneira, as atitudes proferidas por Jânio eram reprovadas pelo partido, que tinha um público preocupado com o avanço do comunismo no país.

Não obstante, após a filiação à UDN e de se valer do símbolo da vassoura contra a corrupção na política, vencendo as eleições com êxito, Jânio Quadros pediu a renúncia do cargo. Com esse ato, legalmente, a presidência do país ficaria nas mãos de Goulart, que, na época, encontrava-se fora do país, em uma viagem diplomática.

Com medo de Jango assumir o poder completamente, visto que este era conhecido por flertar com as demandas de esquerda, a solução encontrada foi que Goulart assumisse a presidência, mas com poderes reduzidos. Uma emenda constitucional, aprovada apressadamente, transformou o Brasil em república parlamentar (SKIDMORE, 1988, p.31). Juntamente com essa decisão, foi marcado um plebiscito para o ano de 1965, fim do quinquênio de Goulart, em que seria decidido se o sistema parlamentarista prosseguiria ou não. Entretanto, em 1962, às vésperas das eleições parlamentares, Jango pediu a antecipação do plebiscito, decisão que levou algumas representantes da CAMDE e da UCF a seguir para Brasília, a fim de entregar trinta mil cartas de mulheres que pediam, entre outras questões políticas, que o Congresso não cedesse ao pedido de Goulart. Assim:

[...] a manifestação das mulheres buscava apelar, primeiramente à *coragem* e ao *patriotismo* dos políticos. Estes eram elementos indispensáveis a quem se *lança à vida pública*. E terminava justificando que o pedido das mulheres se faz em nome da *família brasileira*, de quem elas, como *mães*, são guardiãs (CORDEIRO, 2008, p.43).

Essas mulheres entendiam que o seu compromisso político era proteger a família, visto que era o seu dever de mãe e papel do gênero feminino na política; suas responsabilidades e contribuições para o país concretizavam-se à medida que elas formavam bons cidadãos e zelavam pela família. Elas saíam às ruas, tomavam o espaço público para proteger o lar; esse era o seu lugar, de acordo com sua identidade de gênero.

O plebiscito, que aconteceu em 1963, devolveu a Goulart os poderes para gerir o país. Porém, o país encontrava-se com problemas nos mais diversos setores, como o econômico e o educacional, e, para o presidente, que há pouco havia reconquistado seus plenos direitos de governança, o tempo não era um aliado. Então, no dia 13 de março de 1964, na frente da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o presidente realizou um comício “perante multidão de 200.000 pessoas, arregimentadas pelos sindicatos e outras organizações” (BANDEIRA, 1978, p.163), no qual discursou sobre sua proposta das Reformas de Base, as quais incluíam a reforma agrária, universitária e política.

Como sugere Bandeira (1978), em seu estudo detalhado sobre o governo de Jango, “estas reformas, evidentemente, não visavam ao socialismo. Eram reformas democrático-burguesas e tendiam a viabilizar o capitalismo brasileiro, embora sobre outros alicerces, arrancando-o do atraso e dando-lhe maior autonomia” (p.163). Além do mais, o autor destaca que Goulart não era um revolucionário, mas um reformista, contudo, levaria para frente seu plano de reforma agrária, na tentativa de:

[...] reorientar a produção agrícola para o abastecimento do mercado interno, combatendo fatores de inflação, liquidaria o remanescente caráter colonial da lavoura brasileira, voltada predominantemente para a exportação, e afetaria os interesses tanto dos latifundiários como da grande burguesia comercial e do próprio imperialismo norte-americano (ibid., p.165)

Esse caráter reformista não agradava a classe burguesa; é preciso entender que o complexo IPES/IBAD havia disseminado uma forte propaganda contra o executivo nacional-reformista, em vários setores da sociedade. Os institutos buscaram internalizar na população valores de base cristã, sobre a tríplice de *Deus, pátria e família*, procurando arregimentar a opinião da classe dominante ao associar as ações de Jango a “[...] um ‘comunismo ateu’ que ‘aboliria as classes sociais’, proletarizando as classes médias, que separaria os filhos dos pais, destruindo a família, e que, por fim, proibiria o livre exercício das religiões [...]” (SIMÕES, 1985, p.37).

Essa campanha, para disseminar o medo do comunismo entre a população, criando sentido de oposição entre democracia e comunismo, colocou a fé das pessoas na balança da moral, além de exortar que, onde houvesse o apoio às reformas de Goulart, a figura de Deus seria dizimada pelo comunismo ateu; isso fez com que as entidades femininas captassem ainda mais simpatizantes. E, logo após o comício na Central do Brasil, o discurso do presidente se materializava como comunista para boa parte da população, principalmente das classes médias. Assim, as instituições conservadoras, como a CAMDE, começaram a se organizar no intuito de arregimentar as mulheres da classe média e depor o presidente.

É interessante ressaltar a atitude da CAMDE, após o discurso de Goulart no chamado Comício das Reformas. Essa organização propiciou destaque a determinadas partes do discurso do presidente; não aos trechos que tratavam das reformas e de como a política seria concebida no tempo que restava de seu governo, mas às partes nas quais ele se referia aos símbolos religiosos e como não iriam interromper sua reforma agrária, o que fica evidente neste trecho de seu discurso:

O cristianismo nunca foi o escudo para os privilégios condenados pelos Santos Padres. Nem os rosários podem ser erguidos como armas contra os que reclamam a disseminação da propriedade privada da terra, ainda em mãos de uns poucos afortunados⁹⁵ (Discurso João Goulart, 1964).

⁹⁵ Discurso de Jango na Central do Brasil em 1964. Disponível em EBC <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>>, acesso em 10 jan. 2020.

As integrantes da CAMDE entenderam esse trecho, em particular, como uma ofensa ao terço; assim, motivadas por tais palavras do presidente, iniciaram um “Movimento de Desagravo ao Rosário”. Dessa organização inicial, nascia aquela que ficou conhecida como uma das maiores manifestações da sociedade civil, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, no intuito de pedir uma intervenção “moralizadora” das forças armadas no país, para, então, manter a democracia brasileira (CORDEIRO, 2008):

Colocando-se como *mães* e falando em nome da *mulher brasileira*, seus clamores mobilizavam sentimentos e apelavam a tradições que não se restringiam às elites brasileiras. O medo de que o comunismo destruísse a Família, a Pátria e a Igreja era real e partilhado pelos mais diversos setores da população (Ibid., p.36, grifos da autora).

Elas apelavam pelo viés maternal para arregimentar outras mulheres ao seu movimento; eram as donas do lar, saindo às ruas para cumprir seu papel de mãe, o que condizia com o seu gênero. Para Simões (1985), os homens da elite, ou até mesmo os padres e militares, chamavam as mulheres para a vida pública porque as viam como figuras necessárias para ajudá-los; além do mais, não as queriam transitando na política como cidadãs. Eles apelavam para a sua figura santificada de mãe, não para a mulher politizada, mas sim, à mulher cujas características sensitivas e emocionais eram reforçadas em sua aparição na arena pública.

Apesar de organizarem-se politicamente em grupos, essas mulheres cumpriam suas obrigações de gênero, afinal, a política é masculina, então, não cabia a elas discutir esses assuntos; a sua função era levar a outras mulheres o conhecimento do avanço do comunismo no país e, publicamente, lhes cabia a função de apelar “ao grande símbolo da força e do poder masculino: as Forças Armadas” (SIMÕES, 1985, p.41), a fim de que pudesse livrar o país do comunismo.

Aliás, tudo o que cercava os discursos sobre melhorias sociais era relacionado imediatamente à ideologia comunista, resultado de uma campanha exaustiva da elite orgânica brasileira. Essas mulheres carregavam a função de mobilizar-se em favor da família, de Deus e contra:

O comunismo. Eis a chave da questão. Que era, porém, o comunismo? Havia soviets no Rio de Janeiro ou em São Paulo? Não. Goulart se propunha a abolir a propriedade privada dos meios de produção? Não. O comunismo era o CGT [Confederação Geral

dos Trabalhadores], esse esforço de organização e unificação do movimento sindical, que as classes dominantes, pretendendo comprimir os salários, queriam interceptar. Era a sindicalização rural. Era a reforma agrária. Era a lei que limitava a as remessas de lucros. Era tudo o que contrariava os interesses do imperialismo norte-americano, dos latifundiários e do empresariado. O comunismo era, enfim, a própria democracia que, com a presença de Goulart na Presidência da República, possibilitava a emergência política dos trabalhadores (BANDEIRA, 1978, p.178).

Contudo, a grande manobra para criar o temor sobre o comunismo, para, assim, manipular as massas e poder assegurar os privilégios da classe burguesa, teve seus frutos em 1964. Goulart era visto não apenas como um simpatizante do comunismo, mas também como um presidente que ofendeu a Deus; sua imagem foi sendo construída negativamente a partir dos estereótipos criados acerca do comunismo.

Para agravar a situação de Goulart, no mesmo ano, a nível nacional, foram organizando-se as passeatas, que tinham por objetivo usar a figura feminina nas ruas para propiciar um caráter de espontaneidade ao golpe, que vinha sendo formulado. O novo regime não se estabeleceria pelo uso da força⁹⁶, mas porque o povo pediu; as mulheres, representando a família, foram às ruas apelar por esse ato. Os militares, definitivamente, contavam com o apoio significativo dos civis; prova disso foi o sucesso entre as passeatas organizadas pelas entidades femininas, no início de 1964.

As manchetes de vários jornais iriam trazer o sucesso das Marchas por todo o país. Na matéria abaixo, do jornal Diário de Notícias, a manchete destaca como a Marcha teve adeptos; na fotografia ao lado, o destaque é propiciado ao rosário, símbolo dessa mobilização.

FIGURA 10 – Sucesso das Marchas da Família

⁹⁶ O uso da força e de armas não foi descartado; caso houvesse a resistência do presidente para deixar a função, o exército americano colocaria em prática a Operação Brother Sam, que consistia em uma força-tarefa enviada ao Brasil, a qual continha, em seu aparato, dentre outros equipamentos de guerra, navios carregados de armas e suprimentos, barris de óleo diesel, querosene, gasolina para aviões e jatos (BANDEIRA, 1978).

Um Milhão de Pessoas na "Marcha da Família"

SÃO PAULO, 19 (Suaressal) — "Todas vieram aqui para dizer ao Brasil que estamos aqui, que as mulheres não permitiram que os comunistas sejam ditos de sair", declarou o senador Auro de Moura Andrade, em um discurso "repetido de aplausos calorosos, no consentimento, em que culminou a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" e diante de uma multidão de cerca de um milhão de pessoas, vindas de vários Estados brasileiros, no cotidiano.

A oposição dominante é de que São Paulo vive, hoje, emocionante página da sua história. Homens, mulheres, crianças, operários de todas as categorias, estudantes de todas as escolas, saíram às ruas para a "Marcha da Família" sob intensa vibração, cantando e entoando, a compunção organizada de faixas, do grupo de Rapôso, até a praça da St. onde foi lida a "Oração do Melhor Paulista" e curados os corações.

O deputado Maurício Lacerda, em um discurso, afirmou que "os comunistas não são pára-cho e a democracia não é um jogo de cartas marcadas, mas um jogo de regras claras, com regras claras e com regras claras". Ele afirmou que "os comunistas não são pára-cho e a democracia não é um jogo de cartas marcadas, mas um jogo de regras claras, com regras claras e com regras claras".

... (text continues with similar phrasing) ...



FONTE: Diário de notícias, 20/03/1964. Arquivo Nacional⁹⁷

A imprensa também contribuiu para o sucesso das Marchas, pois os jornais anunciavam e ofereciam destaque para a mobilização feminina, para as mães, donas de casa, senhoras do lar, que saíram às ruas para salvar o país:

Em suma, a estreiteza das relações entre os grupos femininos e os jornais da grande imprensa ajuda-nos a situar socialmente os grupos femininos, ou pelo menos as suas lideranças: tratavam-se de mulheres que possuíam ligações pessoais com os diretores de jornais, compartilhavam não apenas o mesmo *meio social e material* como também o mesmo universo simbólico: as posições políticas e sociais fortemente conservadoras e elitistas e, sobretudo, o forte sentimento anticomunista. Havia nessa relação, "pessoal", portanto, uma identidade de cultura política (CORDEIRO, 2008, p.36).

As marchas foram um sucesso e, sob a condução das entidades femininas, foram as maiores expressões nacionais da sociedade civil, o que fortaleceu o golpe militar. Entretanto, não contaram apenas com a organização feminina, pois muitos políticos da extrema direita, empresários e militares, ligados ao IPES e ao IBAD, donos dos grandes jornais e líderes religiosos, conduziram a organização e ofereceram o suporte necessário para que acontecessem. Além do mais, para garantir a participação das classes médias nas marchas, por todo o país, o comércio e as indústrias encerravam mais cedo o expediente ou liberavam seus empregados, a fim de que participassem das manifestações; em alguns municípios, até o transporte foi ofertado, gratuitamente, como forma de garantir a participação proletária nas marchas (SIMÕES, 1985).

⁹⁷ Jornal Diário de Notícias, 1964. In: Serviço de Informações do Arquivo Nacional, Recortes de jornais sobre "A Marcha da Família com Deus pela Liberdade", BR RJANRIO PE.0.0.41 – Dossiê.

Os símbolos utilizados nas marchas buscavam enfatizar os valores morais e cristãos dos cidadãos, que estavam na rua contra o comunismo, o qual assolava o país por meio da desordem subversiva. Assim, durante as marchas, foram utilizadas muitas bandeiras do Brasil, a fim de reforçar a preocupação de salvar o país; a Cruz foi outro símbolo muito utilizado, bem como o Terço/Rosário, exaltado como a arma capaz de derrubar a foice e o martelo. O Hino Nacional foi tocado diversas vezes, em fins grandiosos, a fim de provocar reações de fortes emoções. A imagem de Nossa Senhora foi carregada e surgiu em muitas marchas; a ela, se associavam a figura feminina, a dedicada mãe, aquelas mulheres cuja presença nas ruas era necessária para salvar o futuro de seus filhos (SIMÕES, 1985).

O conjunto formado pelos interesses dos empresários da classe dominante; as mulheres, que aderiram e geriram muitas manifestações, em defesa da família; os estereótipos, criados em torno do comunismo; a propaganda anticomunista massiva; o apoio da mídia e principais jornais da época; a associação dos símbolos religiosos, com a defesa da democracia e libertação da pátria, somam-se às contribuições da sociedade civil para o fatídico dia 01 de abril de 1964⁹⁸.

Caio Navarro de Toledo (2004, p.15) argumenta que os acontecimentos de 1964 foram um golpe na democracia que se consolidava no país, significou “um movimento contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país”. E o golpe, sob a denominação de “revolução”, foi comemorado pelos civis que integravam os setores econômicos e conservadores do país e vinham pressionando o governo de Goulart e a população.

A Marcha, que estava programada para o dia 02 de abril, no Rio de Janeiro, passou a ter outro sentido. Se a atuação das entidades femininas, entre os anos de 1962 e 1964, desempenhou o papel de apelar pela salvação da democracia e contra o comunismo, obtendo sucesso em suas marchas - como aquela de 19 de março, cuja Marcha da Família obteve repercussão e aderência nacional -, agora, no dia 02,

⁹⁸ Delgado (2009) realiza um levantamento sobre a historiografia do governo de João Goulart e o golpe de 1964, enfatizando que muitos autores que compõem esta historiografia seguem algumas linhas para compreender e explicar o golpe, estas podem ser classificadas em “visão estruturalista das razões que levaram à deposição do presidente Goulart; ênfase no caráter preventivo do golpe político; caracterização conspiratória das ações que culminaram com o golpe de estado; visão conjuntural, com destaque para a questão da democracia e [...] acesso à documentação inédita, registro de efemérides e registros da relação memória e história” (p.129).

as mulheres e seus seguidores sairiam às ruas para comemorar a intervenção das Forças Armadas, que salvou o país (CORDEIRO, 2008).

Essa ação ficou conhecida como Marcha da Vitória. Logo após o golpe, as instituições femininas passaram a se esforçar para legitimar o governo de Castelo Branco. No período pré-golpe, “as associações femininas desempenharam papel de destaque no processo de mobilização, reiterando os padrões conservadores vigentes sobre a função da mulher na sociedade” (RIDENTI, 1990, p.117). Apesar do destaque que desempenharam no setor público da sociedade, elas, ali, entraram por suas próprias figuras de mães e donas de casa, mobilizaram multidões em torno da política, mas assim o fizeram sob as condições próprias da feminilidade, para manter os valores morais com os quais eram condizentes.

4.2 O APOIO AO REGIME: AS MULHERES DA DIREITA

Após o sucesso das Marchas, as mulheres se organizaram para legitimar e apoiar o novo regime. Impulsionadas pelo IPES, que desejava o nome do general Castelo Branco para assumir a presidência, as entidades do Rio, São Paulo e Minas, CAMDE, UCF e LIMDE, respectivamente, tiveram suas lideranças seguindo para Brasília, com o objetivo de pressionar o Congresso a aceitar o nome do general para as eleições (SIMÕES, 1985).

Além de empenharem-se nessa campanha, as líderes da CAMDE também pediam cassação e punição a todos aqueles que, de alguma forma, estavam envolvidos com o nacional-reformismo: “nesse momento, as mulheres ao exigir medidas policiais repressivas e severas, parecem ter se ‘esquecido’ dos apelos ‘cristãos e humanos’ que lançavam contra o comunismo [...]” (Ibid., p.123).

Apesar de as mulheres das entidades pedirem punição aos políticos “comunistas”, que estavam no Congresso, de fato, os líderes da esquerda mais radical ou de movimentos sociais, que apoiaram as reformas de Goulart, já vinham sendo perseguidos e punidos desde o primeiro de abril. Para Colling (1997), os primeiros a serem procurados foram os próprios membros do Exército e das Forças Armadas que simpatizavam e até apoiavam o governo deposto de Goulart; depois “[...] a ordem de procura que se inicia pelos próprios militares, é seguida de sindicalistas, estudantes, políticos, jornalistas e religiosos” (p.30).

Após ser eleito pelo Congresso, o governo de Castelo Branco continuou as perseguições aos membros da esquerda, considerados, então, perigosos para a manutenção dos militares no poder. De acordo com Alves (1989), na busca por eliminar os focos políticos considerados comunistas, foi designada a “Operação Limpeza” que visava, por meio de busca e detenção, eliminar a ação de líderes estudantis, sindicais, professores, intelectuais, dentre outros membros de setores contrários à “revolução”. Como resultado desta operação, “indicam levantamentos feitos que cerca de 50.000 pessoas terão sido presas em todo o país nos primeiros meses após a tomada do poder” (Ibid., p.59).

Esta operação contou com locais que serviram para torturar estes presos políticos, como o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o DOPS do estado da Guanabara no Rio de Janeiro. Principalmente neste estado, que estava sob o governo de Carlos Lacerda, o DOPS serviu, sobretudo, para caçar líderes estudantis, mas não escapavam da repressão os líderes sindicais e religiosos também. A repressão era justificada, mostrando que, com os comunistas no poder, a população sofreria muito mais; a tortura, praticada por policiais e pelas Forças Armadas, tinha autorização para acontecer (SKIDMORE, 1988). Assim, desde os primeiros dias da implantação do regime militar, a repressão não foi branda.

Cordeiro (2008) coloca como as mulheres da CAMDE e das outras entidades femininas viam a manutenção da democracia, pois só se efetivaria com a expulsão e punição dos políticos, que, ora, acenavam para a esquerda comunista. Por esse motivo, apoiavam Castelo Branco, pois acreditavam que somente uma liderança enérgica ofereceria continuidade à revolução. Esses pressupostos as fizeram seguir e apoiar o general, quando, em julho de 1964, foi prorrogado seu mandato até 1967, ignorando, assim, as eleições que aconteceriam em 1966, neste período foi criado o Ato Institucional 2.

A criação do AI-2 foi uma maneira de preservar o atual governo, evitando, então, que políticos da oposição ganhassem espaço no governo. Dessa forma, o bipartidarismo foi imposto, dividindo-se entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição.

Com a transição do mandato de Castelo Branco para Costa e Silva o Estado assume novas configurações. Costa e Silva assumiu a presidência com o apoio dos

militares que compunham os setores mais radicais, desagradando muitos líderes que apoiaram o golpe em 1964 (MOTTA, 2018).

De acordo com Cordeiro (2008), as entidades femininas firmaram seu compromisso com o governo de Castelo Branco, mas, após a consolidação da posse do general, dedicaram-se mais à educação cívica de jovens, a fim de semear os valores da “revolução”. Já com o governo Costa e Silva, apesar de apoiarem o nome do marechal para o governo, as mulheres se mantiveram em uma relação menos estreita com o presidente, “[...] dando a impressão de que estão mais ‘afastadas do poder’ ou menos de acordo com a forma como ele é exercido” (p.66), embora elas ainda se identificassem com os valores da ditadura.

O caminho autoritário e de não participação civil nas decisões políticas, seguido pelo governo do Castelo e, agora, reforçado por Costa e Silva, também fez com que muitos civis passassem a discordar de algumas ações concretizadas pelo regime.

Marcelo Ridenti (1990) explica que, após a consolidação do golpe, esses grupos femininos conservadores continuaram a agir para legitimar o novo governo; entretanto, o caráter repressivo dos militares e a falta de solução para os desafios econômicos fizeram com que as participantes criassem divergências dentro do grupo. Além do mais, o governo perdeu o apoio popular, o que contribuiu para que as ações dessas mulheres não repercutissem mais socialmente.

Como resposta, nas ruas, os/as militantes da esquerda começavam a se revelar. Eles/elas se dividiam entre partidos clandestinos e organizações armadas, a fim de resistir ao caráter opressor do regime. Nesse período, surgiram partidos e organizações clandestinas:

Destacam-se a Aliança Nacional Libertadora (ALN), liderada por Carlos Marighella, antigo dirigente do PCB; a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), comandada por Carlos Lamarca; e um grupo vinculado ao PCdoB que montou um movimento de guerrilha na região do Araguaia. A proposta de luta armada teve maior penetração no meio estudantil universitário, onde se desenvolvia a discussão das ideias e dos projetos políticos da esquerda e de onde saíria a maior parte dos militantes destas organizações (COLLING, 1997, p.30)

Apesar de, na época do golpe, os/as integrantes dos partidos de esquerda, principalmente partidos notórios, como o PCB, AP e o POLOP, não reagirem ao

golpe que a direita planejou, com o poder instituído nas mãos dos militares e, principalmente, após o AI-2, esses grupos começaram a se organizar a partir de suas ideologias, o que gerou muitas dissidências entre eles, formando novas organizações. Para Ridenti (2010, s/p), a esquerda brasileira estava fragmentada a partir de três coordenadas: “uma referente ao caráter da revolução brasileira; outra, às formas de luta para chegar ao poder; uma terceira, ao tipo de organização necessária à revolução”.

Entretanto, para o autor, havia pressupostos comuns entre as esquerdas armadas naquele período. Havia “[...] uma série de pressupostos teóricos gerais compartilhados pelas esquerdas. Sob determinado ponto de vista, a economia brasileira vivia um processo irreversível de estagnação, sob a ditadura militar” (2010, s/p). As diversas organizações, que surgiram no período, entendiam que era necessário superar o imperialismo marcado pela brutalidade do regime, para, então, reaver o desenvolvimento do país.

O movimento estudantil, apesar de ter sua entidade de representação nacional extinta, também agia nessa mesma perspectiva. Foi o movimento mais atuante no período entre 1966 a 1968⁹⁹. Vale ressaltar que “a insurgência das mulheres na contestação à ordem, entre 1966 e 1968, deu-se, sobretudo através do movimento estudantil, que forneceu a maioria dos quadros para os grupos de extrema esquerda” (RIDENTI, 1990, p.116).

Entre 1967 e 1968, a classe estudantil ascendeu ao protagonismo nos protestos contra a ditadura. De acordo com Motta (2018), a morte do estudante Edson Luís gerou grandes manifestações e passeatas, tornando-se um símbolo para os protestos estudantis. Neste contexto, a violência e a repressão contra os/as jovens universitários/as aumentou, “a radicalização das lideranças estudantis gerou a ocupação de prédios universitários por todo o país, em protesto contra as políticas da ditadura, levando ao enfrentamento com a polícia e com grupos de direita, a exemplo da chamada Batalha da Maria Antônia” (p.200) que ocorreu em São Paulo, em outubro do mesmo ano.

As agitações estudantis incomodaram muito o regime, visto que, no mundo inteiro, os/as estudantes haviam conquistado as ruas. Os militares no poder buscavam soluções para barrar o crescimento das manifestações. Neste período

⁹⁹ As ações do movimento estudantil, nesse período, foram registradas no primeiro capítulo desta dissertação.

caótico, acontece ainda o discurso do deputado Márcio Moreira Alves, do MDB. Sua exposição “[...] foi um protesto contra a violência dirigida a estudantes e outros ativistas da oposição, em que aludiu às comemorações de Sete de Setembro. Ele convidou a sociedade a boicotar os desfiles oficiais, e às mulheres, que deixassem de sair e dançar com cadetes e jovens oficiais” (MOTTA, 2018, p.201).

O governo militar irritou-se profundamente com o pronunciamento do deputado e pediu ao Congresso permissão para processá-lo; contudo, obteve recusa, até mesmo dos políticos da situação, sob a justificativa de que o deputado teria imunidade parlamentar. As pressões, vindas dos militares linha-dura, aumentaram e o governo: “[...] respondeu fechando o Congresso Nacional. No desenrolar da crise, em 13 de dezembro de 1968, editou o Ato Institucional n.º 5, expressão máxima do autoritarismo implantado sobre o país” (SANFELICE, 1986, p.152).

O autor destaca que, no texto do AI-5, a justificativa para tal medida efetivava-se pela existência de uma guerra revolucionária, cujo objetivo era destruir o movimento de 64. Em suma, esse Ato Institucional previa:

O recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras dos Vereadores, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionarem quando convocados pelo próprio presidente da República; o presidente da República poderia, ainda, decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição; poderia suspender [...] os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. [...] não mais existiria a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica, social e a economia popular (SANFELICE, 1986, p.152).

As novas regras, estabelecidas pelo AI-5, permitiam o poder absoluto ao regime. Nesse período, a sociedade brasileira esteve cercada pela censura, repressão, violência e pelo medo. A nova política do medo não poupava ninguém; nem homens, nem mulheres, nem a esquerda e até políticos da direita¹⁰⁰, que, outrora, conspiraram a favor do golpe, agora, teriam seus mandatos cassados.

Outro fator importante foi o aparelhamento da já existente censura, que já vinha sendo posta em prática desde 1968. Com a instituição do AI-5 toda a imprensa

¹⁰⁰ O político Udenista Carlos Lacerda, que, em 1964, conspirou contra Goulart e a favor do Golpe, agora, seria privado de seus direitos políticos (SKIDMORE, 1988).

ficaria impedida de criticar o governo, o que atingiu não somente a esquerda, pois este ato também visava enquadrar os setores da elite que se mostravam contrários ao regime militar (MOTTA, 2018).

Com o novo mandato, a partir do general Emílio Garrastazu Médici, já havia então 17 Atos Institucionais amparando o governo, principalmente, o Ato nº 5, o legalizador do aparato repressivo. Nesse período, os/as estudantes e professores/as estavam categoricamente calados/as pela repressão imposta pelo Decreto nº 477. Outras organizações políticas, até mesmo a Imprensa e integrantes da Igreja, sofriam com a dura repressão. Já a Censura, encarregou-se de vetar qualquer texto, filme, peça de teatro, música, poema, ou manifestação artística que pudesse ser utilizada contra o governo. O governo Médici contava com uma ampla rede repressiva:

De 1969 a 1974, torturas, invasões de domicílios, assassinatos e desaparecimentos fazem parte do terrível cotidiano da esquerda brasileira, que parecia compor um jogo de gato e rato com a repressão. Telefones grampeados, falar em revolução só se for a de número 64, reunir-se com um amigo poderia parecer comício, na estante somente romances, e que não falassem em política, porque o restante poderia fazer parte da “lista negra”, index dos militares – a vida dos militantes neste período era insegura e tenebrosa (COLLING, 1997, p.31).

Colling resume em poucas palavras o terror vivido pela esquerda brasileira nos anos de maior violência do regime. A perseguição a esses grupos se intensificou. Para os homens no poder, proferir seus discursos moralizantes não era o suficiente para manter o *status quo*; era preciso ceifar qualquer ideia que fosse ou parecesse contrária à ideologia do regime.

O impulso do governo, de buscar eliminar todos os focos e organizações oposicionistas, evidenciou os métodos utilizados por alguns militares e policiais, como as prisões, torturas, mortes e desaparecimentos. Também, gerou na população brasileira questionamentos sobre os caminhos efetivados pelos militares, tendo em vista que tiveram conhecimento, mesmo que vagamente, sobre esses métodos, apesar de o governo alegar que apenas criminosos sofriam tais atrocidades.

Na obscuridade do período, o terror era espalhado pelas ruas, por meio da polícia, sendo autorizadas a violência e a tortura contra todos aqueles que

subvertessem a ordem e que pudessem ser alcançados pela teia da repressão. Havia a perseguição contra estudantes, guerrilheiros/as¹⁰¹, trabalhadores rurais, indígenas, líderes políticos, lançando mão da tortura, desaparecimentos forçados e assassinatos. Por outro lado, para setores da classe média e das elites, via-se desfrutar o “milagre econômico”.

O período do ditador Emilio Médici provocou um distanciamento do apoio da sociedade civil, em sua maioria, principalmente das mídias, que sofriam a censura mais severa desde 1964. A igreja, que outrora apoiara a “revolução”, utilizando a doutrina cristã e seus símbolos para arregimentar a população a favor dos golpistas, agora, vivia a perseguição entre membros do clero, indignava-se com a injustiça social.

Os grupos femininos da direita, que se formaram também utilizando a figura de Deus, mas, acima de tudo, manipulando as qualidades inerentes atribuídas ao gênero feminino, tiveram um caminho diferente. Esses grupos sofreram convergências internas sobre sua atuação política. Para algumas mulheres, após a revolução, elas deveriam sair da cena política; contudo, seguindo os princípios de algumas fundadoras dessas entidades, elas continuaram a colaborar com o regime.

Durante a perseguição desencadeada por Costa e Silva, como afirmado, elas apoiaram as mais severas represálias contra os comunistas e outros líderes subversivos. Além do mais, utilizaram sua imagem no exterior para criar uma visão positiva do golpe e “um modelo feminino brasileiro de atuação política” (SIMÕES, 1985). Esses grupos tiveram sua atuação ativa até o fim do governo Costa e Silva. Com as mudanças praticadas no governo Médici, tais entidades tiveram suas atividades encerradas progressivamente.

4.3 AS MULHERES PELO MOVIMENTO DA ANISTIA: A ABERTURA POLÍTICA

Desaparecidos e desaparecidas. Mortos e mortas. Após um período tão conturbado, marcado pela violência, em que presos/as políticos foram dizimados/as, ou tiveram seus corpos desaparecidos, militantes foram mortos em confrontos ou

¹⁰¹ Marcelo Siqueira Ridenti (1990), em *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo*, faz um estudo detalhado sobre as mulheres que participaram das organizações de esquerda, durante a ditadura, refletindo sobre sua participação e revelando, em números detalhados, a presença das mulheres nos grupos armados.

emboscadas armadas pelo mecanismo repressivo; muitas famílias se perguntavam sobre o paradeiro de seus filhos e filhas.

Com a saída do general Médici do poder, seu sucessor, Ernesto Geisel, também general, assumiu a presidência comprometido com uma política de distensão, o que significaria a abertura gradual do regime. Após o terror vivido entre os anos de 1969 a 1974, o país poderia almejar esperanças para uma abertura política.

De fato, o diálogo com líderes civis foi se restabelecendo durante os quatro anos em que o General Geisel esteve à frente da presidência. “*Habeas-corpus* restaurado, AI-5 revogado, a maioria dos refugiados políticos novamente no Brasil, censura suspensa¹⁰² – eram realizações expressivas para um governo militar” (SKIDMORE, 1988, p.407).

Para Alves (1989, p.200), a gestão de Geisel foi marcada pela contradição “entre a política oficial de liberalização e a realidade da remanescente repressão política”. Nesse período, muitas mortes e desaparecimentos continuaram a acontecer; os torturadores, dentro dos aparelhos repressivos, continuaram a agir.

Foi nesse contexto que as mulheres agiram mais uma vez em solo público. Em março de 1975, na cidade de São Paulo, foi criado o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), cuja fundadora foi a advogada Therezinha Zerbini. Esse movimento de repercussão nacional tinha como objetivo “[...] mobilizar a opinião pública contra as arbitrariedades do governo militar. Esposas, mães, filhas e companheiras saíram às ruas para denunciar prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos dos atingidos pela repressão” (COLLING, 2015, p.377).

Para Cristina Wolff (2013), os/as integrantes do movimento pela anistia variavam em perfil; dele faziam parte ex-guerrilheiras, estudantes, intelectuais da esquerda, bem como familiares de presos/as e exilados/as. Em seu estudo, feito a partir da história oral com a fundadora da MFPA, a autora desmistifica que o grupo tenha sido criado unicamente a partir do afeto dessas mulheres para com aqueles que estavam sob o controle da repressão; ela coloca que, para a advogada Therezinha Zerbini, as integrantes estavam “[...] desde o início comprometidas com

¹⁰² Na verdade, parte da censura à Imprensa é abolida nesse período, pois os órgãos censórios só foram definitivamente extintos com a Constituição de 1988. Há que se enfatizar que também a censura estatal teve um papel decisivo no controle das aspirações feministas, que, por sua vez, apareciam nas mais variadas expressões artísticas e intelectuais, todas controladas pelo aparato censório.

ideais e organizações políticas, nas quais, talvez por serem mulheres, não eram consideradas lideranças, o que não impedia sua adesão” (p.191).

Entretanto, o movimento pela anistia ficou conhecido por ser ligado aos aspectos afetivos e maternais; podemos pensar nesse fenômeno relacionado ao fato de que, até então, na visão da sociedade, as mulheres não eram seres políticos. Mesmo quando modificaram os rumos da política, em 1964, durante a organização das Marchas, elas não se desvincularam do papel essencial do lar. Ainda que tenha havido o ingresso das mulheres nas organizações e movimentos de esquerda, com papel político ativo, elas não se tornaram um ser político socialmente, mas sim, desviantes de suas obrigatoriedades de mulher.

Contudo, as mulheres no movimento utilizavam essa imagem santificada de mãe para lutar contra a repressão excessiva na ditadura e, ao mesmo tempo, para se proteger. Assim, legitimavam sua luta, estavam ali para proteger suas famílias, mas, ao cobrarem satisfação do Estado, também corriam os riscos próprios do regime repressivo; para Wolff (2013, p.195): “elas usavam estratégias para se esquivar da repressão e para conseguir informações de seus familiares, utilizando papéis de gênero, isto é, um estereótipo ou um papel tradicional como o de ‘mãe, defensora do lar, mulher’”, então, tiravam o caráter político de sua organização, para se desviar da repressão.

Outro ponto que fortaleceu a luta feminina nesse período e foi determinante para a atuação pública da mulher ocorreu em 1975. Foi nesse ano que aconteceu a **I Conferência Mundial da Mulher**, organizada pela ONU; essa conferência tinha o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, a qual aconteceu no México. A partir daí, a ONU considerou o ano de 1975 como sendo o **Ano Internacional da Mulher**.

1975 é um divisor de águas na luta das mulheres. As resistências no meio da esquerda e da Igreja se amenizam com a instituição do Ano Internacional da Mulher, promovido pela ONU. A “rainha do lar” começa a ceder espaço para a militante também engajada na luta pela redemocratização do país. Apareceram os jornais feministas como – *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* e tiveram grande aceitação (COLLING, 2015, p.377).

O jornal *Brasil Mulher* foi o primeiro jornal feminista do país; sua primeira edição, em 1975, foi realizada na cidade de Londrina, no Paraná, pela professora Joana Lopes e a líder do MFPA, Therezinha Zerbini. De acordo com Leite (2003),

após a primeira edição, foi transferido para São Paulo. Sob a supervisão da Sociedade Brasil Mulher, teve 16 edições regulares e mais quatro extras, que circularam de 1976 a 1980. Já o *Nós Mulheres*, circulou entre 1976 a 1978, com um total de oito edições, sob o comando da Associação de Mulheres. Em geral, esses jornais tratavam de assuntos relacionados à realidade feminina, “davam cobertura a assuntos não veiculados pela imprensa oficial, na época sob forte censura política, refletindo o pensamento político da militância feminista” (p.235).

Nos registros da DOPS-PR, foi possível localizar a pasta individual da jornalista Joana D’Arc Lopes, em que, em seu histórico, é relatado, em 20/12/1976, que ela: “É fundadora do Jornal Feminino Brasil Mulher, exercendo o cargo de editora¹⁰³”. Segue-se a informação do dia 23/12/1976, quando os agentes descrevem que “O Movimento pela Anistia aos Presos Políticos teve seu núcleo fundado em Londrina, por ocasião da visita da Presidente Nacional do Movimento Terezinha de Godoy Zerbine (sic) no dia 25.09.75¹⁰⁴”.

FIGURA 11 – A líder do MFPA na câmara dos vereadores em Londrina, 1975.



Terezinha Zerbine: a mulher é a própria História.

FONTE: Folha de Londrina, 26/09/1975. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática Movimento Feminino Pela Anistia, n.1395, topografia165.

Nenhuma pessoa que questionasse o governo passava despercebida pelos órgãos repressivos. A vida e as ações profissionais de Joana Lopes foram vigiadas entre o período de 1975 a 1977. A líder Therezinha Zerbini também foi alvo de extensos relatórios por ocasião de sua visita ao estado do Paraná. A figura dessas

¹⁰³ Pasta Individual Joana D’Arc Lopes, n.1766, topografia 375. Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR.

¹⁰⁴ Idem.

mulheres representava uma ameaça; intelectualizadas, politizadas, socializando suas ideias com o público, mereceram a atenção dos agentes da DOPS-PR.

Fato era que esses jornais feministas, o jornal Brasil Mulher e, posteriormente, o Nós Mulheres, eram considerados subversivos, pois efetivavam-se como veículos de informação para mulheres de todas as classes sociais:

As feministas põem os jornais a serviço da organização popular de mulheres da periferia das grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, reivindicando direitos, superando a perspectiva de trocá-los por favores, avançando na prática para além da política reivindicatória dos bairros e da relação fisiológica e tutelar que caracterizava essa ação política no passado. Esses novos sujeitos coletivos, as feministas, criam seu próprio espaço de representação e favorecem com sua militância o debate das questões relacionadas com o convívio familiar, a intimidade, a sexualidade e as relações de poder entre homens e mulheres, pais e filhos etc., introduzindo-as no movimento popular (LEITE, 2003, p.238).

O jornal Brasil Mulher também formava uma ponte entre as lutas locais e o pensamento feminista, que eclodia, principalmente, na Europa. Esse veículo de informação tinha como colaboradora, em Paris, a jornalista Linda Bulik, que, de acordo com os relatórios de atividade produzidos pelos agentes da DOPS-PR, a mesma fora para a Europa no período de 1969 a 1972, para ser correspondente do Jornal Folha de Londrina; porém, em sua estadia no exterior, exercia “[...] o cargo de correspondente internacional do Jornal Brasil Mulher, divulgando no exterior notícias tendenciosas sobre Direitos Humanos, Presos Políticos/Torturas Prisões Arbitrárias e outras, com finalidade de desmoralizar o Governo Brasileiro¹⁰⁵”. Ressaltam, ainda, sua participação na troca de informações com as jornalistas brasileiras, enviando a elas: “[...] notícias internacionais sobre política, movimento estudantil internacional, movimento internacional pela Anistia e outros [...]”.

Foi notória a atenção que essas jornalistas passaram a ter sob o olhar da vigilância. Eram mulheres preocupadas em denunciar, de alguma forma, a realidade brasileira e, ao mesmo tempo, acompanhar os avanços da categoria mulheres no mundo, o que não era uma tarefa fácil de exercer no Brasil - país cujo regime estava pautado no conservadorismo.

A militância política tornou-se marcadamente feminina também por meio da imprensa feminina, que trazia questões próprias da condição feminina e incentivava

¹⁰⁵ Pasta Individual Linda Bulik, n. 2391, topografia, 413. Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR.

a categoria a tomar consciência de determinados assuntos, bem como agir para rechaçar os padrões estabelecidos.

O jornal Brasil Mulher, ademais, colaborou para a disseminação das ideias da luta pela anistia: “[...] em seu primeiro número, surge como porta-voz desse movimento” (LEITE, 2003, p.238). O tema da anistia foi sendo anunciado, levado a conhecimento da população em geral. Outros setores e organizações engajaram-se nessa luta também, sendo os/as estudantes uma categoria que levou essa bandeira para as ruas.

Apesar de o governo tentar abafar o assunto da anistia, essa já não era uma tarefa simples: “quando o Comitê Brasileiro pela Anistia foi criado em 1978, para tratar especificamente o encaminhamento do projeto de Lei da Anistia com o governo 38 entidades já tinham se colocado como apoiadoras” (VARGAS, 2008, p.06). O tema havia transpassado a organização feminina inicial, que, por conta delas, agora, mobilizava pessoas por todo o país.

Os entusiastas da anistia apareciam onde quer que houvesse uma multidão. Nos campos de futebol suas bandeiras com a inscrição Anistia ampla, geral e irrestrita eram desfraldadas onde as câmaras de TV pudessem focalizá-las. Esposas, mães, filhas e irmãs se destacavam de modo especial pelo seu ativismo, o que tornava mais difícil o descrédito do movimento por parte da linha dura militar (SKIDMORE, 1988, p.423).

De fato, a presença das mulheres ligava o movimento ao estereótipo de mães em busca da família, porém, também era uma estratégia das líderes para fortalecer e incentivar a presença de outras mulheres no movimento, a fim de manter-se em segurança contra a repressão.

Porém, foi apenas em 28 de agosto de 1979, com o governo sob o comando do general João Baptista de Oliveira Figueiredo, que, cedendo à mobilização de diversos setores sociais, a Lei nº 6.683 foi sancionada. Era a Lei da anistia, como ficou conhecida:

não será de inteiro agrado da opinião dos envolvidos, pois anistia também os torturadores e restringe os presos políticos. Toda essa negociação requereu interesses por ambas as partes, e os militares ameaçados pela pressão civil concederam a anistia, mas de uma forma que essa não abalasse ainda mais a instituição militar (VARGAS, 2008, p.07).

Apesar de não concordarem integralmente com o texto da referida Lei, a sociedade civil assim aceitou, pois viam na Lei da anistia um novo marco para a reabertura democrática. Para os familiares dos exilados, ainda que considerassem uma lei que blindaria os carrascos e o Estado, também possibilitaria a volta de seus entes.

Assim, no governo do general Figueiredo, o último da ditadura militar, a população viu surgir novamente o pluripartidarismo. O governo buscou concentrar suas forças em um único partido; com efeito, o presidente queria preparar o país para a reabertura, sem maiores prejuízos para os militares. Neste sentido, Alves (1989) indica que a Lei Orgânica dos Partidos extingue o ARENA e o MDB, e nesse processo membros do ARENA fundam o Partido Democrático Social (PDS) e desvinculam-se das políticas impopulares que apoiaram durante o regime, enquanto o MDB reagrupou-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

De acordo com Thomas Skidmore, as eleições de 1982, para governador e prefeito, foram diretas, o que contou com um público de mais de 45 milhões de eleitores; para os brasileiros, ir às urnas era uma vitória. Com sérios problemas na economia, a partir de 1981, a queda do PIB em 5 por cento, no ano de 1983, o declínio do comércio e da indústria, o governo de Figueiredo estava comprometido. Iniciaram as manifestações e a campanha pelas *Diretas Já!* por várias cidades brasileiras; esse movimento contou com a adesão das massas populares, estudantes, artistas, trabalhadores/as e muitas figuras famosas.

A nação voltava a se reorganizar. Os sindicatos ressurgiam com força e o movimento estudantil se reorganizava a partir dos novos paradigmas da sociedade.

Quando os movimentos de esquerda reiniciaram seus trabalhos junto às massas populares, estabelecesse entre eles e as mulheres uma acirrada discussão: a luta feminista seria ou não divisionista em relação à luta geral do povo brasileiro? “Instala-se então a polêmica feminismo *versus* lutas gerais” (COLLING, 2015, p.377).

Parte dessas mulheres, agora mais conscientes sobre a condição feminina, buscava espaço na política; muitas deixaram suas organizações de esquerda para adentrar movimentos feministas, por acreditar que partidos, sindicatos e outros não propiciavam espaço suficiente para as questões da luta feminina.

De acordo com o jornal O Estado do Paraná, em 1979, a líder Therezinha Zerbini, ao voltar à Londrina-PR, para proferir palestras sobre a anistia, deixou claro

que “já é uma tradição em nossa história a identificação entre a luta pela emancipação da mulher e as lutas democráticas¹⁰⁶”. Por certo, ao tomar o espaço político na luta pela democracia, essas mulheres romperam com padrões de gênero; contudo, ainda viveram os desafios dentro das próprias organizações de esquerda, o que foi fundamental para algumas romperem com esses movimentos e buscarem organizações declaradamente feministas, após os anos 1980.

Após a abertura política, as mulheres encontraram mais espaço na universidade; os feminismos e teorias feministas passaram a se revelar na academia e nos grupos brasileiros. A imagem da mulher militante delineou-se de maneira diferenciada do que aquela que surgira a partir da década de 1960, até mesmo, devido às mudanças na organização política.

4.4 DOPS-PR – OS ARQUIVOS DO SILÊNCIO

O golpe de Estado foi efetivado a partir de aliados civis e militares, que projetaram no inimigo interno a legitimação de suas ações. Para tanto, contaram com uma complexa rede ideológica, fundamentada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi formulada pela ESG, em colaboração com o IPES e o IBAD, num período de 25 anos. Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais (ALVES, 1989, p.35).

Arelado a essa doutrina, desenvolveu-se, no Estado autoritário, um aparato de controle social em nome da segurança nacional, que visava proteger as estruturas do novo governo, o qual se formava com base na repressão massiva aos opositores do regime.

De acordo com Alves (1989), o Estado de Segurança Nacional, por meio da formulação de sua teoria, justificava o controle e a repressão de qualquer indivíduo da nação. Além do mais, a ameaça oculta propiciava aos agentes do aparato

¹⁰⁶ O Estado do Paraná. 1979. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR, Pasta Temática Movimento Feminino Pela Anistia. n.1395, topografia165.

repressivo uma ação sem limites, na justificativa de controlar as atividades subversivas na população, em geral.

Esses primeiros passos da institucionalização da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento propiciaram aos ditadores o controle inicial da população, por meio da perseguição dos/das líderes políticos, estudantis e membros de sindicatos, dentre outras organizações que eram consideradas perigosas para a consolidação do poder militar. De acordo com Alves (1989), o Estado impôs, primeiramente, um aparato repressivo e de controle da população; em seguida, iniciou um gerenciamento de informações políticas, com vistas a identificar os/as “comunistas” infiltrados no país.

Desta maneira, qualquer reunião ou pronunciamento podia ser considerado suspeito ou classificado como ato subversivo. Até mesmo livros referentes a determinados autores de cunho socialistas ou comunistas eram proibidos, para manter o controle da população. A este fato verifica-se na Pasta Individual de Teresa Daisi Urban Furtado que no dia trinta do mês de julho de 1970, o delegado Ozias Algauer conduziu o Auto de apreensão feito na casa de Teresa e seu marido Pedro Ivo Furtado, o qual registra dentre os objetos apreendidos “[...] Um livro com o título Existencialismo ou Marxismo (Georg Lukács); Um livro, com o título: Guerrilhas e Revolução (Gabriel Bonnet); Um livro com o título Os Marxistas e a Arte (Leandro Konder)¹⁰⁷”.

A apreensão dos livros, citando seus nomes e vertentes ideológicas culminavam na justificativa para adentrar na residência do casal e taxar suas ações como subversivas, caminho esse que poderia levar à prisão muitos/muitas militantes.

Para legalizar ainda mais a perseguição aos/as opositores/as, em 27 de abril de 1964, o então presidente, Castelo Branco, instituiu os IPM – Inquérito Policial-Militar – por meio de um decreto-lei. Os IPMs passaram a ser um campo de investigação a nível municipal, estadual e federal, em busca de informações que pudessem revelar os subversivos presentes nas instituições do governo federal. “A simples acusação num IPM bastava para desencadear uma série de perseguições que podiam incluir prisão e tortura” (ALVES, 1989, p.58).

¹⁰⁷ Pasta Individual Teresa Daisi Furtado, n.3523, topografia 481. In: Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR.

O Estado criou e integrou agências de controle sobre a população. Podemos destacar, aqui, o Serviço Nacional de Informações (SNI), que foi criado em junho de 1964, cujas ações eram reportadas apenas ao Presidente da República.

O SNI possuía sede em Brasília e em todos os estados do país, formando uma ampla e eficiente rede de informações e controle político. Todavia, esse órgão deu início ao complexo aparato repressivo, que se desenvolveria muito bem no período mais duro da ditadura militar (ALVES, 1989).

Com a promulgação do Ato Institucional nº 5, em 1968, o qual foi considerado por muitos estudiosos como sendo “o golpe dentro do golpe”, e com o general Emílio Médici assumindo a presidência, em 1969, o Estado de Segurança caracterizou-se com postura mais violenta. Iniciou-se uma trajetória de perseguição e equiparou-se todo um aparelho repressivo para caçar subversivos e espalhar o medo na sociedade civil, a fim de conter os movimentos pró-democracia, que insistiam em ocupar as ruas.

Foi nesse contexto que, em setembro de 1969, foi promulgada a Lei de Segurança Nacional:

A lei fornece sustentação legal à repressão de qualquer pessoa ou grupo que se oponha à política do Estado de Segurança Nacional. De acordo com sua orientação de controlar o “inimigo interno”, muitos artigos da Lei de Segurança Nacional tratam da prevenção de greves, do controle dos meios de comunicação e informação, da proibição de partidos políticos específicos e de outras limitações à liberdade de associação (ALVES, 1989, p.158).

Nesse parâmetro, os aparelhos repressivos do Estado adquiriram base legal de ação. O “inimigo interno” poderia ser qualquer pessoa e isso propiciou a ação de inúmeros agentes por todo o país, espalhados entre órgãos que compunham as ramificações do “Aparato Repressivo”¹⁰⁸.

Nesse contexto, órgãos foram criados e reformulados pelo governo, no intuito de impedir os avanços das lutas populares, espalhar o medo entre a população, para conter manifestações de qualquer natureza, e controlar os opositores do regime. O controle exigia intensa repressão aos envolvidos; nesse tempo, a tortura

¹⁰⁸ De acordo com Maria Helena Moreira Alves, o Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional constitui-se de três elementos distintos, mas integrados: a vasta rede de informação política; órgãos e organizações diretamente responsáveis pelas ações repressivas, a nível local; e os aparatos das Forças Armadas, usados no controle político interno (1989, p.172).

se institucionalizava por meio dos novos organismos, que agiam dentro do aparato repressivo.

Até 1967, a responsabilidade pela repressão física cabia ao CENIMAR e às polícias estaduais, através da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP). A SESP coordenava as atividades do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS ou DEOPS), que por sua vez operava as Divisões Municipais de Polícia (DMs). [...] À medida que cresciam os grupos de luta armada, o Estado de Segurança Nacional criou outros organismos especialmente treinados para a obtenção de informação. A primeira organização de repressão violenta foi a Operação Bandeirantes (OBAN) (ALVES, 1989, p.175).

Oficiais das Forças Armadas e da polícia compunham a OBAN; essa organização também recebia apoio financeiro de empresários do estado de São Paulo, os quais investiam dinheiro, forneciam equipamentos e automóveis para o movimento (SIDMORE, 1988). Tal organização foi a responsável pela perseguição, prisão e tortura daqueles considerados subversivos, além de espalhar o terror e o medo na população em geral, devido a suas atitudes violentas e à figuração de torturadores sádicos.

A OBAN, que fora criada em São Paulo, foi substituída pelo Comando Operacional de Defesa Interna (CODI), em 1970, que operava ligada a seu braço executivo, o Destacamento de Operações Internas (DOI). O DOI-CODI, como passou a ser conhecido, juntamente com a DOPS¹⁰⁹ e o CENIMAR, foram as principais organizações responsáveis pela aquisição de informações por meio de violência¹¹⁰ e por espalhar o terror entre a população brasileira (ALVES, 1989).

Essas organizações foram o braço direito do Estado, amplamente utilizadas para reprimir a nação:

¹⁰⁹ No Paraná, especificamente, todas as atividades que consistiam em vigiar e exercer um determinado controle na sociedade, se iniciaram a princípios do século XX, pela Chefatura de Polícia e, posteriormente, na década de 1920, pelo Comissariado de Investigação e Segurança Pública, até transformar-se na Delegacia de Ordem Política Social, criada pela **Lei nº 177** de 05/03/1937 (BRUNELO, 2009, p.66, grifos do autor).

¹¹⁰ Skidmore (1988) relata a brutalidade e a ação conjunta existente dentro dessas estruturas, ao afirmar que nelas estavam inseridos três tipos de especialistas: os torturadores, que aplicavam choques elétricos, espancamentos, quase afogamentos, na combinação certa, para arrancarem confissões; os analistas, que recebiam informações sobre a última sessão de tortura e as comparavam (às vezes por computador) com dados anteriores, para indicarem o que mais a vítima poderia saber; e os médicos, que examinavam o estado físico das vítimas, para informarem até que ponto resistiriam a novas torturas se continuassem de boca fechada (p.258).

[...] a acentuada centralização do poder, típica dos regimes autoritários, foi conjugada com a estruturação de um mosaico repressivo em que o policiamento cumpria uma função essencial em espaços públicos, como as ruas. Ao lado da espionagem, da censura e da propaganda, a polícia política se constituiu como um dos pilares da atuação estatal (QUINALHA, 2017, p.170).

No Brasil, as/os DOPS¹¹¹ foram responsáveis pela perseguição e tortura de muitos/as militantes. E, no que se referia a combater o inimigo interno, ela perseguiu, prendeu e reprimiu muitas mulheres, as quais ousaram desafiar os padrões femininos, estabelecidos socialmente.

Para o controle dessas atrizes, foram utilizados instrumentos de tortura e repressão, que revelavam a misoginia dos agentes da DOPS. Teles (2015) coloca que as mulheres presas, por serem contrárias ao regime, sofreram violência de gênero, que pode ser caracterizada como “os estupros, a violência sexual, os abortamentos forçados”¹¹²; ainda, acrescenta que:

A maternidade foi um dos meios de tortura utilizados pela repressão política. Foi usada para enlouquecer e fragilizar militantes, o que causou, em muitas situações, o enfraquecimento afetivo e emocional às mulheres e às crianças. [...] As crianças foram atingidas porque suas mães, na maioria dos casos, romperam com os estereótipos femininos, saíram dos papéis impostos de submissas e frágeis e se empenharam em ações que eram consideradas “de homens”, como o manejo de armas, a elaboração de estratégias políticas de enfrentamento e resistência na tentativa de obter justiça, liberdade e democracia. Eram mulheres que já tinham conquistado mais independência e autonomia. Para isso, tiveram que superar muitas barreiras nos campos pessoal, familiar, profissional, cultural e político. Tiveram que assumir o protagonismo de suas vidas, de suas escolhas. Tornaram-se sujeitos históricos e políticos. Trouxeram para o plano político de suas organizações as questões pessoais do cotidiano, inclusive a gravidez, a maternidade, o abortamento. (TELES, 2015, p.1017-18).

Os métodos de tortura femininos diferenciavam-se dos masculinos, não pelo emprego da força ou da violência física utilizada contra elas, mas nas estratégias de vincular a dor física ao sofrimento psicológico. As práticas de tortura do governo

¹¹¹ A DOPS adquiriu diferente nomenclatura pelo território brasileiro no tempo em que operou. De acordo com Fiuza (2006): “Há uma alternância do significado da sigla das chamadas DOPS até mesmo na documentação oficial, como Divisão, Delegacia ou Departamento de Ordem Política e Social” (p. 154).

¹¹² Teles (2015, p.1002).

autoritário eram genericadas, à medida que, para as mulheres, eram reservadas torturas psicológicas que as feriam diretamente por serem mulheres e mães.

Esses agentes feriam os direitos humanos com o consentimento do Estado, ao respeitar uma força maior, a Doutrina de Segurança Nacional. Porém, o agente do Estado pode ser analisado não unicamente no seu papel de colocar em prática as políticas repressivas oficiais, mas também na forma como sua concepção misógina de mundo podia interferir no seu trabalho policial. Acresça-se a esse *modus operandi*, como afirmamos, os abusos sexuais, estupros, violências físicas e psicológicas, praticados pelos agentes policiais e que atingiam implacavelmente as mulheres presas.

Nesse jogo de controle, buscavam enfraquecer as ações femininas, que não iam somente contra as políticas de Estado, mas vigoravam ainda mais sobre a superação da lógica conservadora, na qual o regime estava calcado, e com relação às mudanças sociais, que a sociedade civil tanto temia.

Vinculada à Doutrina de Segurança Nacional, essa Delegacia foi um importante instrumento de controle da população. Seu funcionamento operava de acordo com a lógica da vigilância, nesse caso:

[...] necessitavam de um setor de arquivo onde estivessem contidas informações, fichadas e organizadas, de todos os indivíduos processados ou suspeitos de cometer atividades causadoras de desordens, já que sua base era o gerenciamento de informações. Neste universo, a agilidade e a organização da documentação em fichas individuais ou temáticas arquivadas pela DOPS era questão imprescindível para todo o funcionamento dos trabalhos de investigação, censura e repressão (BRAGGIO; FIUZA, 2013, p.437).

No intuito de vigiar e combater o inimigo interno, os agentes dessa delegacia trabalhavam na criação de uma rede de informações de indivíduos considerados subversivos ou em atividades que colocassem em risco a Segurança Nacional.

Dessa maneira, produziram documentos sobre esses agentes da “subversão”, ao qual destinaram Pastas Individuais, as quais, em sua maioria, contêm relatórios, IPM, fotografias e registros detalhados sobre as atividades subversivas desses sujeitos - com datas e nomes de pessoas próximas, a fim de criar uma ligação entre os citados.

De outra forma, também, há, dentre os arquivos da DOPS, as Pastas Temáticas, que derivam da coleta de informações sobre várias organizações,

movimentos e instituições, cujo material poderia ser oriundo do próprio investigado, ou de recortes de jornais e material midiático, que indicasse atividade subversiva. Nesse sentido: “[...] qualquer material que explicitasse opinião que fosse contrária ao governo se constituía em uma ameaça à segurança nacional” (ZAPARTE, 2011, p.45).

Para obter as informações, esse órgão valia-se de diferentes técnicas, que incluíam a vigilância a pessoas mais conhecidas no meio “subversivo”; anotação de nomes, datas e locais onde ocorria qualquer atividade ou concentração considerada perigosa; recortes de matérias de jornais, que poderiam suscitar uma opinião contrária à do governo, como também, a infiltração de agentes em diversas organizações.

Os documentos da DOPS foram sendo construídos, como vimos acima, a partir da necessidade de se efetivar uma rede de informações que protegesse os interesses da ditadura contra qualquer setor ou sujeito que se colocasse em posição contrária aos do regime político. Por outro lado, a produção desses documentos, ao tratar sobre homens e mulheres, pelo menos a parte que foi redigida pelos próprios agentes, também incidiu em considerações dos membros dessa delegacia, que estão imbricados nas relações de gênero, inerentes à sociedade das décadas de 1960 a 1980 – a qual não considerava a presença feminina no espaço público como uma presença política.

4.5 MILITÂNCIAS FEMININAS E DITADURA: AS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS FICHADAS PELA DOPS

“A mulher militante, a mulher ‘subversiva’, ainda é uma lacuna a ser ocupada na historiografia brasileira.”¹¹³

Joan Scott (1995) aponta que existe uma conexão entre os regimes autoritários, em um contexto global, com o controle sobre as mulheres. Os governantes desses regimes legitimaram, como pertencentes ao universo masculino, características, a exemplo da força, da dominação, do poder; em

¹¹³ Colling (1997,p.10).

contrapartida, os inimigos e qualquer sinal da fraqueza foram atribuídos à figura feminina.

A constituição do Estado autoritário no Brasil, a partir de 1964, efetivou-se sobre um discurso de que apenas os “homens fortes” poderiam expurgar o comunismo iminente e restabelecer a democracia no país. Características masculinas – como a força, a eloquência, o domínio da alta política – foram exaltadas para justificar o poder nas mãos de uma minoria única, capaz de comandar a nação.

O Estado autoritário foi implementado a partir de características como a violência, repressão e censura, o que incidiu na coação de indivíduos, no que concerne à participação na esfera social, a fim de obter o controle da população. Porém, muitas pessoas saíram às ruas, procurando derrubar esse regime. Esses/essas atores e atrizes sociais resistiram de diferentes formas às imposições de poder, geradas em diferentes instâncias sociais.

Como aponta Foucault (1979, p.241): “[...] a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder, podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa”. Submetidos/as à dominação do Estado, com base em sua estrutura repressiva, esses atores/atrizes sociais integraram-se a uma estratégia de militância no movimento estudantil, como forma de resistência às arbitrariedades dos ditadores.

A luta proposta dentro do ME ultrapassou o campo universitário e fez presença nas ruas, por meio de seus agentes. Os/as estudantes eram constantemente vigiados/as em suas ações e, muitas vezes, levados/as até a Delegacia para interrogatório, por participar de manifestações de qualquer natureza contra o regime. Observamos, na Pasta Individual (PI) de uma militante do movimento estudantil, o modus operandi adotado pelos agentes da repressão, quando, nessa certidão, redigida por um escrivão da DOPS, por determinação do delegado da mesma delegacia, revelava-se o intuito de encontrar informações sobre tal estudante¹¹⁴:

¹¹⁴ Consta, na Pasta Individual da estudante fichada, um Auto de Qualificação e Interrogatório, que foi conduzido pelo delegado da DOPS, Ozias Algauer, no dia 28/12/1966, a fim de interrogá-la sobre sua participação na passeata estudantil. Porém, o documento não permite uma leitura clara, pois possui várias partes danificadas pelo próprio tempo, assim, não poderíamos manter uma leitura fiel desse registro; dessa maneira, optamos por não explorar essa fonte em sua integridade.

A fichada tomou parte na passeata estudantil, realizada em 17 de março de 1966 e [...] que em sua oração disse: “nossa luta está apenas começando e que prosseguirá com o povo, os trabalhadores, representantes de todas as classes oprimidas”¹¹⁵.

O movimento estudantil mantinha como uma de suas principais preocupações as questões ligadas à educação e à classe trabalhadora. Eles buscavam atuar junto a essa classe, levando informações e discutindo condições de melhorias para esses trabalhadores. Muitas vezes, a militância se constituía nos espaços ocupados pela classe operária.

Assim, também era a militância exercida pela estudante Jussara Rezende de Araújo Bertone, que atuava nas associações dos bairros e das favelas da cidade de Londrina, em um trabalho político denominado “Trabalho de Bairro”. Juntamente com uma colega do PMDB, ela chegou a coordenar esses trabalhos na região.

A moça possuía uma extensa ficha sobre suas atividades nos anos 1980, que marcaram sua participação como ouvinte em cerimônias de abertura de eventos considerados subversivos, debates políticos, palestras e sua atuação na imprensa alternativa, sendo integrante de um jornal local, denominado “Voz da Unidade”¹¹⁶.

Esse rol de atividades e participação intensa em vários encontros da esquerda foi uma característica da militância no período, como mostra Pedro (2005b, p.170): “nos anos setenta a ‘missão’ era de luta contra a ditadura e por um mundo sem desigualdade – o qual seria conquistado através da manifestação em passeatas, palavras de ordem, panfletagem, grupos de consciência, atuação em bairros e associações”.

A militância de Jussara chamou a atenção da DOPS entre os anos de 1980 a 1982; como podemos observar, ela ocupou um cargo de coordenação em um projeto junto aos trabalhadores. O período, após a década de 1980, constituiu-se de novas ideias e abordagens, que eram debatidas na universidade e na sociedade; esses novos conhecimentos possibilitaram à mulher assumir também a posição formal de liderança, tão difícil de ser conquistada por suas colegas, nos anos 1960.

Em 1986, Jussara esteve na diretoria da Frente Democrática da Mulher Londrinense, junto com outras cinco mulheres. Atuou como jornalista em diversos

¹¹⁵ Pasta Individual Edna Strauss, n.959, topografia 326. Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR.

¹¹⁶ Pasta Individual Jussara Rezende de Araújo Bertone, n. 2280, topografia 405. Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR.

jornais de oposição ao regime. Sua postura ética e crítica a levou ao cargo de professora na Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde atuou até vir a falecer.

As mudanças culturais e comportamentais, que aconteceram dos anos 1970 em diante, podem explicar como a militância feminina também foi ocupando lugares de poder.

Colling (2015) apresenta que, após os anos 1970, o feminismo ocupou-se das relações homem-mulher. A sexualidade ganhou espaço nas livrarias e muitas pessoas começaram a ter acesso a esse assunto. O livro O Segundo Sexo tornou-se referência para as mulheres motivadas a mudar. Foi também nesse período, em 1971, que o país recebeu a autora Betty Friedan, que havia realizado, nos Estados Unidos, três anos antes, a queima dos sutiãs, junto com outras feministas. Por fim, mostrou como o ano da mulher, em 1975, abriu espaço para a mulher militante.

FIGURA 12 – Visita de Betty Friedan no Brasil.



FONTE: Jornal O Globo, 14/04/1971. In: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, Betty Friedan, BR RJANRIO Q0.ADM, EOR.CDI, RJR.229 – Dossiê.

Certamente, essas mudanças, vivenciadas no mundo já na década de 1960, demoraram a ter visibilidade no Brasil, devido ao modo como o regime conservador atrasava o debate sobre os temas considerados imorais e promíscuos.

Ainda que o Estado não seja o único responsável por normatizar os discursos e práticas sexuais, sem dúvidas, durante a ditadura, ele se tornou um locus privilegiado de irradiação de regras proibitivas e licenças permissivas em relação às sexualidades, ajudando a definir as condutas classificadas como inaceitáveis. (QUINALHA, 2017, p24).

Não obstante, como o autor mesmo assinalou, não somente o Estado determinava práticas aceitáveis, no que diz respeito à conduta dos sujeitos, mas também o faziam as organizações de esquerda, que reproduziam os discursos moralizantes presentes na sociedade. Todavia, o modelo de militância, dentro dessas organizações, seguia determinados padrões masculinos, que eram excludentes para as mulheres, as quais estavam presas às bases morais da sociedade.

[...] é importante adentrar na constituição do modelo de militância ainda hegemônico, e que se configura com base em algumas características, das quais destaco: **a dedicação integral a uma causa, cujo sustentáculo é uma ética sacrificial; a hierarquização dos temas de discussão; a linguagem; as práticas; e os rituais que valorizam a fala em público** (BEZERRA; SOUZA, 2006, p.204, grifos nossos).

Nesse caso, como poderia uma mulher, cuja vida está calcada nas bases morais da sociedade e da família, deixar de se dedicar ao marido e filhos para se dedicar integralmente à militância política?

Após um levantamento das fontes, concluímos que, das 139 Pastas Individuais de mulheres fichadas na DOPS-PR, no período de 1964 a 1985, 60 pertencem a estudantes militantes; podemos observar que muitas mulheres estudantes, que fizeram a militância, eram solteiras. As outras 79 pastas pertencem a mulheres que já exerciam algum tipo de profissão, de nível superior ou não, que estavam ou não ligadas ao movimento estudantil. Há muitas pastas que contêm apenas pedidos de licença para trabalho ou viagem, o que caracteriza uma das formas de controle da população por esse órgão. Porém, há outras tantas que mostram a ação dessas mulheres durante a ditadura, como as Pastas de Linda Bulik e Joana D'Arc Lopes, já exploradas anteriormente.

Quadro 02 – Estudantes fichadas pela DOPS (1964-1985).

Total de Pastas de estudantes	60	%
Estudantes Solteiras	32	53,33%
Estudantes Casadas	03	5%
Estado civil não identificado	25	41,67%

FONTE: Arquivo Público do Paraná: Pastas Individuais da DOPS.

De acordo com nossas análises, as mulheres, que iniciaram a militância no movimento estudantil, eram, em sua maioria, solteiras, sem filhos, preocupadas com as questões sociais presentes na universidade e com a consciência de classe, o que as permitiria o maior contato com a militância. Das três mulheres identificadas como casadas, duas delas possuíam maridos que também eram militantes, conforme suas declarações para o delegado da DOPS.

Essas mulheres eram jovens, de profissão estudante e puderam dedicar seu tempo à militância. Casar e ter filhos poderiam ser desafios na militância estudantil; sabemos, por vários autores, que muitas mulheres, as quais militaram nas organizações de esquerda, eram mães¹¹⁷. Porém, o ME foi o primeiro contato dessas mulheres com a vida política e, nesse sentido, a maternidade poderia ter mudado os planos da militância, até mesmo pelo caráter masculino que a define.

Cristina Wolff (2013), ao discutir maternidade e militância, mostra como, a partir da bibliografia existente sobre o assunto e de relatos de mulheres que militaram grávidas ou com filhos na época, sugere-se que a militância era vista, nos grupos de esquerda, “[...] como algo “viril”, masculino, que requeria coragem e determinação, bem como colocar a causa acima de tudo, inclusive da família, qualidades vistas nas nossas sociedades como masculinas (p.119)”.

Por conseguinte, essas estudantes passaram a militar, mesmo em um ambiente que exigia delas uma postura “masculinizada”. Afinal, de acordo com Gianordoli-Nascimento *et al* (2015), entrar para a militância correspondia a ingressar em um mundo masculino; no período de relevante conservadorismo, predominavam as ideias de feminino que indicavam o lugar da mulher em torno do casamento e da maternidade.

Eram tempos de/e para mudanças; a imagem feminina esteve historicamente ligada ao espaço privado e, ao estabelecer o ser político na arena pública, essas estudantes assumiram para si diferentes formas de militância. Tais diferentes formas, com as quais a militância se apresentava, podem ser verificadas nos registros das estudantes Raquel, Judite Maria Trindade e Palmira Amâncio da Silva.

Raquel foi observada pelos agentes da DOPS, que mantinham o controle de suas atividades, em registros detalhados, de 1979 a setembro de 1981. De acordo

¹¹⁷ Autores como Luiz Manfredini, Ana Maria Colling, Cristina Scheibe Wolff, Maria Amélia de Almeida Teles e Carla Naked Conradi trazem relatos de ex-militantes que descrevem os desafios da militância atrelada à maternidade.

com essa ficha de controle das ações da estudante, ela foi responsável por pichar muros, como forma de protesto ao ensino pago, à devastação da Amazônia e em protesto contra a ditadura. Ainda, de acordo com os registros de sua ficha, Raquel dedicava-se a várias atividades estudantis, como encontros e reuniões, mas também integrou a comissão de estudantes, em 1979, responsável por “[...] sensibilizar os atletas, divulgando a situação da crise que envolve o H.U. e a reitoria da Universidade Estadual de Londrina¹¹⁸”.

Pelos registros apresentados, Raquel foi uma militante muito presente e constituiu sua militância no meio estudantil, sendo ativa nos encontros, congressos e reuniões, que aconteciam às escuras, pois a atividade subversiva poderia levar à severa repressão.

Já a estudante Judite Maria Trindade tem em seu registro a cópia do Manifesto dos Estudantes, datado de 1968, documento que foi confiscado em posse dela pelos agentes da polícia política e considerado subversivo¹¹⁹. Percebe-se o trabalho da aluna Judite nas ruas, arriscando-se para cumprir o seu objetivo de conscientização dos estudantes, ao lado de outros colegas.

A estudante Judite também foi presa por participar do Congresso da UNE, na Chácara do Alemão. A militante, após ser detida, “[...] cumpriu pena de detenção na Prisão Provisória de Curitiba¹²⁰, por infração à Lei de Segurança Nacional¹²¹ O crime de Judite foi lutar contra o regime, defender a universidade e resistir perante as práticas violentas instauradas no país após 1968.

Judite foi uma militante convicta. Em outubro de 2013 prestou depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Paraná, onde declarou sobre sua militância no ME. Em seu testemunho para a obra *Depoimentos Para a História*¹²², a então professora aposentada declarou que iniciou sua participação no movimento

¹¹⁸ Pasta Individual n.3210, topografia, 464. Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR.

¹¹⁹ Pasta Individual Judite Maria Trindade, n. 2246, topografia 4603. Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR.

¹²⁰ Para os/as presos/as políticos/as detidos na região de Curitiba e proximidades, “[...] a Prisão Provisória de Curitiba (Ahú) era o principal local. Outras alternativas eram o Quartel General da Polícia Militar na praça Rui Barbosa, O Dops na rua João Negrão, o Hospital Militar no alto da rua Vicente Machado, a antiga sede da Polícia Federal na rua Carlos Cavalcanti e o Comando da 5ª Região Militar, antigo CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva) na praça Osvaldo Cruz, onde atualmente é o Shopping Curitiba. Outro endereço era o Presídio Feminino de Piraquara, na região metropolitana de Curitiba” (CALCIOLARI, 2004, p.118).

¹²¹ Pasta Individual Judite Maria Trindade, n. 2246, topografia 4603. Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR.

¹²² O depoimento da militante Judite Maria Barboza Trindade encontra-se no link <http://bit.ly/2sql1JH> em um compilado denominado *Depoimentos para a História: A resistência à ditadura Militar*, organizado pelo DHPAZ – Direitos Humanos Para a Paz e Tortura Nunca Mais Paraná.

estudantil em 1966, quando ainda era secundarista, e que aprofundou sua participação a partir de 1967 quando entrou para o curso de história em Curitiba.

Judite relatou sobre as adversidades do seu tempo de militante, o que constatamos em seus registros pela DOPS-PR. Segundo seu depoimento ela foi presa duas vezes antes de 1968, uma por participar de uma passeata e outra por fazer panfletagem. Porém, a prisão feita na Chácara do alemão foi mais dura, pois esta ocorreu no período de vigência do AI-5, o que culminou com seu julgamento e prisão com outros 14 colegas, como aparecem em seus registros na DOPS. Após a prisão ela retomou seus estudos e concluiu o curso de história, e não deixou de militar. Participou de movimentos sociais, saiu em defesa dos professores e integrou a campanha pela anistia no final da década de 1970 (OLIVEIRA et al., 2014).

Para a estudante Palmira Amâncio da Silva, a militância foi agitada. Em 1970, ela foi levada até a DOPS, a fim de prestar depoimento, depois que policiais da Delegacia de furtos e roubo deram batida em sua residência e a detiveram. No Auto de Declaração, consta que Palmira relatou, na presença do delegado Ozias Algauer, que era estudante de economia e informou com quem residia. Ao ser questionada sobre um militante, ela respondeu que o conheceu em 1968 e os dois namoraram em 1969, porém, que terminaram em abril do mesmo ano, pois Palmira esteve presa no presídio Tiradentes.¹²³

São proferidos mais dois nomes de militantes, mas Palmira apenas responde que os conheceu na época em que foi vice-presidente da UPE, quando se encarregou da função dos Assuntos Educacionais e Culturais, sem fornecer maiores informações para os agentes ali presentes.

Um segundo documento, denominado Serviço de Informação e assinado pelo mesmo delegado da DOPS, pontua que a prisão da estudante Palmira, em 1969, aconteceu pela sua participação no XXX Congresso da “ex-UNE”, em Ibiúna-SP. Depois, continuou presa na “[...] Prisão Provisória de Curitiba, no bairro Ahú de Baixo, à disposição da 2ª Auditoria da Justiça Militar”.

A estudante Palmira caracterizou uma militância ativa na universidade, mas também em outros espaços, como o Movimento Contra a Ditadura (MCD), do qual era presidente; o MCD funcionava como órgão de propaganda do POLOP. Fez parte do Conselho Fiscal do Teatro do Estudante Universitário (TEU), que, segundo o que

¹²³ Pasta Individual Palmira Amâncio da Silva, n. 3042 topografia 453. Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR.

consta em sua ficha, era de “orientação esquerdista”. Foi presidente da Casa da Estudante Universitária e vice-presidente da UPE¹²⁴. A resistência dessa estudante efetivou-se na “linha de frente”; foi uma militante muito vigiada e perseguida pela DOPS, por envolver-se com os projetos da luta universitária, como “[...] a crise do RU e a morte do estudante Edson Luiz”; também, figurou sua liderança no Congresso da UNE, em Ibiúna-SP, no qual foi submetida à prisão pela DOPS-SP e encaminhada à DOPS-PR. Foi perseguida por esse órgão por um longo período, de 1967 a 1970, ano em que cessam seus registros nessa delegacia.

De fato, a prisão, vivenciada por Palmira e outras estudantes, participantes do Congresso da UNE, em Ibiúna e na chácara do Alemão, em Curitiba, foi realidade para muitas jovens estudantes. Ao analisar as mulheres que foram processadas pelo governo autoritário, por possuir ligação com as organizações clandestinas de esquerda, Marcelo Ridenti conclui que “a esmagadora maioria das denunciadas das esquerdas compunha-se de estudantes” (p.115).

Um dado a ser enfatizado é que há, nesses documentos produzidos pelos agentes da DOPS, uma falsa visão asséptica. Ou seja, não se vislumbram, nessas fontes, indícios claros do que de fato compunha o processo de prisão, coleta de depoimentos e processo de detenção. Os documentos propiciam uma ideia de meros cumprimentos legais de prisão, arguições e de ausência de violência. Ao se levantar informações das vítimas que passaram pelos chamados “porões da ditadura”, essa assepsia se desmorona. São recorrentes as denúncias das atrocidades cometidas nessas prisões, que revelam que tais documentos oferecem indícios, mas não revelam o que de fato se passava nessas delegacias, como a tortura.

Para efeito de ilustração, em relação ao delegado que assina o documento citado, Ozias Algauer, trata-se mesmo de um dos torturadores denunciados pelo grupo *Tortura: Nunca Mais*, bem como responsável por uma das mais conhecidas perseguições decorridas durante a ditadura. Ele chefiou a equipe de agentes que fechou a escola infantil Pequeno Príncipe, em Curitiba, em 1966, mediante acusação de que aquele jardim de infância escondia uma perigosa célula comunista (BRAGGIO, FIUZA, 2012). Em janeiro de 1967, as professoras, acusadas de subversão, foram condenadas, à revelia, a um ano e meio de prisão. Entretanto,

¹²⁴ Ibidem.

Mírian Galarda e Dilma Pereira já haviam fugido, mas sua colega, Marilda Chautard foi presa, em 1971, cumprindo um ano de prisão (FRANCO, 2009).

Com efeito, se até mesmo um jardim de infância esteve sujeito à repressão e vigilância, o ensino superior seria igualmente um espaço a ser controlado. Afinal, verdadeiramente, a universidade foi um dos principais espaços de debate sobre o regime; mesmo nos períodos de maior repressão, ela propiciava um pensamento crítico e globalizante da sociedade, o que conduzia os agentes da repressão a vigiar constantemente a categoria estudantil. O aparato repressivo infiltrava-se nessa instituição¹²⁵ e todas as abordagens aos possíveis subversivos eram necessárias, seja para prevenir e desmantelar as ações do movimento, ou para espalhar o medo, fazendo-se presente na vida dos/das estudantes.

Essa violência, praticada pelos representantes da polícia da ditadura, abateu-se também sobre a estudante militante Perpétua Janeti Batista dos Santos, que fora presa e torturada pela DOPS-PR. Em seu depoimento para a Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban no Paraná, Janeti Batista contou que na militância era conhecida como Jane Argolo e que ingressou no movimento estudantil ainda enquanto secundarista. Já na universidade, morou na Casa da Estudante, onde militou, por exemplo, na retomada do DCE da UFPR em 1968.

Na Pasta Individual da estudante, constam 166 páginas de documentos, sendo a maioria cópia de papéis apreendidos, os quais pertenciam à sua militância, como também documentos produzidos pelos agentes da DOPS ou enviados a eles, no período entre 1969 a 1977¹²⁶.

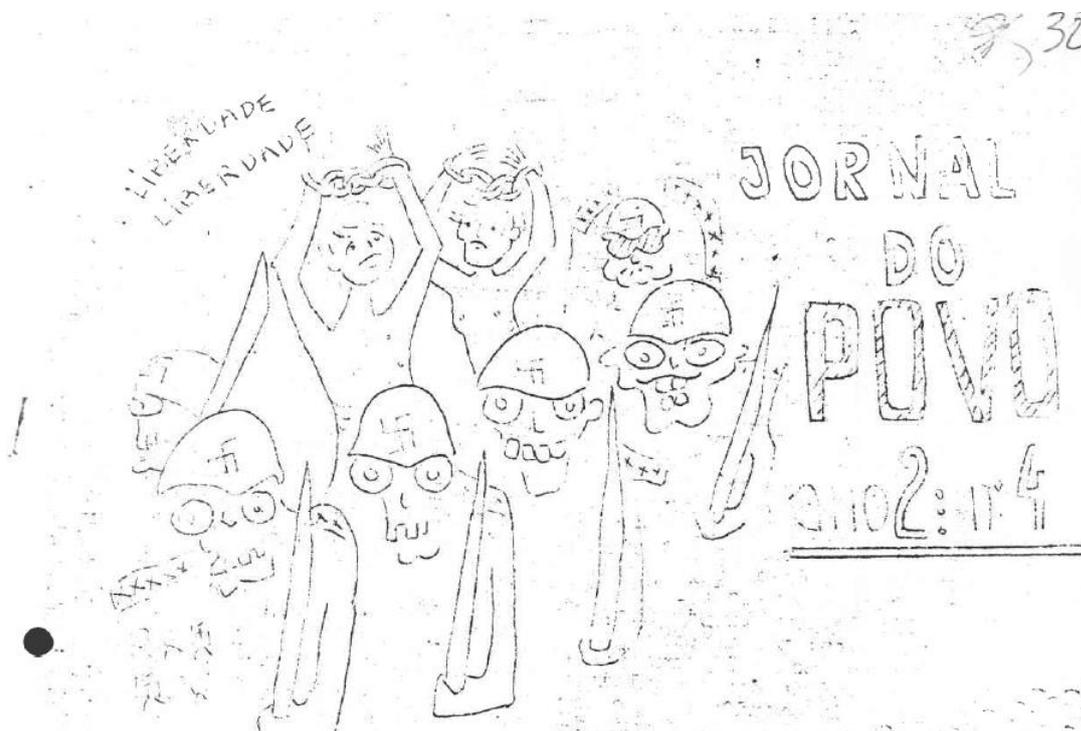
Os documentos, apreendidos junto com a estudante, em suma, denunciavam a situação do ensino superior, a infiltração imperialista nas universidades, alertavam sobre os acordos MEC-USAID, faziam menção às lutas da UPE, na defesa da universidade. Um pequeno jornal alternativo foi apreendido com a estudante também. O “Jornal do Povo” trazia, em suas poucas páginas, a revolta pela condenação dos/das estudantes presos/as na Chácara do Alemão, em que se somavam, aos condenados, treze homens e duas mulheres, sendo elas as

¹²⁵ No caso da UEL (Universidade Estadual de Londrina) e da UFPR, essa vigilância contava ainda com uma Assessoria Especial de Segurança e Informações, no interior dessas instituições, o que dificultava ainda mais a militância estudantil e docente.

¹²⁶ Pasta Individual Perpétua Janeti Batista dos Santos, n. 3168, topografia 461. Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR.

estudantes Elisabeth Franco Fortes, que cumpriu um ano e meio de prisão e Judite Maria Trindade¹²⁷. Ainda, chama a atenção o desenho na capa do jornal.

FIGURA 13 – Jornal apreendido junto com a estudante Perpétua Janeti. (Parte I).



FONTE: Jornal do Povo. In: Pasta Individual Perpétua Janeti Batista dos Santos, n. 3168, topografia 461. Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR.

Na imagem, aparecem os agentes da repressão, com o símbolo de um regime totalitário no capacete; as feições dos policiais se distanciam das feições humanas. Enquanto as jovens seguem aprisionadas. A palavra “Liberdade”, escrita duas vezes, em caixa alta, no canto superior, soa como um grito que não se cala.

Já na segunda parte da imagem, a mobilização do povo encontraria forças para “virar o jogo”; o poder passaria para as mãos da população, que, unida, poderia derrubar a repressão. E o maior apelo encontra-se em destaque: “Libertemos nossos presos”.

FIGURA 14 – Jornal apreendido junto com a estudante Perpétua Janeti. (Parte II).

¹²⁷ Elisabeth e Judite cumpriram pena de um ano e meio e um ano, respectivamente, no Presídio do Ahú (Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban, 2017).



FONTE: Jornal do Povo. In: Pasta Individual Perpétua Janeti Batista dos Santos, n. 3168, topografia 461. Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR.

Perpétua, militante do movimento estudantil, esteve detida no Presídio do Ahú, no ano de 1969. Há dois documentos, em sua ficha, que indicam a tortura vivenciada por essa estudante. O primeiro que podemos citar é um documento de uma página, denominado “Nossa Resposta”, o qual não possui autoria, mas incide em uma denúncia da violência praticada contra a jovem estudante.

Em sua passagem mais significativa, o documento aborda a denúncia, mostrando que Perpétua Janeti:

[...] prêsa (sic) no início do mês de setembro, respondia processo na Prisão Provisória do Ahú. Dia 3/10 às 20 horas foi retirada do presídio por elementos da DOPS que portavam autorização de interrogatório. Janete se encontrava em estado físico bastante débil, com febre alta e início de pneumonia. Conduzida ao DOPS foi submetida a todo tipo de vexame, além de ter sido espancada com toalha molhada, sofreu o clássico tratamento do pau-de-arara e tentativa de afogamento. Depois de “interrogada”, foi conduzida ao presídio às 2 horas da manhã, parcialmente irreconhecível. O próprio diretor da prisão, outro instrumento de repressão, chocou-se com o tratamento. Afirmando que “se êstes métodos continuarem, não aceitará mais prêsos políticos sob sua responsabilidade”. O próprio laudo-médico desapareceu¹²⁸.

¹²⁸ Panfleto “Nossa Resposta”, data provável de 1969/1970. In: Pasta Individual Perpétua Janeti Batista dos Santos, n. 3168, topografia 461. Arquivo Público do Paraná, DOPS-PR.

A tortura foi exposta; a estudante sofrera graves violações em seu corpo, mas foi um ato de resistência denunciar a outras pessoas a violência escancarada, que ocorrera com ela dentro da prisão, com apenas 21 anos de idade. A função desse “manifesto” anônimo, pois o que denuncia poderia ter o mesmo destino de Perpétua, foi uma maneira de dar voz à voz que não podia falar, gritar, manifestar sua dor. Uma maneira de subverter e transitar o poder das mãos do torturador para a torturada.

O segundo documento, que traz evidências de outra seção de tortura sofrida pela estudante, é um ofício de janeiro de 1970, em que o Delegado adjunto da polícia especializada solicita informações:

[...] a respeito de denúncias formuladas em petição por parte do procurador da acusada Janeti Perpétua Batista (sic), em que menciona de que elementos dessa Delegacia, retiraram no dia 8 de outubro de 1969, a acusada da Prisão Provisória do Ahú, e, que, nas dependências dessa D.O.P.S., a mesma fôra submetida a uma série de torturas, etc. [...]¹²⁹

A estudante sofrera novamente tortura; sendo duas torturas dentro de cinco dias. Sobre o terror que vivera naquela madrugada, a mesma relatou para a Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban (2017) que “[...] foi deixada completamente nua [...] com torturas como pau de arara, afogamento; a certa altura caiu e quebrou dois dentes, choques elétricos, teve seu corpo ‘lavado’ com o próprio sangue, e a partir de certo momento não sentia mais as mãos e pernas”.

Nos anos de chumbo, ir para a prisão correspondia a estar sujeito aos métodos de tortura, desenvolvidos para colher informações que buscavam evidenciar os/as subversivos/as. Dessa forma, “a tortura foi institucionalizada como método de interrogatório e controle político” (ALVES, 1989, p.168).

Outras estudantes, ligadas ao ME paranaense¹³⁰, cujos registros produzidos pela DOPS não foram tão aprofundados¹³¹, realizaram a resistência ao regime,

¹²⁹ Secretaria de Segurança Pública – Divisão de polícia especializada, 1970. PI 2246 t 403.

¹³⁰ Essas estudantes também eram ativas no ME, porém, as fontes não trazem muitas informações sobre elas; geralmente, foram feitos apenas pequenos registros de suas participações. Contudo, ainda assim, elas constituíram a militância estudantil. Pasta Individual 2676 t 330; Pasta Individual 2636 t 427; Pasta Individual 2634 t 427; Pasta Individual 2623 t 426; Pasta Individual 2388 t 413; Pasta Individual 2619 t 426; Pasta Individual 3427 t 476, Pasta Individual 3609 t 486, Pasta Individual 1027 t 30.

integrando-se às passeatas, manifestações, entregando panfletos produzidos pelo movimento, fazendo-se presentes no Congresso da extinta UNE, em Salvador, no ano de 1979. Ou seja, mesmo que não sendo o foco da atenção dos agentes da repressão, também constituíram a militância política, quebrando as regras da representação feminina da época. Não poderíamos deixar de ressaltar a importância desses atos de resistência, pois “na esteira de visibilidades, compreendemos ser importante dar ênfase a outros modelos de resistência a ordem estabelecida” (CONRADI, 2020, p.290).

O movimento estudantil constituiu-se como uma organização que ocupava um lugar político na sociedade; em seu interior, exigia-se uma formalidade regida por linguagens, discursos e comportamentos. Esse lócus se distanciava do privado, local historicamente marcado pela presença feminina.

Porém, com a inserção feminina nesse espaço político, em um momento de restrição da liberdade, configuraram-se novas formas de resistências por essas mulheres, que passaram a atuar, na esfera pública, como participantes de eventos “subversivos”; ouvintes nas reuniões e encontros - que buscavam meios para a redemocratização; outras, que atuaram na liderança do movimento; algumas, que contribuíam à organização das reuniões; estudantes que saíram do conforto de suas casas para gerenciar trabalhos de conscientização nos bairros pobres e favelas, junto aos trabalhadores, entre outras ações¹³².

Também, houve aquelas estudantes que foram presas, sequestradas, torturadas; nesse caso, não apenas a tortura física, mas a psicológica também, vivenciando a violência institucional que recaiu sobre elas.

A militância feminina tomou diferentes formas na ditadura militar; naquele período, marcado pela violência, a mulher se constituiu como ser político na universidade. Foram muitos os desafios dentro do próprio movimento, porém, “a militância das mulheres promoveu uma revolução dos costumes, das formas de participação política” (GIANORDOLI-NASCIMENTO et al., 2015, p.128).

¹³¹ O fato de não haver muitas informações sobre elas não significa, necessariamente, que sua militância ocorreu apenas no ME, ou em poucas ocasiões, como mostram as fontes analisadas.

¹³² Quando estamos preocupadas em enxergar as mulheres e sua ação política na História, é importante que não desprezemos essa visão mais ampla da ideia de resistência. Muitas vezes, as mulheres não estavam na fileira de frente (embora sempre houvesse também mulheres nessas fileiras, empunhando fuzis); mas sua participação majoritária efetivava-se de forma mais velada, discreta, o que as fazia, no contexto daquela sociedade de ocupação, ainda mais valiosas, pois justamente essa sua qualidade furtiva é que possibilitava a sobrevivência. (WOLFF, 2019, p.649)

Tais configurações determinaram sua participação no movimento político/educacional, praticadas em meio a processos repressivos. Cada uma com uma maneira diferente de fazer política, com uma maneira diferente de militar, para desconstruir as representações de mulher, reforçadas pelo regime conservador e constituir o ser político. Por fim, há que se enfatizar que esse combate não se concretizou unicamente contra o Estado autoritário e seus agentes, pois essas militantes também enfrentaram as reações e controles advindos no interior de sua própria família, dos colegas, nos bancos das salas de aula, no trabalho e mesmo na rua. A resistência e os aprendizados daí provenientes tiveram uma amplitude social que não pode ser subsumida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado autoritário, que se instaurou no Brasil após o golpe de 1964, foi marcado pela violência, que atingiu severamente a população brasileira. O processo de institucionalização da repressão, após 1968-9, espalhou o medo e o terror, deixando milhares de pessoas na incerteza sobre o retorno da democracia. De acordo com Luiz Manfredini:

Os governos militares chegaram a 1979 com um saldo macabro: cerca de 50 mil pessoas arrastadas aos cárceres por motivos políticos, 20 mil torturadas, 320 militantes mortos, incluindo os 144 dados como “desaparecidos”, quatro condenações à morte, 130 brasileiros banidos do País e 780 cassações de direitos políticos¹³³ (1989, p.131).

O aprofundamento na bibliografia sobre as mulheres, durante a ditadura militar, foi necessário à medida que nos auxiliou a revelar o perfil violento dos agentes da DOPS, pois muitos trabalhos pós-reabertura política trazem as inúmeras vítimas de estupros, exílio, torturas e assassinatos, como uma resposta desproporcional e ilegal contra a militância política. Porém, por vezes, como afirmado, a documentação oficial não apresenta tais ações da oposição à ditadura, tornando-se meros - mas não menos importantes historicamente como fontes - registros assépticos sobre as práticas adotadas pelo aparato repressivo.

Por esse motivo, trouxemos considerações de outros autores, que podem expressar a violência devastadora do período. É necessário fazer presente, na memória coletiva, como foi doloroso o processo de construção da tomada da arena política, desviando-se do único caminho possível a elas, o âmbito privado.

Destacamos o papel da Doutrina de Segurança Nacional, na constituição do inimigo interno, do/da subversivo/a, amparado pela legalidade do órgão de repressão; nesse contexto, a DOPS, que fora criada na década de 1930¹³⁴, operava, a princípio, com uma vigilância prioritária sobre as ações da classe operária,

¹³³ De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade, no Brasil, 434 pessoas foram mortas ou ainda encontram-se desaparecidas.

¹³⁴ De acordo com Alexandre Felipe Fiuza (2006, p.24), “apesar de extintos, os DOPS entre 1982 e 1983, os serviços de informação continuaram operando em sua tarefa de investigação política até o fim da década de 1980, em particular, junto ao acompanhamento de sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais e estudantis, comunidades eclesiais de base, grupos de luta pela terra, entre outros”.

passando a ser, posteriormente, um dos locais mais importantes do aparato repressivo.

Após o golpe civil-militar de 1964, o perigo comunista ganha outras formas, abrangendo diferentes práticas políticas, oriundas de outros setores da sociedade; assim, “o perfil do militante se transforma brutalmente atingindo as chamadas ‘classes médias’ e tendo a categoria dos estudantes muito bem representada numericamente” (AQUINO et al., 2002, p.37).

No intuito de identificar a participação feminina no movimento estudantil paranaense, recorreremos às fontes da DOPS do estado do Paraná. Nessa articulação, organizamos, então, primeiramente, um capítulo que oportunizou conhecer o movimento estudantil, suas principais lutas educacionais, desde sua constituição, em 1937, até o fim do regime militar, em 1985.

Foi possível constatar que os/as estudantes da década de 1960 travaram muitas lutas e resistiram ao fechamento de suas instituições de representação, tanto estaduais quanto nacionais. O perfil desses/as jovens foi continuar na resistência, promovendo reuniões, passeatas, manifestações, o que culminou na prisão de muitos/as deles/as nos anos de chumbo.

O movimento estudantil foi um órgão de cunho político, articulado à universidade, portanto, vimos que a maior parte das suas lutas era por causas educacionais, ligadas às mudanças no ensino superior ou à educação da classe trabalhadora. Porém, após o golpe, somou-se a isso a luta pela redemocratização do país; ou, em outros grupos, por uma revolução para derrubar a ditadura e voltar à democracia; ainda, em outros casos, substituí-la por uma nova sociedade. O impulso, dado nos anos 1960, à entrada da mulher na universidade, passou a modificar também o ME e as bandeiras dessas diferentes aglomerações políticas.

A militância, feita massivamente por estudantes homens, abriu-se para a constituição de uma nova identidade de militante, que se modelou de acordo com as influências advindas da sociedade. Assim, com efeito, vimos que, até o fechamento da UPE, em 1969, havia poucas mulheres na instituição. Em quatro anos (1965-1969), a diretoria teve apenas duas mulheres na composição de suas chapas.

Esse quadro começou a se transformar na mesma época em que ocorreu a distensão política; por conseguinte, a grande maioria das estudantes, fichadas por participação em eventos, reuniões, grupos de estudos, por filiações estudantis e

partidárias, trabalho com alguma questão social, foram datadas a partir de 1972, com uma alta a partir de 1975, correspondente ao ano da mulher.

A volta do movimento estudantil ao cenário da legalidade também culminou em mudanças sociopolíticas, influenciadas por uma geração que havia revolucionado o sexo. Dessa maneira, o movimento estudantil agregou, em sua estrutura, o departamento feminino, que trata de questões relacionadas à mulher, tão emergentes na cultura dos anos 1980.

A militância das mulheres foi sendo construída à medida que rompia com os padrões de gênero, algumas delas tiveram uma militância que envolveu prisões, torturas físicas e psicológicas; elas foram, principalmente, as militantes da primeira década do regime.

As práticas conservadoras do novo regime ainda correspondiam aos valores prezados por parte da sociedade, que conservava os estereótipos de feminino longe do saber político, pois a organização e militância feminina, ainda que não abarcassem a maioria das mulheres, contradizia aquilo que o Estado, seus agentes e a sociedade esperavam delas.

Após 1974, com o regime experimentando uma reabertura lenta e segura, a violência dentro dos órgãos de polícia foi mais controlada; mesmo assim, muitas torturas e perseguições continuaram a acontecer.

Foi nesse contexto que muitas estudantes começaram a comparecer sumariamente a eventos proporcionados pelo movimento estudantil, após 1975; em sua maioria, após os anos 1980. O meio estudantil era um dos caminhos que propiciava o rompimento dessas mulheres com o padrão feminino imposto pela sociedade; ao se constituir como ser político, passaram a articular sua militância estudantil a favor da democracia, com outras causas, como operárias ou feministas. Parte dessas mulheres também se engajou profissionalmente nos espaços formais de educação, na condição de professoras e líderes das associações e sindicatos.

Portanto, a militância foi construída de maneira diferenciada pelas mulheres, primeiro porque o militante homem já estava consolidado como ser político, enquanto as mulheres, dentro das relações de poder instituídas no movimento político/educacional, tiveram que se construir. Isso, primeiramente, de acordo com a lógica da militância masculina e, após, definindo suas próprias formas de luta e resistências, em um período histórico, cujo Estado imputava práticas e discursos morais, que refletiam diretamente na condição feminina.

Por outro lado, a partir das relações de gênero, construiu-se uma militância diferenciada, de modo que as estudantes usavam sua condição feminina para despistar-se da polícia, ainda que, depois de presas, sofressem abusos por conta do seu gênero.

Por fim, assinalamos que a participação das mulheres no movimento estudantil paranaense foi caracterizada como um ato de resistência ao regime autoritário, bem como foi capaz de modificar os parâmetros da mulher na política em uma sociedade machista. No advento da democracia, que voltou a flamar no Brasil, após 21 anos de ditadura, estabeleceram-se as mudanças políticas, sociais, culturais, comportamentais, igualmente resultantes da construção do ser político que tantas mulheres, estudantes ou não, firmaram a partir das suas formas de militância.

A luta - substantivo feminino - continua. Hoje, as mulheres já conquistaram muitos espaços de poder, contudo, as estruturas da sociedade patriarcal ainda definem seus lugares de atuação. Mesmo que haja muitas batalhas, o cenário atual nos remete à luta contra o retrocesso dos direitos já adquiridos. Apesar dos avanços obtidos pela luta das mulheres, a violência segue assolando, como tristemente caracterizam os dados do Panorama de Violência Contra as Mulheres no Brasil (BRASIL, 2018, p.11). Afinal, no ano de 2015, os atendimentos realizados às mulheres, referentes a relatos de violência, correspondiam a “50,16% corresponderam a violência física; 30,33%, a violência psicológica; 7,25%, a violência moral; 2,10%, a violência patrimonial; 4,54%, a violência sexual; 5,17%, a cárcere privado; e 0,46%, a tráfico de pessoas”.

Estes indicadores revelam indiscutivelmente o quanto a violência contra a mulher segue ceifando vidas e produzindo situações traumáticas. Ainda há muita luta e a militância feminina precisa ser reafirmada; não é só reproduzir a memória do período, mas é também fortalecer a guerra pela sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Zina Gonçalves de. Luta das Mulheres pelo Direito de Voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Arquipélago – **Revista da Universidade dos Açores**, Ponto Delgada, v.2, n.6, p.443-469. 2002.
- AÇÃO POPULAR. Ação Popular/ Cultura Popular. 1963. In: FÁVERO, Osmar (ORG). **Cultura Popular e Educação Popular: Memória dos Anos 60**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- ALEIXO, P.; HARLAN, H.; GÓES, F. Acordo de Planejamento de Educação Primária. In: ALVES, Marcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.
- ALVES, José Eustáquio Diniz; BELTRÃO, Kaizô Iwakami. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.136, p.125-156, jan-abr. 2009.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)**. 5ªed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ALVES, Marcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.
- AQUINO, Maria aparecida de. et al. **O DEOPS/SP em busca do crime político**. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil: 1961-1964**. 6º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BATISTELLA, Alessandro. Os Reflexos Políticos do Golpe de 1964 no Paraná e as Eleições de 1965. **Revista História**, São Paulo, v.34, n.1, p. 274-302, jan-jun. 2015.
- BARCELLOS, Jalusa. **CPC: Uma História de Paixão e Consciência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). **História das Mulheres no Brasil**. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o Udenismo – ambiguidades do liberalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BRAGANÇA, Yasmin Vianna. “A senhora do lar proletário”: Discursos e políticas em relação às mulheres no Estado Novo (1937-1945). **Revista Cantareira**, Rio de Janeiro, n.29, p.219-228, jul-dez. 2018.

BRAGGIO, Ana Karine. **O Movimento Estudantil Paranaense e a Vigilância Política no Pré-golpe Civil-militar de 1964**. 2012. 179p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel-PR, 2012. UNIOESTE, 2012.

BRAGGIO, Ana Karine; FIUZA, Alexandre Felipe. A documentação da DOPS/PR e o movimento estudantil paranaense. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE, 11ed, 2012, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, UEL, UNIOESTE, UEPG, UNIVALI, UFSM, 2012. p.1-18.

BRAGGIO, Ana Karine; FIUZA, Alexandre Felipe. Organização do Movimento Estudantil Paranaense Através dos Arquivos da DOPS/PR (1960 – 1964). In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE, 12ed, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, UEL, UNIOESTE, UEPG, UNIVALI, UFSM, 2013b. p.1-14.

BRAGGIO, Ana Karine; FIUZA, Alexandre Felipe. Acervo da DOPS/PR: uma possibilidade de fonte diferenciada para a história da educação. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 430 – 452, dez. 2013b.

BRAGGIO, Ana Karine; FIUZA, Alexandre Felipe. A produção cultural e literária no movimento estudantil paranaense na década de 1960. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.27, n.3, p.182-201, set-dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964. In: SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil: A UNE na Resistência ao Golpe de 64**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

BRASIL. **Panorama de Violência Contra as Mulheres no Brasil: Indicadores nacionais e estaduais**. Brasília: Senado Federal. Nº 2. 2018. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>> Acesso em 20 jan. 2020.

BRUNELO, Leandro. **Repressão Política durante o regime militar no Paraná: O caso da Operação Marumbi na terra das Araucárias**. Maringá: Eduem, 2009.

CALCIOLARI, Sílvia. **Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)**. 2004. 211p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**. Propaganda política no Varguismo e no Peronismo. São Paulo: Fapesp/Papirus, 1998.

CASTRO, Thiago Bicudo. Repressão aos intelectuais e estudantes: Aproximações entre Ato Institucional n. 2 e lei Suplicy de Lacerda (1965-1968). **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 193-213, jul-dez. 2017.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **A questão social do novo milênio, VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de ciências sociais**. Coimbra, set. 2004.

COLLING, Ana Maria. A construção histórica do corpo feminino. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia-MG, v.28, n.2, p.180-200, jul-dez. 2015.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE TERESA URBAN. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná / Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban – Vol.2**. São Paulo: TikiBooks, 2017.

CONRADI, Carla Cristina Nacke. **“Memórias do sótão”**: Vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964- 1985). 2015. 267p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

CORDEIRO, Janaína Martins. **“A nação um que se salvou a si mesma”**: entre memória e história, a campanha da mulher pela democracia 1962-1974. 2008. 202p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

CPC DA UNE. Manifesto. 1962. In: FÁVERO, Osmar (ORG). **Cultura Popular e Educação Popular: Memória dos Anos 60**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. **Veja o feminismo em páginas (re) viradas**. 2012. 201p. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de (org.). **O golpe na educação**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: Memória, história e historiografia. *Revista Tempo*, Niterói, v.14, n.28, p.123-143, 2009.

DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). **História das Mulheres no Brasil**. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2007.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **UNE em Tempos de Autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FÁVERO, Osmar (ORG). **Cultura Popular e Educação Popular: Memória dos Anos 60**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FIÚZA, Alexandre Felipe. **Entre um samba e um fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970**. 2006. 360 f. Tese (doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 7^o ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCO, Bernardo Mello. Regime Militar: O dia em que o Dops invadiu e fechou uma creche. **O Globo**, 02 ago. 2009.

FRANZON, Sadi. Os acordos MEC-USAID e a Reforma Universitária de 1968 – As Garras da Águia na Legislação de ensino Brasileira. In: EDUCERE CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12ed, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, p. 40619-40632, out. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 29^o ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 4^o ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F. et al. Representações sociais de “ser mulher militante”: as imbricações entre geração e gênero na trajetória de militância de mulheres durante a ditadura militar brasileira. **Memorandum**, Belo Horizonte, v.28, n.56, p.110-131, abr. 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Cultura Política**. 4^o ed - São Paulo: Cortez, 2008.

GULLAR, Ferreira. A Cultura Posta em Questão. 1963. In: FÁVERO, Osmar (ORG). **Cultura Popular e Educação Popular: Memória dos Anos 60**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESUS, Maria Carolina de. **Quarto de despejo: Diário de uma favelada**. São Paulo: Edição Popular, s/d.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: Origens da imprensa feminista brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.11, n.1, p.234-241, jan-jun. 2003.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. Reflexões sobre a Legislação de Educação Durante a Ditadura Militar. **Histórica** – Revista eletrônica do arquivo público do Estado de São Paulo, São Paulo, n.36, p 01-10, jun. 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). **História das Mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MANFREDINI, Luiz. **As moças de minas**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1989.

MARTINS, Carlos Estevam. A Questão da Cultura Popular. 1965. In: FÁVERO, Osmar (ORG). **Cultura Popular e Educação Popular: Memória dos Anos 60**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

MELLO, Soraia Carolina de. Pensando questões de gênero para a História das mulheres. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA PRESENTE, 1º ed., 2011, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UDESC, ANPUH-SC, PPGH, 2011, p. 2295-2304.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Juventude e movimento estudantil – O “velho” e o “novo” na militância**. 2001. 189p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 38, nº 79, 2018.

NASCIMENTO, Ingrid faria Gianordoli; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo. Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: A complexa dinâmica dos processos identitários. **Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology**, v.41, n.3, p.359-370, dez. 2007.

OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de. SAHD, Fábio Bacila. CALCIOLARI, Silvia. **Depoimentos para a história:** a resistência à ditadura militar no Paraná. Curitiba: DHPaz, 2014.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho De. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). **Cadernos Pagu**, [online], n.39, p.313-343, jul-dez 2012.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v.12, n.22, p.270-283, jan-jul 2011.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: O uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 1º sem. 2005a.

PEDRO, Joana Maria. Feminismo e Gênero na universidade: Trajetórias e tensões da militância. **História Unisinos**, v.9, n.3, p.170-176. Set/dez. 2005b.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, dez. 2007.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (org). **Resistências, Gêneros e Feminismos contra as ditaduras no cone sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

PERROT, Michelle. Escrever uma História das Mulheres: Relatos de uma Experiência. **Cadernos Pagu**, n.4, p. 09-28, jan. 1995.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História:** Operários, Mulheres e Prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. 2º ed. São Paulo: Contexto. 2019.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru,SP: EDUSC, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 1, p.159-1, jan-abr. 2009.

PITANGUY, Jacqueline. ALVES, Branca Moreira. **O que é Feminismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 5^o ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PORTILHO, Aline dos Santos. **Praia do Flamengo, 132**: Memória, Reparação e Patrimonialização da União Nacional dos Estudantes. 2010. 203p. Dissertação (mestrado em História, Política e Bens culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2010.

QUINALHA, Renan H. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 329p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2^o ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**. USP, São Paulo, v.2, n.2, p.113-128, 2^o sem.1990.

RUIZ, Enrique E. Sánchez. Cultura Política y Medios de Difusión - Educación Informal y socialización. **Comunicación y sociedade** (DECS, Universidad de Guadalajara), n. 21, p. 97-137, mayo-ago. 1992.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: Mito e Realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SALDAÑA, Margarita Iglesias. Los desafíos del cono sur desde las perspectivas de las mujeres. La democratización de la democracia o la reinención de una democracia latinoamericana. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gêneros, feminismos e ditaduras no cone sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil**: A UNE na Resistência ao Golpe de 64. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SANFELICE, José Luís. A UNE na resistência ao Golpe de 1964 e à Ditadura Civil-Militar. **Revista Simbio-Logias**, v. 8, n. 11, p. 127-143, dez. 2015.

SANTOS, Maria Fernanda Teixeira dos. **Mulheres no movimento estudantil: Representações, discursos e identidades**. 2011. 95p. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juíz de Fora, Juíz de Fora, 2011.

SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: Uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.64, p.38-47, fev.1988.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.

SCHMITT, Silvana Lazzarotto. **Encontros e desencontros do Movimento Estudantil Secundarista Paranaense (1964 – 1985)**. 2011. 198p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011.

SCOTT, Joan W. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p.71-99, jul-dez. 1995.

SCOTT, Joan W. El problema de la invisibilidad. In. ESCANDÓN, C.R. (Org.) **Gênero e História**. México: Instituto Mora/UAM, 1992.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In. BURKE, Peter.(Org.) **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Unesp. 1992.

SCOTT, Joan W. Prefácio A gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.3, p.11-27, jan. 1994.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família: As mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOIHET, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). **História das Mulheres no Brasil**. 7º ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SOUSA, Roberta Meneses; BEZERRA, Teresa Cristina Esmeraldo. Juventude, movimento estudantil e gênero: problematizando o modelo masculino de militância. Revista **O público e o privado**, Fortaleza, v.4, n. 8, jul-dez. 2006.

SODRE, Caroline Almeida; RONCAGLIO, Cynthia. Arquivo, memória e verdade: a contribuição da organização dos acervos DOPS para a constituição da história da ditadura militar. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17ed, 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: ANCIB, 2016. p.1-19.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As Mulheres e a História: Uma Introdução Teórico Metodológica**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.23, n.3, p.1001-1022, set-dez. 2015.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres História Social. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.3, p.29-62, jan. 1994.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.13-28 – 2004.

UNE. CARTA DO PARANÁ. II Seminário Nacional de Reforma Universitária. Curitiba: UNE, 1962. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **UNE em Tempos de Autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

UNE. DECLARAÇÃO DA BAHIA. I seminário Nacional de Reforma Universitária. Salvador: UNE, 1961. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **UNE em Tempos de Autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

UNE. Luta Atual pela Reforma Universitária. III Seminário de Reforma Universitária. Belo Horizonte: UNE, 1963. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **UNE em Tempos de Autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

UPE. **Constituição da União Paranaense dos Estudantes**. 1962. In: Dossiê União Nacional dos Estudantes, n. 2308, topografia 259.

VARGAS, Mariluci Cardoso de. O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira. In: IX Encontro Estadual de História, 4ed, 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008. p.1-10.

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Verbete Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (ORG). **Dicionário Crítico de Gênero**. Prefácio Michele Perrot. 2º ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

VENTURA, Zuenir. **1968 O ano que não terminou**. 28º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gêneros, feminismos e ditaduras no cone sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

WOLFF, Cristina Scheibe. Eu só queria embalar meu filho – Gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. **Aedos**, Porto Alegre, v.5, n.13, p.975-989, Ago-dez. 2013.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Verbete Resistência*. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (ORG). **Dicionário Crítico de Gênero**. Prefácio Michele Perrot. 2º ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

ZAPARTE, Andréia. **A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba - Paraná (1964 – 1969)**. 2011. 175p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2011.

PASTAS DA DOPS-PR

Pasta temática **Centro Popular de Curitiba**, n. 212, topografia 24.

Pasta temática **Movimento Estudantil**, n. 1391, topografia 165.

Pasta Temática **Movimento Feminino Pela Anistia**, n.1395, topografia165.

Pasta Temática **União Paranaense dos Estudantes**, n. 2325, topografia 263.

Pasta Temática **União Nacional dos Estudantes - UNE (XXXº Congresso)**, n. 2313, topografia 260.

Pasta Temática **União Nacional dos Estudantes - UNE (XXXº Congresso - Ibiuna)**, n. 2314, topografia 260.

Pasta Temática **União Paranaense dos Estudantes**, n. 2326, topografia 263.

Pasta Temática **União Paranaense dos Estudantes – UPE**, n. 2327, topografia 264.

Pasta Temática **União Nacional dos Estudantes**, n. 2308, topografia 259.

Pasta Temática **União Paranaense dos Estudantes - UPE - Jornal "A Afirmação"**, n. 2330a, topografia 264.

PASTAS DA DOPS-PR (INDIVIDUAIS)

Pasta Individual n.0860.321

Pasta Individual n.959.326

Pasta Individual 1027.30

Pasta Individual n. 2246.4603

Pasta Individual n.2280.405

Pasta Individual n.1766.375

Pasta Individual n.2388.413

Pasta Individual n.2391.413

Pasta Individual n.2577.424

Pasta Individual n.2611.426

Pasta Individual 2676.330

Pasta Individual 2636.427

Pasta Individual 2634.427

Pasta Individual 2623.426

Pasta Individual 2619.426

Pasta Individual n.3042.453

Pasta Individual n.3168.461

Pasta Individual n.3210.464

Pasta Individual 3427.476

Pasta Individual n.3523.481

Pasta Individual n.3608.486

Pasta Individual 3609.486

PASTAS DO ARQUIVO NACIONAL

BR RJANRIO X9.0.ESI, ACL.4/18, Documento n. 5984.38

BR RJANRIO PH 0 FOT 43891, Documento n. 43891.002

BR DFANBSB V8 MIC GNC CCC 68003853 Documento n. 3853.001

BR RJANRIO TT 0 MCP PRO 0049 Documento n. 0049.001

BR DFANBSB V8 MIC GNC NNN 83004501 Documento n. 4501.001

BR RJANRIO TT.0.MCP, PRO.49 – Dossiê.

BR RJANRIO PE.0.0.41 – Dossiê.